

A diplomacia portuguesa como um instrumento de renovação da credibilidade e prestígio externos durante e pós-crise

Ana Filipa Vale Lopes

Orientador(a): Professora Auxiliar Andreia Soares e Castro

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Relações Internacionais

Lisboa, setembro de 2017

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

Resumo

O objetivo da dissertação é compreender como a diplomacia portuguesa foi, no contexto europeu de 2008 a 2015, e continua a ser, um instrumento de renovação da credibilidade e prestígio de Portugal no estrangeiro. Durante o período em estudo, Portugal atravessou uma crise económico-financeira que, apesar de não se ter refletido numa perda da boa imagem do país, condicionou a sua ação externa, tornando imperativa a criação de novas estratégias de renovação da sua credibilidade e prestígio externos. A dissertação analisa a atuação da diplomacia portuguesa no período em questão, designadamente o trabalho executado pelos principais atores da Política Externa portuguesa (MNE, Diplomatas, Embaixadas e Consulados, AICEP e Instituto Camões). O argumento subjacente é o de que a diplomacia cumpriu a sua principal função de implementação dos objetivos da Política Externa portuguesa, principalmente o da renovação da credibilidade e prestígio externos, demonstrando que existiu uma priorização dos assuntos europeus no período em estudo. A dissertação argumenta ainda que no período pós-2015 a especialização diplomática em áreas onde Portugal tem já um passado (como China e Cabo Verde) continua a contribuir para os mesmos objetivos da renovação da credibilidade e prestígio externos.

Palavras-chave: Diplomacia, Diplomacia Económica, Diplomacia Cultural, Diplomacia Pública, Política Externa e Soft Power.

Abstract

The aim of this dissertation is to understand how Portuguese diplomacy was, in the European context of 2008 to 2015, and continues to be an instrument to renew Portugal's external credibility and prestige. During this period, Portugal went through an economic-financial crisis, which, although it hasn't had a negative effect on the country's external image, has conditioned its external action and made it imperative to create new strategies to renew the country's external prestige and credibility. This dissertation analyzes the Portuguese diplomacy action in the period in question through the work executed by Portuguese foreign policy actors (MNE, Diplomatas, Embaixadas e Consulados, AICEP and Instituto Camões). The major goal of this study is to argue that diplomacy fulfilled its main function of implementation foreign policy goals, mainly, the renewal of the country's external prestige and credibility, demonstrating that

there was a prioritization of European Affairs in the period of 2008 to 2015. This dissertation also argues that in post-2015 the specialization of diplomacy on areas where Portugal already has a past (as China and Cape Verde) continues to contribute to the same goals of the renewal of the country's external prestige and credibility.

Keywords: Diplomacy, Economic Diplomacy, Cultural Diplomacy, Public Diplomacy, Foreign Policy and Soft Power.

Agradecimentos

Existem algumas pessoas sem as quais esta dissertação não teria sido possível e, como tal, merecem um especial agradecimento.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à minha família, por ter sido incansável, por ser um exemplo e por nunca me deixar desistir dos meus sonhos.

Em segundo lugar, à minha orientadora, a Professora Andreia Soares e Castro por toda a atenção, ajuda e persistência na procura de melhores resultados para a minha investigação.

Em terceiro lugar, ao Doutor Carlos Medeiros do Centro de Informação Europeia Jacques Delors, ao Embaixador Pedro Costa Pereira da Direção-Geral de Política Externa, à Doutora Maria João Botelho da Direção-Geral dos Assuntos Europeus e ao Diplomata Jorge Aranda da Direção de Segurança e Defesa, por terem tirado algum do seu tempo para me ajudarem a construir a minha investigação, através dos seus preciosos contributos.

Por último, ao ISCSP-UL, por ser uma escola exemplar e por me fazer ver a vida com *outros olhos*.

Índice

Capítulo 1 - Introdução.....	7
1.1. Apresentação e delimitação do objeto de estudo.....	7
1.2. Enquadramento teórico.....	10
1.3. Revisão da Literatura.....	11
1.4. Metodologia.....	13
1.5. Conceitos Operacionais	14
Capítulo 2 – Da especialização da diplomacia portuguesa à priorização dos Assuntos Europeus no período 2008 a 2015	18
2.1. A Revolução de 1974 e o “inevitável destino”	18
2.2. A priorização dos Assuntos Europeus no período 2008-2015	25
Capítulo 3 – A diplomacia portuguesa como instrumento de renovação da credibilidade e prestígio externos no período 2008 a 2015	32
3.1. O reforço da diplomacia (económica, pública e cultural) como resposta à crise	32
3.2. O contributo dos principais atores da Política Externa portuguesa (MNE, Diplomatas, Embaixadas e Consulados, AICEP, Instituto Camões).....	41
Capítulo 4 – A continuação da valorização da diplomacia como instrumento de renovação da credibilidade e prestígio externos no período pós-2015	48
4.1. A aposta-ganha da diplomacia com a saída da crise	48
4.2. A especialização diplomática no período pós-2015 em áreas onde Portugal tem já um passado: China e Cabo Verde.....	53
Capítulo 5 - Conclusão	63
Bibliografia.....	67
Anexos.....	88

Quadros.....	88
Entrevistas	103

Índice de Quadros

Quadro 1 - Indicadores Económicos de Portugal (2008-2016).....	34
Quadro 2 – Saldo turístico português – balança de viagens e turismo.....	35
Quadro 3 – Ação do Instituto Camões (2012-2015)	39
Quadro 4 - Protocolos, Acordos Bilaterais e Convenções realizados por Portugal em 2008	88
Quadro 5 - Protocolos, Acordos Bilaterais e Convenções realizados por Portugal em 2009	90
Quadro 6 - Protocolos, Acordos Bilaterais e Convenções realizados por Portugal no período 2010-2013.....	91
Quadro 7 - Protocolos, Acordos Bilaterais e Convenções realizados por Portugal no ano de 2014.....	94
Quadro 8 - Protocolos, Acordos Bilaterais e Convenções realizados por Portugal no ano de 2015.....	96
Quadro 9 - Número de Diplomatas, Efetivos e Rede externa portuguesa (2008-2016)	97
Quadro 10 - Os principais atores responsáveis pela execução da Política Externa portuguesa (2008-2015).....	47
Quadro 11 - Visitas oficiais do Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa em 2016 e 2017	98
Quadro 12 – Visitas oficiais do Primeiro-ministro António Costa em 2016 e 2017	99
Quadro 13 - Perfil das exportações portuguesas (2015 e 2016).....	55
Quadro 14 – Perfil das importações portuguesas (2015 e 2016)	55
Quadro 15 – Relação sino-portuguesa em números (2016/2017)	101
Quadro 16 – Relações entre Portugal e Cabo Verde em números (2016/2017)	102

Capítulo 1 - Introdução

1.1. Apresentação e delimitação do objeto de estudo

Esta dissertação pretende compreender o papel da diplomacia portuguesa durante e pós-crise económico-financeira de 2008, partindo da premissa que esta condicionou a imagem externa portuguesa, tornando imperativa a criação de novas estratégias de renovação da sua credibilidade e prestígio externos.

O tema desta dissertação foi escolhido com base na motivação da investigadora em aprofundar as temáticas subjacentes à atuação diplomática portuguesa, muito devido ao seu gosto e interesse pessoal pela área da Política Externa e diplomacia, como igualmente com o objetivo de trazer um novo contributo sobre a diplomacia portuguesa à área dos estudos diplomáticos, à análise da Política Externa e à Escola das Relações Internacionais, acreditando existir uma lacuna nos estudos realizados sobre esta temática até à presente data que, desta forma, tornam urgente a prossecução desta investigação.

A crise económico-financeira afetou o modo como o ator Estado atua nas Relações Internacionais. Dado o seu cariz sistémico, as consequências que este acontecimento trouxe a um determinado país, originaram repercussões nos seus pares. É neste contexto de interligação que a Política externa do Estado, através do seu principal instrumento, a diplomacia, é utilizada para defender os seus interesses e valores no estrangeiro, procurando uma melhor imagem externa para o país e um aumento da sua credibilidade e prestígio externos. No caso português, a diplomacia foi, como constataremos, o principal instrumento de execução da Política Externa portuguesa e, deste modo, torna-se urgente trazer um novo olhar à Escola das Relações Internacionais sobre a forma como a atuação diplomática portuguesa foi, e continua a ser essencial, na resolução da crise em Portugal e na criação de uma melhor imagem externa para o país.

Analisando, o contexto europeu de crise económico-financeira e em que medida afetou Portugal, Moravcsik referiu que, em 1992, quando os líderes europeus deliberaram acerca da criação da União Monetária estava latente a ideia de que as economias europeias convergiriam mutuamente, isto é, os países do sul da Europa quando sujeitos ao défice adotariam os padrões económicos alemães, do mesmo modo

que a Alemanha se tornaria mais parecida com estes países (Moravcsik, 2012: 54). Tal não aconteceu e, de acordo com a retórica oficial alemã, a crise foi causada essencialmente por gastos públicos excessivos de alguns países da zona euro, pelo que, para se resolver deveriam ser impostas restrições rigorosas aos orçamentos governamentais dos países deficitários (Moravcsik, 2012: 57).

Na perspectiva de Lane, o mês de agosto de 2007 marcou o início da crise financeira global, com o começo das operações de liquidez do Banco Central Europeu (BCE) (Lane, 2012: 55). Entre 2008 e 2009, deu-se acrescida importância às operações de liquidez do BCE e ao que este iria fazer face o choque financeiro global (Lane, 2012: 55).

O choque financeiro global teve consequências assimétricas em toda a zona euro. Os fluxos financeiros terminaram no final de 2008, com os investidores a investirem os fundos nos mercados domésticos e a reavaliarem os seus níveis de exposição internacional, afetando os países com maior dependência financeira externa (Lane, 2012: 55-56).

Em Portugal, ao agravamento das contas públicas portuguesas e da posição externa da economia, juntou-se a necessidade de reformas estruturais em vários setores da economia, como o mercado do trabalho, a educação, a justiça, a saúde e os transportes (Pinto, 2014: 52). Segundo Pinto, a recessão de 2009 originou a desconfiança e a pressão dos mercados sobre a dívida portuguesa (Pinto, 2014: 52).

A recessão económica aumentou os *spreads* das taxas de juro fazendo descer os seus *ratings* e dificultando o acesso do país aos mercados, de modo a obter financiamento, resultando, no pedido externo de ajuda financeira, em 2011 (Pinto, 2014: 52). Portugal entrou num longo período de crise económico-financeira. Este tempo foi caracterizado pelo aumento dos impostos e da taxa de desemprego do país e, pelos sucessivos planos de reformas e intervenção do FMI e da *Troika* (Suspiro e Carriço, 2015). Recorde-se que o país foi considerado como *lixo*, em 2011, pelas Agências de Rating Internacionais: *Fitch Ratings*, *Standart & Poor* e *Moody's* condicionando, de certa forma, a imagem e a credibilidade externas do país (Sousa e Gaspar, 2015: 102).

Exposto o contexto importa sublinhar que esta dissertação parte da premissa de que a afirmação de Portugal no mundo passa essencialmente pela sua Política Externa e pela imagem e eficácia da representação externa do Estado, quer dizer, a sua diplomacia (Mongiardim, 2007: 474).

Devido à crise, o período 2008-2015 originou uma necessidade por parte da administração portuguesa e de todos os atores estatais da Política Externa portuguesa de explicarem a realidade nacional e de *venderem* o país dentro e fora da União Europeia (UE).

O argumento principal da dissertação é o de que a diplomacia cumpriu a sua principal função de implementação dos objetivos da Política Externa portuguesa, principalmente os da renovação da credibilidade e prestígio externos, demonstrando que existiu uma priorização dos Assuntos Europeus no período em estudo. De facto, a dissertação demonstra a procura incessante por um reconhecimento internacional dos esforços que o país e a sua sociedade realizaram. A dissertação argumenta ainda que, no período pós-2015, a especialização diplomática em áreas onde Portugal tem já um passado (como China e Cabo Verde) continua a contribuir para os mesmos objetivos da renovação da credibilidade e prestígio externos.

Esta dissertação parte da seguinte pergunta de partida: **perante o contexto europeu de crise económico-financeira, será que Portugal apostou, e continua a apostar, na valorização da sua diplomacia para renovar a sua credibilidade e prestígio externos?**

O objetivo geral da dissertação é: **compreender como a diplomacia portuguesa foi, no contexto europeu de 2008 a 2015, e continua a ser, um instrumento de renovação da credibilidade e prestígio de Portugal no estrangeiro.**

Os objetivos específicos são:

1. Analisar a atuação da diplomacia portuguesa desde a adesão às Comunidades Europeias até à atualidade, demonstrando a priorização dos Assuntos Europeus como resposta à crise;
2. Caracterizar a forma como a diplomacia portuguesa respondeu à crise, destacando as três formas da diplomacia (económica, pública e cultural), pois todas concorrem para o mesmo objetivo da renovação da credibilidade e prestígio externos.
3. Analisar a atuação da diplomacia portuguesa no período pós-2015, destacando a especialização diplomática em áreas onde Portugal tem já um passado.

1.2. Enquadramento teórico

Visto ser o objetivo desta dissertação compreender como a diplomacia portuguesa foi, no contexto europeu de 2008 a 2015, e continua a ser, um instrumento de renovação da credibilidade e prestígio de Portugal no estrangeiro, esta investigação enquadra-se na área dos estudos diplomáticos e na análise de Política Externa.

A área dos estudos diplomáticos é uma das diversas áreas de estudo das Relações Internacionais. O interesse por esta área de estudo tem sido grandemente desenvolvido nos últimos anos, levando vários investigadores da área da diplomacia a demonstrar que, de facto, a teoria diplomática e a diplomacia são fundamentais para compreender, na sua plenitude, as Relações Internacionais (Murray et al, 2011). A diplomacia é um instrumento ao serviço da Política Externa dos Estados e é através da Política Externa que os Estados se relacionam e atuam nas Relações Internacionais, tornando urgente o fomento da área dos estudos diplomáticos como uma área relevante para as Relações Internacionais.

Por sua vez, a análise de Política Externa caracteriza-se pelo foco específico no ator. Deste modo, é o estudo do processo, dos efeitos, dos resultados e das causas das decisões tomadas na Política Externa¹. Com esta dissertação pretendemos demonstrar que a diplomacia, como instrumento da Política Externa portuguesa, foi, e continua a ser essencial, para a renovação da credibilidade e prestígio de Portugal no estrangeiro. Neste sentido, a dissertação analisa a atuação dos principais atores da Política Externa portuguesa em resposta à crise económico-financeira, sendo a análise de Política Externa fundamental para a prossecução deste estudo.

Importa ainda sublinhar que o foco desta dissertação é o Estado português, sendo que está subjacente a escola realista da Teoria das Relações Internacionais, através da defesa dos seus interesses nacionais, designadamente, a renovação da credibilidade externa perante o contexto de crise.

¹ Cfr. Oxford Academic Journal, disponível em: <https://academic.oup.com/fpa/pages/About>, acesso a 21/09/2017.

1.3. Revisão da Literatura

Tendo presente o objetivo desta dissertação, não foram encontrados autores que já tivessem estudado a diplomacia portuguesa como um instrumento de renovação da credibilidade e prestígio externos. No entanto, encontrámos alguns autores que analisam especificamente algumas das vertentes da diplomacia portuguesa.

Bruno Reis e Carlos Gaspar defendem que a diplomacia é uma forma essencial da ação externa de Portugal, assim como uma maneira de produção de informação e aconselhamento estratégico importante para a criação de melhores condições para a imagem externa do país (Reis e Gaspar, 2013: 35).

Já para Joana Castro, perante o processo de globalização e no que diz respeito ao relacionamento económico internacional, foram reforçados os processos de globalização económica, onde a diplomacia económica ganhou importância sendo vista como um instrumento para aumentar a influência do país no estrangeiro (Castro, 2008: 222). Segundo a autora, hoje em dia há uma estratégia da parte da diplomacia económica no aumento da influência do país e na gestão e fomento do mesmo na credibilidade nacional (Castro, 2008: 222).

Ana Leal sublinha que os Estados devem delinear estratégias de apoio aos tecidos económicos e impulsionar o desenvolvimento de um novo modelo económico que, consiga responder e adaptar-se ao paradigma da globalização, à medida que o papel da diplomacia económica adaptada e direcionada para os desafios atuais é um dos instrumentos fundamentais que os Estados devem utilizar (Leal, 2007: 208-209).

A diplomacia económica foi a vertente da diplomacia mais utilizada para fazer face à crise. Para Luís Amado, o papel da diplomacia económica tem uma importância acrescida perante o contexto europeu de crise, uma vez que o bem-estar coletivo e a economia do país são uma condição essencial para liberdade e para a segurança. Todavia a diplomacia económica não pode distanciar-se da inserção política num mundo em profunda mudança como o que estamos a viver (Amado, 2012: 79).

No âmbito da diplomacia cultural, para Ana Filipa Teles, a presença da língua e cultura portuguesa tornou-se mais evidente a nível internacional a partir do século XV, aquando dos Descobrimentos Portugueses e da contribuição portuguesa para o movimento da globalização iniciado neste momento, embora os primeiros esforços no sentido da promoção da língua e cultura portuguesas além-fronteiras tenham começado

em 1415, com a conquista de Ceuta (Teles, s.d.). Na sua perspetiva, alguns séculos depois, com o fim do regime totalitário de António de Oliveira Salazar, Portugal mudou radicalmente a forma como vê a diplomacia cultural e pública (Teles, s.d.). A grande transformação do pensamento diplomático português deu-se em 1986 quando o país aderiu à Comunidade Económica Europeia (CEE). No entanto, foi essencialmente nos anos noventa que a imagem exterior do país foi renovada com variados eventos, como a Europalia em 1991 e a Expo 98 (Teles, s.d.). Segundo Teles, a entrada no século XXI trouxe grandes eventos de diplomacia cultural e pública para Portugal, como é o caso da nomeação da cidade do Porto como Capital Europeia da Cultura em 2001 e a organização do Campeonato Europeu de Futebol de 2004 (Teles, s.d.). De facto, o desporto tem sido grandemente utilizado como uma forma de *Soft Power*, como instrumento de realização dos objetivos da Política Externa, ligados à imagem e ao aumento do prestígio dos Estados (Castro, 2013).

Segundo Alina Stoica, Portugal tenciona usar a sua proximidade histórica, linguística e cultural com os países que falam a língua portuguesa como um elemento a seu favor no quadro das Relações Internacionais (Stoica, 2014: 8), destacando a vertente da diplomacia cultural. De facto, o envolvimento do país nas relações externas europeias facilitou a sua mediação de relações importantes com regiões do continente africano, das Caraíbas e do Pacífico, bem como da Ásia, da América Latina e de organizações internacionais como a União Africana, o Mercosul, a ASEAN (Associação das Nações do Sudoeste Asiático) e a CPLP (Comunidades dos Países de Língua Portuguesa) (Stoica, 2014: 8). Para Alina Stoica, Portugal, devido à sua universalidade e poder no mundo lusófono pode ter um papel primordial no mundo (Stoica, 2014: 9).

Tiago Maurício analisa a diplomacia pública portuguesa, defendendo que Portugal tem uma longa história no campo da diplomacia pública, que atesta a perspicácia de um país cuja diplomacia permitiu a prossecução de uma política externa global e, à luz dos vários sucessos diplomáticos portugueses, é necessário renovar e investir nas ferramentas da diplomacia pública portuguesa, para que esta se torne abrangente e permita uma melhor comunicação entre todas as partes interessadas (Maurício, 2016).

1.4. Metodologia

Sendo o objetivo principal desta investigação compreender como a diplomacia portuguesa foi, no contexto europeu de 2008 a 2015, e continua a ser, um instrumento de renovação da credibilidade e prestígio de Portugal no estrangeiro, o método dedutivo pareceu-nos o mais apropriado para executar e tirar conclusões nesta investigação.

Nesta dissertação serão utilizadas fontes primárias e secundárias, como monografias, artigos científicos, dissertações anteriormente realizadas, notícias, dados estatísticos, leis, fontes oficiais do Governo e da República portuguesa e será realizada uma análise ao discurso oficial e às boas práticas e realizações concretas. Serão também realizadas três entrevistas estruturadas a altos funcionários do MNE: ao então Diretor-Geral da Direção-Geral dos Assuntos Europeus (atualmente Diretor-Geral da Direção-Geral de Política Externa), o Embaixador Pedro Costa Pereira; à Sub-Diretora-Geral da mesma Direção, a Doutora Maria João Botelho e ao Diretor de Serviços para os Assuntos de Segurança e Defesa, da Direção-Geral de Política Externa, o Diplomata Jorge Aranda². A escolha dos entrevistados justifica-se pela sua experiência e percurso profissional nas áreas da Política Externa, diplomacia e dos Assuntos Europeus, mas sobretudo para validar algumas ideias prévias sobre a questão em análise. Importa referir que as opiniões dadas são dos próprios e não vinculam diretamente à Instituição onde trabalham.

É importante referir que, a distância temporal em relação ao objeto de estudo pode ser vista como uma limitação, na medida em que não houve tempo de reflexão suficiente que permitisse um maior acesso a mais dados do que aqueles que foram encontrados. A dificuldade de medir o *poder* de Portugal e fazer uma avaliação objetiva da diplomacia e das suas formas também podem ser consideradas limitações desta investigação.

Contudo, a dissertação espera colmatar algumas lacunas existentes através da utilização de dados estatísticos, como os índices das exportações, importações, IDE, IDPE, PIB português e Turismo.

Para concluir, esta é uma investigação subjetiva, que parte da mente de um investigador e das suas escolhas, porque é o investigador que decide qual o tema a ser tratado, quais os autores escolhidos a comprovar as suas teorias e qual a bibliografia

2 As perguntas e respostas das entrevistas encontram-se nos anexos.

utilizada para as justificar. Esta pode ser mais uma limitação, ou inversamente, mais um ponto a favor para a prossecução de toda a investigação.

1.5. Conceitos Operacionais

Visto que com esta dissertação pretendemos argumentar que a diplomacia cumpriu a sua principal função de implementação dos objetivos da Política Externa portuguesa, principalmente o da renovação da credibilidade e prestígio externos, ao mesmo tempo que, no período pós-2015, a especialização diplomática em áreas onde Portugal tem já um passado (como China e Cabo Verde) continua a contribuir para os mesmos objetivos da renovação da credibilidade e prestígio externos, torna-se fundamental operacionalizar os conceitos de Diplomacia, Diplomacia Económica, Diplomacia Pública, Política Externa e *Soft Power*.

Embora os conceitos de *credibilidade* e *prestígio* não façam parte dos conceitos operacionalizados desta dissertação, estes são dois conceitos essenciais para toda a investigação e por isso é importante deixar explícito o que pretendemos dizer quando nos referimos aos mesmos.

Como defende Políbio Valente de Almeida, “a aquisição de *status* é, em qualquer sociedade e em qualquer época, uma forma de adquirir ascendente. A pessoa, o governo ou o Estado que concitem a admiração dos seus pares, ficam investidos de uma influência e de uma autoridade que é igual a poder.” (Valente de Almeida, 2012: 279), o que nos permite concluir que uma das principais demandas do Estado quando atua nas Relações Internacionais é obter uma boa imagem externa e aumentar a sua credibilidade perante os restantes Estados com os quais se relaciona.

A perceção do *status* entre os Estados é frequente nas Relações Internacionais e, segundo Valente de Almeida pode ocorrer de duas formas: ou o Estado é reconhecido pela comunidade em geral, ou noutra prisma, o *status* é-lhe atribuído por algum membro com poder para o fazer, sendo que, “o poder gera prestígio e o prestígio retorna como poder” (Valente de Almeida, 2012: 280).

Em suma, o que pretendemos afirmar quando nos referimos às noções de *credibilidade* e *prestígio* é dizer que, embora Portugal tenha atravessado e ainda esteja a atravessar uma crise económico-financeira que condicionou a sua atuação no

estrangeiro, o país necessita de recuperar a sua boa imagem, isto é, precisa de renovar o seu *status* através da aposta na sua diplomacia para que volte a obter a confiança dos mercados internacionais e continue obter prestígio (poder político, económico e de decisão dentro da sua área de atuação externa), conseguindo assim, maximizar todas as potencialidades da sua Política Externa.

Existem diversos significados para o conceito de diplomacia, porém quando falamos em diplomacia o que entendemos é que a mesma é um instrumento ao serviço da Política Externa dos Estados, sendo um “instrumento da negociação com que o Estado procura valorizar posições ou pontos de vista seus, engrandecer causas que lhe sejam próprias; que possam alargar o seu prestígio, criar zonas de influência e fortalecer o seu nome” (Mathias, 2006:199).

Tendo presente o objetivo desta investigação, importa analisar as três formas da diplomacia (económica, pública e cultural) porque todas concorrem para os objetivos da renovação da credibilidade e prestígio externos.

Segundo o artigo 3º. da *Conferência de Viena sobre as Relações Diplomáticas*, realizada a 18 de abril de 1961, as missões diplomáticas devem consistir em diversas funções (Decreto-lei 48295). Contudo, as funções da diplomacia que mais interessam a esta investigação são a da negociação (com a negociação de acordos bilaterais, protocolos e memorandos de entendimento e na negociação de melhores condições para o país perante a crise); da representação (utilizada na representação de Portugal junto das Instituições Europeias) e da promoção (subjacente à necessidade de atrair investidores estrangeiros e promover uma boa imagem externa do país). De facto, são expressões de poder essenciais para Portugal, ao utilizarem a economia, os produtos e as empresas (diplomacia económica), a língua e a cultura portuguesas (diplomacia cultural) e a informação e representação dos portugueses (diplomacia pública) para alcançarem uma boa imagem e aumentar a sua credibilidade e prestígio do país no estrangeiro.

A diplomacia económica é a forma da diplomacia mais utilizada ao longo do tempo. Para Ana Leal, no passado, a diplomacia económica protegia a economia, ao mesmo tempo que a servia e se servia da mesma (Leal, 2007: 210). A diplomacia económica era uma diplomacia comercial e a principal função dos diplomatas era proteger as atividades mercantis, uma vez que a diplomacia económica ao servir a economia, negociava garantias das rotas comerciais, abrindo mercados, colónias, novas

zonas de influência e apoiava as empresas e a sua atividade (Leal, 2007:210). Segundo Basílio Horta, o modelo de diplomacia económica promove um ciclo dependente onde a diplomacia económica e a economia interagem mutuamente, contribuindo para o aumento das exportações, para a internacionalização das companhias portuguesas e para a melhoria da imagem externa de Portugal, captando Investimento Direto Estrangeiro (IDE) para o país (Horta in Costa, 2009: 115).

A diplomacia cultural é outro conceito central nesta dissertação, pois no período em estudo, foi utilizada para renovar a imagem externa, através da importância dada à propagação da língua e da cultura portuguesa, dentro da UE e internacionalmente. A diplomacia cultural foi, durante décadas, vista como o terceiro pilar dos assuntos externos dos Estados, seguida da política e a economia (Mongiardim, 2007: 373).

No que diz respeito ao conceito de diplomacia pública, Maria Regina Flor e Almeida afirma que com a complexidade crescente da cena internacional, desde o final do século passado, surgiu uma nova prática político-diplomática, que originou o conceito de diplomacia pública (Flor e Almeida, 2003: 63). Segundo a Embaixadora, este conceito significa “construir e divulgar, publicamente, uma determinada imagem do país” (Flor e Almeida, 2003: 63).

É também fundamental operacionalizar o conceito de Política Externa, sendo a análise de Política Externa a base de toda a nossa investigação e, por consequência, o ponto de partida para a execução da mesma. Na maioria das vezes, os conceitos de diplomacia e Política Externa são confundidos. No entanto, é relevante especificar que a Política Externa é o modo de atuação externa do Estado quando se relaciona com outros Estados e a diplomacia é um instrumento que o Estado utiliza para executar a sua Política Externa.

Existem diversos conceitos de Política Externa, no entanto aquele que mais nos interessa é, partindo do ator Estado, a Política Externa é um conjunto de decisões e ações de um Estado em relação ao âmbito externo (Santos, 2012: 144).

Interessa ainda destacar o conceito de *Soft Power*. O Poder faz parte da análise de Política Externa e, apesar de Portugal ser uma *média potência*, o *Soft Power* é uma forma de poder (Nye, 2004) determinante para um país como Portugal, que quer ser acreditado entre os seus pares e que ambiciona ter prestígio e reconhecimento internacional. Cabe destacar a dimensão imaterial do *Soft Power* (Reis, 2013), ou seja, a forma como a diplomacia portuguesa, enquanto instrumento de *Soft Power*, contribuiu e

continua a contribuir para uma boa imagem externa e para a renovação da credibilidade e prestígio de Portugal no estrangeiro.

Por último, a estrutura desta investigação é a seguinte:

O **Capítulo 2** pretende analisar quais as transformações que o país e a diplomacia portuguesa sofreram desde a Revolução de abril até à atualidade, tendo em conta a entrada nas Comunidades Europeias. Será também referida a forma como Portugal priorizou, no período 2008-2015, os Assuntos Europeus, na procura de novos mecanismos para resolver a crise.

O **Capítulo 3** pretende entender quais as consequências que a crise trouxe à diplomacia portuguesa e se, de facto, existiu um reforço da diplomacia portuguesa na UE neste período e, em como este reforço foi executado. Serão destacadas as três formas da diplomacia (económica, pública e cultural) e identificados quais os principais atores da Política Externa portuguesa que contribuíram para criação de uma boa imagem e renovação da credibilidade e prestígio externos.

O **Capítulo 4** analisa a atuação diplomática portuguesa no período pós-2015. Destacaremos os principais indicadores que demonstram como a aposta da diplomacia portuguesa no período 2008-2015 contribuiu para a o início da saída de Portugal da crise e abordaremos a especialização diplomática portuguesa em áreas onde Portugal tem já um passado.

Capítulo 2 – Da especialização da diplomacia portuguesa à priorização dos Assuntos Europeus no período 2008 a 2015

“A Política Externa Portuguesa não é favorecida por repentinas mudanças de rumo ou de velocidade. Somos um país antigo, com uma política externa muito consolidada, e com uma presença e imagem internacionais amplamente reconhecíveis e reconhecidas”

João Gomes Cravinho (2012) “Novas coordenadas da política externa portuguesa”

Este capítulo reflete sobre a atuação da diplomacia portuguesa desde a Revolução de 1974 até 2015, com especial foco na participação de Portugal na UE. Os objetivos principais são: analisar as consequências que a Revolução de 1974 trouxe para Portugal e para a sua Política Externa e diplomacia; identificar as transformações ocorridas no âmbito da diplomacia portuguesa com a entrada de Portugal nas Comunidades Europeias (CEE, CECA e EURATOM) e compreender o porquê da priorização dos Assuntos Europeus no período de 2008 a 2015.

2.1. A Revolução de 1974 e o “inevitável destino”

Antes de serem exploradas as consequências e novas formas de atuação da diplomacia portuguesa após a Revolução de 1974, é importante reconhecer o objetivo desta Revolução e o porquê da mesma ter contribuído para a integração definitiva de Portugal nas Comunidades Europeias.

A Revolução de 1974 foi parte integrante da terceira onda da democratização. Segundo Huntington, nesta época, os valores democráticos começaram a ser vastamente aceites em diversas partes do mundo, o que punha em causa a legitimidade dos regimes autoritários existentes, da mesma forma que o crescimento económico global dos anos 1960 aumentou progressivamente a educação, elevou os padrões de vida e amplificou a classe média urbana em diversos países (Huntington, 1991: 13).

A mudança da doutrina e atividades da Igreja Católica e a consequente transformação das Igrejas Católicas nacionais constituíram-se como outra das causas da queda progressiva dos regimes autoritários na Europa, que tinham na sua base uma

consolidada índole religiosa. Por fim, as alterações nas políticas de atores externos como os Estados Unidos, a CEE e a União Soviética contribuíram fortemente para o detrimento da legitimidade dos regimes ditatoriais (Huntington, 1991: 13).

Em Portugal, o golpe militar de abril de 1974 pôs fim ao regime autoritário português que havia durado quarenta e seis anos. Consequentemente, os objetivos do Movimento das Forças Armadas (MFA) consistiam na descolonização, democratização e desenvolvimento do país, dando início a uma reavaliação das linhas orientadoras da Política Externa portuguesa, assim como a uma redefinição da identidade nacional, sendo que Portugal tinha deixado de ser um Estado multicontinental e a sua Política Externa e identidade nacional caminhariam no sentido europeu (Gorjão, 2005: 18).

Relativamente às causas da Revolução de 1974 podemos, em primeiro lugar, abordar o período posterior à Segunda Guerra Mundial. A integração política e económica europeia era um projeto desafiador a governos autoritários como o português, ao terminar com os impérios coloniais europeus e, em segundo lugar, a criação do *Plano Marshall* como um plano de recuperação económica europeia foi visto como um desafio ao ambicionado nacionalismo económico português (Gorjão, 2005: 18-19).

Em 1955, Portugal foi aceite na Organização das Nações Unidas (ONU). Todavia, em 1959, a ONU procedeu a um novo alargamento que consistiu na adesão de países asiáticos e africanos, sendo este mais um motivo do colapso do regime ditatorial, uma vez que estes Estados eram ex-colónias e este acontecimento fez aumentar a pressão internacional sobre o regime português (Gorjão, 2005: 20).

No início da década de 1960, deram-se os primeiros confrontos militares com Angola e a gradual perda de apoio do regime por parte dos grupos económicos portugueses. Estes acreditavam que a guerra colonial era a principal responsável pelas carências internas do país (Gorjão, 2005: 20-21).

No que respeita ao Programa do MFA, elaborado em 1975, relativamente à Política Externa portuguesa e, sendo este um dos únicos temas onde existiu consenso durante os primeiros tempos da Revolução, o Programa apenas previa que o Governo Provisório se orientaria, na execução da Política Externa pelos princípios da não ingerência dos assuntos internos dos outros países, da independência, da paz e da igualdade entre os Estados, alargando relações internacionais com base na amizade e

cooperação”³. Estes princípios tinham como principal demanda terminar com o *orgulhosamente sós salazarista* e lançar Portugal num novo regime, onde o país fosse reconhecido internacionalmente e através do qual pudesse alargar as suas relações diplomáticas (Rezola, 2016).

O período pós-25 de abril foi caracterizado pelo reconhecimento do poder político que emergiu do golpe militar de 1974. Mário Soares iniciou uma afincada ação diplomática que resultaria não só no estabelecimento de relações diplomáticas com a União Soviética, o Terceiro Mundo e os países da Europa de Leste, como na pluralização de missões diplomáticas com organismos internacionais e governos (Rezola, 2016). Portugal estava aberto ao mundo, a sua atividade diplomática e políticas interna e externa estavam notoriamente interligadas. Porém, a forma como o país solucionaria a questão da descolonização traçaria o seu sucesso.

A descolonização portuguesa iniciou-se em paralelo com o aprofundamento do processo de integração europeia e com riscos a curto prazo para Portugal, contudo com vantagens a longo prazo, caso se conseguisse o apoio popular necessário para a defesa do plano nacional com vista à reconstrução do país (Ferreira, 1976: 19).

O artigo 2.º da Lei 7/74 de 27 de julho veio fechar o tema da descolonização, ao declarar o reconhecimento da independência dos territórios ultramarinos (Lei 7/74). O reconhecimento da independência das colónias consagrou-se internacionalmente como a criação de um novo regime, manifestado através da participação do Ministro dos Negócios Estrangeiros português na sessão da Assembleia Geral da ONU, em setembro de 1974 (Rezola, 2016).

Em 1976, tornava-se imperativo preparar Portugal para a adesão às Comunidades Europeias. A política colonial portuguesa ditou uma diplomacia de adaptação ao que lhe era pedido, isto é, defender uma política internacionalmente impopular, tendo toda a carreira diplomática portuguesa executado essa política oficial, embora nem todos concordarem com a mesma (Seixas da Costa, 2010: 59). Neste tempo, a diplomacia portuguesa era uma diplomacia que defendia os ideais do regime salazarista, como assim lhe competia, sendo também uma diplomacia utilizada como arma de propaganda de um país fechado ao mundo que, aquando da sua entrada nas

3 Cfr. Programa do Movimento das Forças Armadas (1975), disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/docs25a/MFA1-4.HTM>, acesso a 26/02/2017.

Comunidades Europeias, sofreu uma enorme transformação na sua forma de atuar, como contemplaremos.

Segundo o Embaixador Francisco Seixas da Costa, no cerne da diplomacia portuguesa, desde cedo ficou latente o surgimento de um grupo de funcionários que começou a perspetivar além da *visão ultramarinista* do regime ditatorial, do mesmo modo que o espaço europeu se tornava o futuro do país (Seixas da Costa, 2010: 59).

A revolução de 1974 alterou grandemente a relação de forças dentro do MNE. Como refere Seixas da Costa, é neste contexto que surge uma corrente europeísta dentro do MNE, como designa, os *euroentusiastas*, que iniciaram um processo de seleção que privilegiou jovens e qualificados diplomatas, “seduzidos pela nova área diplomática que se desenhava como prioritária” (Seixas da Costa, 2010: 60). De facto, nas décadas posteriores viriam a ser alguns destes diplomatas a assumir responsabilidades na condução da política europeia portuguesa (Seixas da Costa, 2010: 60).

Em 12 de junho de 1985, Portugal assinou o tratado de adesão à CEE. A adesão de Portugal à CEE provinha da necessidade do país se inserir na então conjuntura internacional, bem como de enfrentar os problemas originários da sua nova posição no mundo. Portugal continuava a ser um país marítimo, mas também era parte integrante da realidade geográfica europeia, tal como da sua cultura e, assim sendo, deveria regressar aos seus primórdios e integrar-se definitivamente na CEE (Martins, 1989: 88).

Na assinatura do tratado de adesão, o Primeiro-ministro português, Mário Soares, declarou que a adesão de Portugal à CEE representava um possível futuro de progresso e modernidade, visto que cabia ao país reduzir, a partir de então, a distância que o separa dos restantes países desenvolvidos da Europa, “criando para os portugueses padrões de vida e de bem-estar verdadeiramente europeus” (Soares, 1985).

A adesão representou a reconquista da liberdade portuguesa iniciada com a Revolução de abril (Durão Barroso, 2007: 11). Segundo o ex Primeiro-ministro português e anterior Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, Portugal viu a Europa como um meio de consolidar a sua democracia e, em contrapartida, a Europa viu Portugal como mais um membro da sua família e, a integração na CEE trouxe uma adaptação estrutural ao país com a modernização económica e a subida dos níveis de desenvolvimento social e cultural (Durão Barroso, 2007: 11).

Com a integração europeia, Portugal mudou radicalmente a sua influência no mundo. De certa forma, as causas portuguesas passaram a ser também causas europeias

e a integração favoreceu um crescimento atroz da economia portuguesa, permitindo ao país atingir um nível de desenvolvimento mais próximo daquele que os seus parceiros possuíam, dando-se também uma modernização da sociedade e do Estado (Durão Barroso, 2007: 12).

Portugal sempre se mostrou ativo na implementação das políticas europeias. A sua participação na implementação do Ato Único Europeu, do Mercado Interno Europeu e a sua vontade de pertencer à Zona Euro e ao Espaço Schengen revelam a vontade nacional do país se integrar nos diversos domínios da UE e, nas palavras de Durão Barroso, desde a adesão os governos portugueses têm zelado para que Portugal esteja sempre na primeira linha de iniciativas da União que reforcem o projeto europeu (Durão Barroso, 2007: 12).

A adesão transformou a natureza das fronteiras portuguesas que passaram a visar-se pela livre circulação de pessoas, serviços, capitais e mercadorias. Como sublinhou Adriano Moreira, passaram a existir três fronteiras: a política que é da UE, a económica da Comunidade e a cultural privativa que é a da CPLP (Moreira, 2007: 21). Desde 2009, com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa as fronteiras económicas são também da UE.

Na realidade, a adesão às Comunidades Europeias trouxe uma grande transformação ao país, com impactos na economia, sociedade e, essencialmente, na forma de fazer política. Com a entrada de Portugal na CEE, o Estado português viu condicionada a sua função de decidir acerca da sua inserção internacional e nacional, tal como reforça Martins, “o poder político passou a estar condicionado pelas negociações entre os Estados Membros” (Martins, 1989: 92).

No que respeita à diplomacia portuguesa, por um lado a entrada na CEE reforçou o papel de Portugal como ator internacional, através da sua participação nos fora da UE. Como refere José Magone, deu-se uma reconstrução da Política Externa portuguesa e do seu instrumento, a diplomacia (Magone, 2006: 23). De facto, a adesão requereu que o Estado procurasse estar presente em todos os centros de decisão, exigindo uma articulação entre as políticas domésticas e os centros europeus (Moreira, 2007: 23). Por outro lado, relativamente à atuação do corpo diplomático, segundo Isabel Braga, a adesão à UE exigiu aos diplomatas “um protagonismo político e um dinamismo de actuação até aí inéditos” (Braga, 1999).

Por último, Portugal não descurou a sua relação com as ex-colónias portuguesas. O país teve um papel determinante na negociação das guerras existentes nestas áreas e, como confirmam Sousa e Gaspar, “as relações da antiga metrópole com os novos estados africanos normalizaram-se e tornaram possível a formação de uma Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)” (Sousa e Gaspar, 2015: 100), tanto que, segundo Zúquete, “hoje em dia, em Portugal (...) é difícil não ouvir políticos a falar de Lusofonia como raiz e como horizonte da relação de Portugal com o mundo” (Zúquete, 2015: 83). O terceiro capítulo desta dissertação analisa precisamente a especialização da diplomacia portuguesa nestas áreas, onde Portugal tem já um passado.

A participação de Portugal no Projeto Europeu teve como consequência direta o reforço do instrumento diplomático, designadamente, a criação de uma diplomacia especializada na UE e nas suas matérias. Neste prisma, Portugal utilizou as funções da negociação e da representação da diplomacia como forma de promover o país, construindo uma boa imagem, credibilidade e prestígio. As presidências rotativas do Conselho da UE assumidas por Portugal em 1992, 2000 e 2007 foram excelentes oportunidades para os diplomatas e políticos portugueses de promoverem o país e fortalecerem a reputação do país na UE e internacionalmente, mostrando a eficácia e prestígio da diplomacia portuguesa (Ferreira-Pereira, 2008).

São vários os exemplos que demonstram as qualidades e o profissionalismo da diplomacia portuguesa e que trazem ao país uma maior visibilidade externa: a eleição de Portugal como membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU em três ocasiões: (1979-1980), (1997-1998) e (2011-2012); a escolha e nomeação de José Manuel Durão Barroso para a Presidência da Comissão Europeia de 2004 a 2014 e, a recente eleição de António Guterres como Secretário-Geral das Nações Unidas.

A participação de Portugal em todas as iniciativas da UE reforçou o seu estatuto dentro desta organização. Desde a década de 1990, o número de iniciativas em que a UE está envolvida cresceu grandemente, o que levou a uma responsabilidade acrescida dos diplomatas e funcionários públicos portugueses de dominarem todas essas iniciativas, dando-se uma europeização de Portugal e da sua Política Externa e diplomacia (Magone, 2006: 26). De facto, a adesão obrigou a uma especialização da diplomacia portuguesa nas matérias europeias, estando esta premissa presente na Política Externa portuguesa desde o início do processo de adesão de Portugal às Comunidades Europeias. Logo em 1985, foi criada a Representação de Portugal junto das

Comunidades Europeias, (atualmente designada por Representação de Portugal junto da UE - REPER) na dependência do Ministério dos Negócios Estrangeiros, tendo como principal objetivo defender os interesses do Estado português junto das instituições europeias (Decreto-Lei 459/85), como veremos no próximo capítulo.

Serão agora identificados breves exemplos de como a diplomacia portuguesa tem um papel determinante na UE. Em 2000, A diplomacia portuguesa foi um vetor essencial durante as negociações da Estratégia de Lisboa que tinha como demanda alcançar a economia mais competitiva do mundo baseada no conhecimento. Como profere José Magone, “portuguese diplomacy and public administration can be proud to have achieved a compromise on the Lisbon Strategy which is shaping the continent towards a new knowledge-based economy” (Magone, 2006: 25). Outro exemplo é a organização do Tratado de Lisboa, que ocorreu no Mosteiro dos Jerónimos, em 2007, em virtude da Presidência portuguesa do Conselho da UE.

Através dos Fundos Estruturais Europeus, Programas Europeus e Políticas Europeias há não só uma cooperação transfronteiriça do Estado português com os restantes Estados-membros da UE, como também uma ajuda financeira da UE ao nível de apoios ao Estado português e, ao nível dos apoios financeiros às empresas portuguesas que se queiram sediar na União, o que constitui mais um desafio à diplomacia portuguesa na formação do diálogo entre a UE, o Estado português e os atores económicos.

Desde 1989, Portugal beneficia da Política de Coesão da UE e, desde a aplicação do primeiro Quadro Comunitário de Apoio (QCA I) até ao ano de 2006 foram investidos mais de 47 mil milhões de euros em Fundos Comunitários, que contribuíram para a modernização da economia e da sociedade portuguesa⁴. Como notaremos posteriormente, no período 2007-2013 e, atualmente, no período 2014-2020, o país continua a beneficiar deste apoio financeiro.

Portugal é um país que transformou uma diplomacia oriunda do regime salazarista numa diplomacia especializada na UE. Esta especialização está relacionada com dois aspetos: primeiramente, com a procura de novas oportunidades para o país e para a sociedade portuguesa no espaço da UE e, em segundo lugar, com a busca por uma melhor imagem e maior credibilidade e prestígio externos no espaço europeu e extraeuropeu.

4Cfr. Observatório QREN “Política de Coesão”, disponível em: http://www.observatorio.pt/item1.php?lang=0&id_channel=18&id_page=90, acesso a 25/03/2017.

Esta dissertação argumenta que, perante o contexto europeu de crise económico-financeira e tendo em conta que este contexto produziu diversas adversidades à sociedade portuguesa, a atenção dada aos Assuntos Europeus foi ainda maior, constituindo uma prioridade da diplomacia portuguesa no combate à recessão económica, sendo esse o argumento que iremos aprofundar no próximo ponto.

2.2. A priorização dos Assuntos Europeus no período 2008-2015

Tal como vimos no capítulo anterior, a adesão de Portugal às Comunidades Europeias trouxe uma especialização da diplomacia portuguesa na UE. Com a crise económico-financeira houve uma priorização dos Assuntos Europeus na Política Externa portuguesa, como forma de responder à crise. Este ponto analisa algumas das políticas e processos em que Portugal participou, no sentido de defender os seus interesses e alcançar os seus objetivos, especialmente o da renovação da credibilidade e prestígio externos.

Entre 2008 e 2015, a participação de Portugal na UE foi extremamente direcionada para a procura de mecanismos de resposta à crise económico-financeira. É relevante salientar que, apesar da situação que o país atravessou, Portugal sempre se mostrou disposto a aprofundar a sua participação nesta organização e a cumprir com as suas obrigações europeias. Na ótica do Diplomata Jorge Aranda, deu-se uma priorização dos Assuntos Europeus e, portanto, capacitar os diplomatas portugueses nas matérias europeias foi uma prioridade (Aranda, 2017).

Em 2009, a situação económica e financeira europeia sofreu um grande abalo devido à recessão provocada pela crise económico-financeira e, Portugal não foi exceção, pelo que este período obrigou a uma estrita coordenação entre o país e a UE, com vista à redução do défice e da dívida pública.

A crise veio afirmar a necessidade de dar seguimento às reformas estruturais e, para Portugal, a consolidação das finanças públicas, o aumento da eficiência do sistema de educação e a modernização da proteção ao emprego eram um elemento de extrema importância (MNE, 2010b: 54-55).

Nesse ano, a *Iniciativa para o Investimento e o Emprego* reforçou o apoio, começado em 2008, às famílias e empresas mais afetadas pela crise (MNE, 2010b: 58). Foram tomadas diversas medidas, como: a modernização das escolas; a promoção da

utilização de energias renováveis; o apoio à atividade económica, às exportações e às Pequenas e Médias Empresas e o apoio ao emprego e reforço da proteção social, (MNE, 2010b: 58), estando estas medidas em convergência com o Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN 2007-2013) e com a implementação da *Estratégia de Lisboa*, refletindo o compromisso de Portugal e da sociedade civil portuguesa com a UE e as suas políticas (MNE, 2010b: 58).

Ainda em 2009, Portugal entrou no *Procedimento por Défices Excessivos* (PDE) previsto no *Pacto de Estabilidade e Crescimento*. Este Pacto previa que os países que ultrapassassem um limite de 3,0% do PIB nas suas contas públicas seriam colocados sob *vigilância orçamental* (Agência Lusa, 2009b), pondo em causa e condicionando a credibilidade e imagem externas do país, como veremos.

Em 2011 Portugal recorreu ao primeiro resgate financeiro, iniciando o Plano de Ajuda Económica e Financeira (PAEF) para o período 2011-2014, através do qual o país foi intervencionado pelo FMI e pela *Troika*⁵. Durante este tempo, foi constante a necessidade de mostrar que o país estava completamente comprometido com os objetivos da Comissão Europeia, com a *Estratégia Europa 2020*, com o *Semestre Europeu* e com os *Fundos Estruturais* como futuro da economia portuguesa, mas principalmente como meio fundamental de financiamento das políticas públicas nacionais, nomeadamente, aquelas que promovem os objetivos da *Estratégia Europa 2020* e do *Programa Nacional de Reformas* (MNE, 2013b: 50-51).

Importa sublinhar ainda que a diplomacia portuguesa teve um papel primordial, ao trabalhar diariamente na representação e defesa dos interesses portugueses. Cabe aqui destacar não só REPER e os seus grupos de trabalho no Conselho da UE, como os funcionários e deputados portugueses que trabalham no Parlamento Europeu e junto das restantes Instituições Europeias.

No período 2010-2013, Portugal continuou a participar fortemente na *Estratégia de Lisboa*. A *Agenda Digital 2015* é um exemplo da aposta nesta Estratégia, ao se focar em cinco áreas de intervenção que respondem a três dos oito objetivos da *Agenda Digital para a Europa*: Redes de Nova Geração; Melhor Governança; Educação de Excelência; Saúde de Proximidade e Mobilidade Inteligente (UMIC, 2010).

5 Cfr. Banco de Portugal (s.d.) “Programa de Assistência Económica e Financeira”, disponível em: <https://www.bportugal.pt/page/programa-de-assistencia-economica-e-financeira>, acesso a 23/09/2017.

Em 2010, perante a adoção da *Estratégia Europa 2020* (que veio substituir a Estratégia de Lisboa), a diplomacia portuguesa teve uma importância acrescida como um instrumento da Política Externa portuguesa, na realização de reuniões bilaterais com a Comissão Europeia, a fim de analisar os objetivos comunitários e nacionais, bem como de confirmar as metas do país nos cinco domínios da Estratégia (MNE, 2011b: 68). Tornou-se essencial promover a internacionalização da economia, melhorar a competitividade e as exportações do país, visto que, tal como estava retratado nos principais objetivos da Política Externa portuguesa, era imperativo ultrapassar a crise, mas essencialmente criar uma boa imagem externa para o país. Por conseguinte, era imprescindível explicar todas estas Estratégias e Programas de Reformas à sociedade portuguesa, mostrando ao país a realidade portuguesa e às Instituições Europeias que o país estava disposto ao sacrifício.

Em 2013 chegou ao fim o QREN 2007-2013, que consistiu na aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal, permitindo a disponibilização de cerca de 21,5 mil milhões de euros ao país, a serem investidos em três áreas principais: Potencial Humano, Fatores de Competitividade e Valorização do Território⁶.

O QREN 2007-2013 contribuiu para que: 1792 projetos com participação nacional fossem financiados (dos quais 368 coordenados por participantes nacionais); existissem 2452 participações nacionais nestes projetos (667 por instituições académicas, 749 por institutos de I&D, 503 por Pequenas e Médias Empresas, 282 por grandes empresas e, 251 por outras entidades públicas e privadas); fossem cedidos 573 milhões de euros para participantes nacionais, dos quais 49 milhões de euros foram colocados a concurso a nível europeu (MNE, 2015b: 91).

Em 2013, o então Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, afirmou que ambicionava que este fosse um ano de recuperação da economia portuguesa e que para tal, contava com o profissionalismo, competência e empenho da diplomacia portuguesa no combate à recessão económica. Realçando o papel da diplomacia portuguesa em todo este processo, segundo Cavaco Silva, a recuperação económica só seria possível

⁶ O QREN é um quadro de aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal no período 2007-2013. Sobre este Programa: <http://www.qren.pt/np4/qren>, acesso a 12/03/2017.

através do aumento das exportações, do turismo, do investimento privado e do IDE e, para alcançar estes resultados, a diplomacia era indispensável⁷.

Em 2014, o *Portugal 2020*⁸ entrou em vigor e, desde então, a diplomacia portuguesa tem tido um papel primordial na representação dos interesses do país junto das Instituições Europeias. Devido ao infortúnio da crise existiram várias dúvidas sobre o facto de Portugal voltar a receber apoio financeiro da UE, sendo necessário explicar que o país tem cumprido com as suas metas e que o apoio financeiro da UE é essencial para que continue a cumpri-las, reforçando que este montante financeiro significa a criação de novas oportunidades para sociedade e para as empresas portuguesas.

O *Portugal 2020* fez com que o país recebesse 25 mil milhões de euros. Dando um breve exemplo da participação de Portugal nos Programas Quadros europeus para o período 2014-2020, em 2014, relativamente ao Programa Horizonte 2020, dos 3,3 milhões de verbas disponíveis, as entidades portuguesas conseguiram obter cerca de 66 milhões de euros (2% do total do financiamento europeu) (MNE, 2014b: 92).

Ainda em 2014, o cumprimento das obrigações portuguesas e a participação de Portugal nas principais políticas europeias levou ao término do PAEF e à integração de Portugal nos procedimentos do Semestre Europeu (MNE, 2014b: 24). Aquando da saída do PAEF, Aníbal Cavaco Silva declarou que a saída deste Plano reforçou “a confiança e a credibilidade de Portugal junto dos mercados internacionais”⁹, visto ser este um marco muito importante não só para Portugal economicamente, e para a sociedade portuguesa que sentiu, com a intervenção da *Troika*, um afastamento em relação ao Projeto Europeu (Pinto, 2017).

Na mesma linha de pensamento, o anterior Ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Machete, referiu que a conclusão do PAEF representava uma reconquista da autonomia do país e, a recuperação da credibilidade do país junto dos mercados e dos parceiros externos foram possíveis através do enorme esforço e capacidade de todos os portugueses (Machete, 2015). Segundo Machete, a capacidade da diplomacia portuguesa na defesa dos interesses do país junto das instâncias internacionais, na captação de investimento estrangeiro, no aumento das exportações e na conquista de

7 Cfr. Jornal de Notícias (2013) “Cavaco destaca papel da diplomacia no combate à crise”, 4 de janeiro de 2013, disponível em: <http://www.jn.pt/politica/interior/cavaco-destaca-papel-da-diplomacia-no-combate-a-crise-2976894.html>, acesso a 13/03/2017.

8 Cfr. Governo de Portugal (2017^a) “Iniciativa Portugal 2020”, disponível em: <https://www.portugal2020.pt/Portal2020/o-que-e-o-portugal2020>, acesso a 25/03/2017.

9 Cfr. Jornal Sábado (2015) “Saída da troika marcou 2014”, 15 de janeiro de 2015, disponível em: <http://www.sabado.pt/portugal/politica/detalhe/2015-01-15-a>, acesso a 30/05/2017.

novos mercados para os produtos portugueses foi essencial em todo este processo (Machete, 2015).

Também em 2015, a então Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, Margarida Marques, declarou que só a recuperação da credibilidade de Portugal seria essencial para que o Governo português pudesse aplicar uma nova estratégia de flexibilização das regras do euro, pelo que, já se fazia notar uma mudança de atitude da relação de Lisboa com as Instituições europeias, estando o país a colocar-se ao mesmo nível dos seus parceiros europeus (Agência Lusa, 2015).

No ano de 2015, Portugal participou no diálogo relativo ao *Semestre Europeu* 2016, demonstrando o seu alinhamento com as regras da União e da área euro (MNE, 2015b: 31). A crescente vontade de participação do país dentro da UE foi retratada através do apoio ao *Plano Juncker*, (que é orientado para dar resposta a falhas de mercado, absorvendo financiamento privado para projetos que não conseguem atrair investidores) (MNE, 2015b: 31). Segundo a Chefe da Representação da Comissão Europeia em Portugal, Sofia Colares Alves, o *Plano Juncker* já apoiou 13 projetos nacionais, com um financiamento de 1,2 mil milhões de euros e deverá criar um investimento de 3,8 mil milhões de euros (Alves, 2017).

O alinhamento de Portugal com a UE é, como mostrámos no capítulo anterior, algo que tem sido construído desde a Revolução de abril. Todos os diálogos em que o país participa espelham a capacidade da diplomacia portuguesa como um instrumento de representação dos interesses do país no estrangeiro, da mesma forma que assinalam a necessidade de Portugal ter uma *voz* nos assuntos europeus.

Outro exemplo de como Portugal priorizou os Assuntos Europeus é a participação na execução dos objetivos da Política Europeia de Vizinhança (PEV). Esta participação foi aprofundada em áreas de extrema importância para a Política Externa portuguesa, como o Mediterrâneo, a Vizinhança a Leste e a Vizinhança Sul (MNE, 2010b: 67). A área do Mediterrâneo é uma área de grande interesse para a Política Externa portuguesa e, o país tem tido a intenção de ser um *mediador* das relações da UE com os países desta área, na qual as empresas portuguesas podem procurar novas oportunidades de negócio e internacionalização.

No campo de atuação da PEV, em 2014, Portugal apoiou a transição democrática dos parceiros mediterrânicos. Em abril desse ano, o país participou no

diálogo na IV Cimeira UE-África, tentando demonstrar o benefício mútuo na parceria entre os dois continentes (MNE, 2015b: 253).

O continente africano é um espaço fundamental para a Política Externa portuguesa e, devido ao passado de relações e experiência, Portugal mantém uma relação de proximidade com os países desta região. Este é um benefício para Portugal dentro da UE, permitindo à diplomacia portuguesa ser a *mediadora* das relações entre a UE e estes países, afirmando a eficácia da diplomacia portuguesa como um instrumento da Política Externa portuguesa.

Mostrando a força da diplomacia portuguesa em outras políticas e Instituições da UE, a eleição de José Manuel Durão Barroso, no período de 2004 a 2014, como Presidente da Comissão Europeia, foi um ponto a favor para Portugal, num período em que o país atravessou a crise. Noutra perspetiva, entre 2008 e 2015 foi também possível observar o reconhecimento do mérito de outros diplomatas e funcionários portugueses dentro das Instituições Europeias. Este reconhecimento manifesta o papel determinante da diplomacia portuguesa dentro da UE, como igualmente o valor da Política Externa portuguesa para a prossecução dos objetivos externos da União (MNE, 2010-2015b).

Para além dos exemplos descritos, Portugal participou em outras políticas europeias, que vão desde à consolidação do espaço de liberdade, segurança, asilo e justiça, à relação da União com países terceiros. Os Assuntos Europeus foram e são uma prioridade para a Política Externa e para o seu instrumento, a diplomacia, e a participação do país nas missões internacionais merece alguma atenção, sendo a *diplomacia das forças armadas* uma das formas mais importantes da diplomacia portuguesa.

Apesar de entre 2010 e 2011 ter sido reduzido o orçamento português relativo à sua participação em missões internacionais em 30%, o país continuou a participar, dentro dos meios disponíveis, nas missões da UE, da NATO e da ONU (Ministério da Defesa, 2011). Foi notório o esforço realizado na continuação da participação nestas missões, trazendo alguma credibilidade ao país que, apesar do revés da crise, continuou a mostrar interesse em participar. No ano de 2014, a participação de Portugal através das suas Forças Armadas em missões coordenadas pela agência FRONTEX, contribuiu para a vigilância de fronteiras, para o combate à imigração ilegal (MNE, 2014: 263) e, igualmente, para as ações militares de combate ao autoproclamado Estado Islâmico, no Médio Oriente (MNE, 2015b: 245).

Como último exemplo, tendo presente o período de crise que o país atravessou nos últimos anos, em 2013 foi alcançada uma Parceria de Gestão, entre a Comissão Europeia e o Governo português, gerida pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD), com a principal demanda de existir uma maior participação dos cidadãos, das empresas e da sociedade civil portuguesa nas principais políticas europeias (MNE, 2013b: 343). Em 2015, o CIEJD recebeu uma Menção Honrosa, através do *Projeto ON - Oportunidades de Negócio na UE*, na categoria de “Apoio à Internacionalização das Empresas”, numa iniciativa da Comissão Europeia designada por Prémios Europeus de Promoção Empresarial 2015.

Na mesma perspetiva, em 2014, Portugal recebeu o prémio de Centro SOLVIT com a maior percentagem de casos resolvidos da década, atribuído pela Comissão Europeia em Cracóvia. Este prémio homenageou a equipa do Centro SOLVIT Portugal e os organismos da administração pública portuguesa (MNE, 2014b: 363), trazendo um maior reconhecimento ao país, pela procura de uma melhor prestação de serviços aos cidadãos e empresas do EEE.

Concluindo, Portugal esteve sempre na *vanguarda* da concretização das principais políticas europeias e a crise não fez abrandar a sua especialização e participação. Fê-lo aprofundar a sua posição, ao priorizar os Assuntos Europeus e procurando uma *voz* dentro da UE, de forma a renovar a sua credibilidade e imagem deteoradas, como um país que cumpre com as suas obrigações. Como refere a atual Sub-Diretora-Geral da Direção-Geral dos Assuntos Europeus, Maria João Botelho, Portugal sempre foi muito europeísta e esteve sempre na frente de todos os núcleos duros da integração europeia e isso deu-lhe uma credibilização muito grande que não desaparece, mesmo com a situação da crise (Botelho, 2016).

Capítulo 3 – A diplomacia portuguesa como instrumento de renovação da credibilidade e prestígio externos no período 2008 a 2015

“(…) temos uma rede diplomática que foi determinada pela história, pelas nossas vizinhanças, pelas nossas afinidades, pelo tipo específico de interesses que entendemos nos compete defender pelo mundo. É, aliás, essa posição à escala global e os laços que estabelecemos através da nossa rede diplomática que nos permite ter uma voz distinta em Bruxelas, nomeadamente quando se discutem temáticas que diretamente tocam questões em que temos legítimos interesses (Brasil, África, Timor-Leste, etc)”

Francisco Seixas da Costa, “Portugal e a diplomacia europeia”

Relembrando que o objetivo desta investigação é compreender como a diplomacia portuguesa foi, durante o contexto europeu de 2008 a 2015, e continua a ser, um instrumento de renovação da credibilidade e prestígio de Portugal no estrangeiro, este capítulo analisa a forma como a diplomacia portuguesa respondeu à crise, intentando averiguar se existiu um reforço da diplomacia portuguesa, bem como abordando o contributo dos principais atores que contribuíram para a prossecução da Política Externa portuguesa no período em estudo.

3.1. O reforço da diplomacia (económica, pública e cultural) como resposta à crise

O período 2008-2015 foi caracterizado por um gravíssima crise económico-financeira que continua a trazer consequências não só para a Europa, como para todo o mundo. No entanto, esta é uma realidade que Portugal não desconhecia. Nos anos 1980, o país atravessou um longo período de austeridade e este facto pode-se tornar numa oportunidade para o país dinamizar a sua atuação e imagem externa, através da diplomacia.

Tendo em conta que já analisámos a resposta de Portugal à crise no âmbito da UE, a qual se prendeu com um aprofundamento e priorização do país nos Assuntos Europeus e, não sendo o objetivo desta dissertação analisar exaustivamente todos os parâmetros e objetivos da Política Externa portuguesa entre 2008 e 2015, serão somente

abordados neste ponto os objetivos referentes à diplomacia e às suas formas: económica, pública e cultural.

Como será exposto durante este ponto, os objetivos da Política Externa são objetivos perspetivados a longo prazo, sendo difícil medir quantitativamente os frutos dos mesmos. Por conseguinte, apesar de existirem mudanças de Governo, não existem grandes alterações na prossecução desta política, bem como no nível de atuação do corpo diplomático português, dando-se apenas um ajustamento dos objetivos consoante o Governo em questão (Costa Pereira, 2017).

Este ponto analisa alguns exemplos das ações prosseguidas entre 2008 e 2015 no âmbito da diplomacia formal, onde o ator Estado prevalece, destacando-se a diplomacia económica como um dos pilares da Política Externa portuguesa. A crise económico-financeira tornou necessária a renovação da imagem, credibilidade e prestígio externos do país, como principal demanda de todas as ações desenvolvidas neste âmbito.

Em 2008, ano em que se começavam a sentir no país os primeiros sinais da crise económico-financeira, o então Presidente da República português Aníbal Cavaco Silva referiu que era importantíssimo fortalecer a rede consular e diplomática, apoiando os diplomatas e conselheiros económicos com meios que lhes permitam desempenhar as suas funções (Costa, 2008). Podemos acrescentar que a credibilidade e prestígio de Portugal no estrangeiro dependiam, e continuam a depender grandemente da ação dos diplomatas portugueses como os *porta-estandartes* dos interesses do país e, durante o período 2008-2015 houve a necessidade de tornar o corpo diplomático português cada vez mais profissional e capaz de defender o país em todas as suas vertentes de atuação.

O período de 2009 a 2013 foi bastante crítico para a economia portuguesa, uma vez que o país encontrava-se no apogeu da crise económico-financeira e, como vimos, foi acordado, em 2011, o PAEF entre as autoridades portuguesas, a UE e o FMI, que previa um total de 78 mil milhões de euros de ajuda financeira ao país e foi um Programa que terminou em 2014 e através do qual a economia portuguesa registou avanços importantes na correção de variados desequilíbrios macroeconómicos (AICEP, 2017: 4^d).

Observando o **Quadro 1**, relativamente aos indicadores económicos no período 2008-2015, podemos concluir que existiu um aumento contínuo das exportações portuguesas. Contrariamente, as importações só no ano de 2015 é que apresentaram uma acentuada diminuição e, no que diz respeito ao IDE, em valores líquidos, os anos 2013 e

2014 representaram um decréscimo deste indicador, tendo aumentado significativamente em 2015.

Já o IDPE foi, entre 2012 e 2014, negativo e somente a partir de 2015 foram notadas melhorias neste domínio. Quanto ao PIB português, embora entre 2008 e 2013 este indicador tenha obtido valores baixos, 2014 foi um ano de viragem para este indicador, que desde então tem conseguido progressos positivos, tendo obtido no segundo trimestre de 2017 o valor de 2,8% (INE, 2017).

Quadro 1 - Indicadores Económicos de Portugal (2008-2016)¹⁰

	Exportações	Importações	IDE	IDPE	PIB
2008	57,066	73,449	3,185	1,872	0.0%
2012	64,380	64,151	6,894	-6,387	0.3%
2013	68,610	65,414	2,035	-908	-1,1%
2014	70,718	68,827	2,243	-391	0,9%
2015	74,294	71,128	6,251	5,126	1,5%
2016	75,779	71,714	5,483	1,431	1,4%

Fontes: AICEP (2011 e 2017b).

É importante destacar que, os dados anteriormente analisados são o resultado da ação de vários atores, tornando impossível afirmar que se referem unicamente à atuação da diplomacia portuguesa. Na realidade, todas as conquistas do país e da sua Política Externa neste período foram o resultado da interligação do trabalho de todos os atores da Política Externa portuguesa, na procura por uma melhor imagem externa e renovação da credibilidade e prestígio externos.

Sublinha-se ainda que, o saldo turístico português obteve também um aumento. Através do **Quadro 2**, podemos testemunhar que entre 2008 e 2015 foram visíveis as melhorias deste indicador. Este é um setor muito importante para a economia portuguesa, que tem contribuído fortemente para o aumento da imagem do país como um destino turístico de excelência.

¹⁰ O Quadro 1 foi elaborado pela investigadora. Os valores do IDE e IDPE são líquidos.

Quadro 2 – Saldo turístico português – balança de viagens e turismo

Euro - Milhões			
Anos	Saldo	Exportações	Importações
2008	4 501,33	7 440,10	2 938,78
2012	5 659,57	8 605,54	2 945,97
2013	6 129,92	9 249,61	3 119,69
2014	7 075,67	10 393,92	3 318,25
2015	7838,94	11451,08	3 612,14
2016	8 830,63	12 680,55	3 849,92

Balança de viagens e turismo

Fontes de Dados: BP - Estatísticas de Balança de Pagamentos (BOP)

Fonte: PORDATA

Última actualização: 2017-02-21

Em 2011, o Governo português assumiu o *Plano de Redução e Melhoria da Administração Central* (PREMAC), tendo como objetivo reduzir os custos do Estado e reorganizar a Administração Central. Através do Decreto-Lei n.º 121/2011 e com o fim de cumprir os objetivos do PREMAC (reestruturação do MNE, sustentando o fomento de uma Política Externa vocacionada para a afirmação de Portugal internacionalmente, tal como para o desenvolvimento da atividade económica externa, alargando as exportações e a internacionalização das empresas portuguesas), deu-se uma integração formal da AICEP, passando a estar sob tutela do MNE, exercendo funções em consonância com o Ministro da Economia e do Emprego (Decreto-Lei n.º. 121/2011).

Em 2013, a AICEP deixou de estar sob dependência do MNE e, segundo o Embaixador Francisco Seixas da Costa, esta decisão trouxe consequências negativas para o próprio Ministério sendo que, com a saída da AICEP o MNE viria a perder a dimensão económica (Santos, 2013). Em tempo de crise seria imperativo unir toda a rede externa portuguesa sob a égide do MNE, procurando uma maior e melhor prestação da diplomacia portuguesa no combate à crise (Tavares, 2012). A criação do PREMAC e a independência da AICEP são uma prova que, de facto, a crise trouxe consequências para a Política Externa portuguesa. O MNE foi um dos Ministérios que mais sofreu as consequências da crise, com uma diminuição acrescida do número de efectivos, como abordaremos.

Em 2014, o Governo português decidiu, juntamente com os atores económicos, como a AICEP, que era necessário alterar a atuação externa de Portugal. Com isto, a AICEP definiu o *Roadshow Portugal Global 2014-2016* (2014-2016) que assentou em

dois vetores: a internacionalização das empresas e a captação de investimento (AICEP, 2016:7^c). Este Programa aproximou a AICEP das regiões e empresas portuguesas, apresentou propostas de internacionalização adequadas às necessidades das regiões em questão e incentivou o aumento das exportações portuguesas (AICEP, 2016: 8-9^c).

No que respeita às vertentes cultural e pública da diplomacia, ambas foram, no período 2008-2015, formas da diplomacia portuguesa de grande importância para a criação de uma boa imagem e renovação da credibilidade e prestígio externos.

Dando alguns exemplos do que foi realizado no cerne da diplomacia pública, em 2009, foi iniciado o Observatório da Emigração, tendo, de entre diversos objetivos, o fim de: recolher informação sobre as populações portuguesas emigradas e divulgar toda a informação, junto da população portuguesa e dos investigadores, estudantes, decisores políticos e jornalistas¹¹. Refira-se que, a valorização da diáspora portuguesa é um pilar essencial na Política Externa portuguesa e, a criação deste *Observatório* comprova a preocupação da administração portuguesa com este vetor tão importante.

Outros exemplos de como o apoio à diáspora portuguesa é muito importante para a imagem externa do país foi a criação, em 2013, do *Gabinete de Apoio ao Investidor na Diáspora* (GAID). O GAID atua em coordenação com a rede diplomática e consular, interagindo com os agentes económicos do associativismo empresarial da diáspora, o tecido empresarial nacional e entidades e organismos do Estado (Portal das Comunidades). Hoje em dia, este Gabinete, criado em 2013, conta com 131 gabinetes de apoio ao emigrante em Portugal, dos quais 127 estão integrados em municípios e quatro em juntas de freguesias (Portal das Comunidades).

Também em 2014, foram criados os *Gabinetes de Apoio ao Emigrante* (GAE). Estes Gabinetes têm como fim criar uma estrutura de apoio aos munícipes que tenham estado emigrados; que se encontrem em vias de regresso, ou que, ainda residam nos países de acolhimento (Portal das Comunidades).

Por consequência da crise, foi iniciada, em 2012, uma reforma consular que levou à implementação do *Programa de Permanências Consulares*, de modo a aproximar os postos consulares dos seus utentes, através da deslocação de equipas dos consulados a locais onde reside a diáspora portuguesa (Portal das Comunidades, 2014: 12). No ano de 2014, o desenvolvimento das Permanências Consulares realizou 587

11Cfr. ISCTE-IUL “Observatório da Emigração”, disponível em: <http://observatorioemigracao.pt/np4/1308>, acesso a 11/03/2017.

deslocações e praticou 37,960 atos consulares, na sua maioria relacionados com a emissão de documentos de identificação e de viagem e atos de registo civil e notariado (Portal das Comunidades, 2014: 13), visto que no ano de 2015 este foi um trabalho prosseguido.

Segundo o Embaixador Francisco Seixas da Costa, tornou-se importante potenciar Portugal como um país construtor de consensos à escala global e, na sua perspetiva, perante a crise, a diplomacia portuguesa tem de continuar o esforço já iniciado, “passando a perceber que a *política pura* (...) deve sempre apontar para uma visão objetiva dos interesses económicos que importa privilegiar” (Seixas da Costa, 2011).

Na perspetiva do Embaixador Pedro Costa Pereira foi imprescindível transmitir uma ideia de confiança e de promoção dos esforços do país no estrangeiro (Costa Pereira, 2017). Segundo o Embaixador, no período 2008-2015, o país não perdeu credibilidade no exterior. O país mostrou-se sempre capaz de fazer sacrifícios para ultrapassar a crise, o que foi demonstrado através da paz social, transparecendo para o exterior a vontade nacional de *combater* a crise (Costa Pereira, 2017). Este facto que fez com que o país ganhasse credibilidade dos credores. Em 2012, Portugal começou a recuperar a sua boa imagem externa e a eficácia da diplomacia foi essencial em todo este processo (Costa Pereira, 2017).

Na vertente cultural, também aqui entre 2008 e 2015 a diplomacia foi fundamental para a difusão da cultura e língua portuguesas, ao ser um vetor que contribui, proeminentemente, para a boa imagem externa do país, fomentando a renovação da credibilidade e prestígio externos.

Em 2008, o Conselho de Ministros português aprovou a *Estratégia de promoção da Língua Portuguesa* que teve como fim o reforço do uso da língua portuguesa, em parceria com os países membros da CPLP (Resolução do Conselho de Ministros n.º 188/2008). Para Portugal, o reforço da língua portuguesa, ao ocupar a quinta posição das línguas mais faladas no mundo, é um dos principais valores da sua Política Externa, ao ser notório o esforço pela universalização da mesma.

Outro exemplo da necessidade da administração portuguesa em universalizar a língua portuguesa passou pela organização da *VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP*, que ocorreu em 2008 em Lisboa e, que iniciou oficialmente a Presidência portuguesa da CPLP. Nesta Conferência, foram discutidos diversos temas,

porém a adoção de uma *Declaração sobre a Língua Portuguesa*, que consagra o compromisso de uma atuação conjunta dos diferentes países desta Comunidade com o fim de existir uma universalização da língua portuguesa foi um dos elementos mais importantes da mesma (Portugal Participa, 2008).

Em 2009, o Governo português aprovou a reestruturação do Instituto Camões, integrando a rede de todos os graus de ensino da língua portuguesa no estrangeiro sob a sua alçada. O Instituto Camões foi inserido no MNE e segundo o outrora Ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, com esta reforma pretendeu-se valorizar e afirmar o papel da língua portuguesa no mundo (Agência Lusa, 2009a).

Observando o **Quadro 3**, podemos concluir que o Instituto Camões tem vindo a ter uma importância acrescida no que diz respeito à promoção da cultura e da língua portuguesas no estrangeiro. No período de 2012 a 2015 existiu um aumento gradual do número de países em que este Instituto assegura a promoção e ensino da língua e cultura portuguesas. Apesar de o número de Centros Culturais Portugueses não ter aumentado neste período, os Centros de Língua Portuguesa (CLP) demonstraram um ligeiro aumento.

Ainda relativamente a este ponto, a Ação Cultural Externa do Instituto Camões também aumentou progressivamente e, a formação inicial de professores em língua portuguesa foi também uma grande preocupação. Contrariamente, a formação inicial de professores de língua portuguesa perdeu, ao longo do período em estudo, alguma importância.

Quadro 3 – Ação do Instituto Camões (2012-2015)

	2012	2013	2014	2015
Nº países onde o Camões I.P. promove a língua e cultura portuguesa	78	82	82	84
Centros Culturais portugueses	19	19	19	19
Centros de língua portuguesa	62	66	67	69
Ações culturais externas	715	875	1071	1158
Formação de professores em língua portuguesa	17,938	18,020	15,258	18,322
Formação de professores de língua portuguesa	5,754	5,074	4,099	4,253

Fonte: Camões I.P. (2016d).

Em 2015 foram desenvolvidas 1198 atividades de difusão internacional da cultura e língua portuguesa, correspondendo a 358 ações em África; 106 na Ásia e Oceânia; 152 na América; 541 na Europa e 41 no Médio Oriente e Magrebe (Camões, 2016d). Em suma, o Instituto Camões, como ator da Política Externa portuguesa tem demonstrado um grande esforço no quadro da difusão da língua e cultura portuguesa no mundo.

Cabe destacar ainda no âmbito desta investigação e porque também concorre para os objetivos da renovação da credibilidade e prestígio externos, todos os Acordos Bilaterais, Protocolos e Convenções realizados no período 2008-2015.

Através dos **Quadros 4 a 8**¹² podemos concluir que, apesar da crise, a diplomacia portuguesa continuou a trabalhar para a realização destes atos, que se expressam em diversos domínios importantes para a Política Externa portuguesa, do domínio económico ao cultural, assim como indicam que neste período Portugal pretendeu alargar a sua área de atuação para além da UE. A realização de todos estes atos refletem que a diplomacia é o principal instrumento de renovação da credibilidade e prestígio de Portugal no estrangeiro, que apesar da crise não deixou de exercer a forma política da diplomacia.

¹² Encontram-se nos anexos.

Destacando mais consequências da crise para o país e para a diplomacia portuguesa, na opinião da atual Sub-Diretora Geral da Direção-Geral dos Assuntos Europeus, Maria João Botelho, no âmbito em que Portugal se inseriu no período 2008-2015 era incontornável que o país não acabasse por ver a sua voz condicionada (Botelho, 2016). Como também confirma o Diplomata Jorge Aranda, ao afirmar que houve uma perda de confiança dos mercados a nível internacional que, por sua vez, originou uma deterioração da imagem externa portuguesa (Aranda, 2017).

Para Maria João Botelho, com a crise económico-financeira houve uma sobrecarga de trabalho por parte da diplomacia portuguesa a fim de explicar a situação de Portugal. Não só ao nível político, todos os representantes portugueses em Bruxelas e em Lisboa tinham de explicar o que se estava a passar no país, particularmente, que Portugal estava absolutamente comprometido com a UE, com a governação económica, com o Semestre Europeu e com todas as metas que estavam definidas (Botelho, 2016).

Noutra perspetiva, segundo Botelho, houve sempre um grande consenso em relação aos temas europeus entre os partidos políticos do *arco da governação* e este facto deu uma imagem externa de estabilidade e de fiabilidade. Na entrevista que nos deu, Maria João Botelho explicou que os políticos e decisores alemães são muito críticos e que o embaixador português na Alemanha teve imenso trabalho a explicar a situação portuguesa, demonstrando que houve um esforço adicional em convencer (Botelho, 2016).

Para terminar este ponto, através do **Quadro 9**¹³, podemos concluir que, ao nível dos recursos humanos (número de Diplomatas, Efetivos do MNE e da DGAE) existiu uma breve diminuição dos mesmos neste período, apesar de, no ano de 2010, esta tendência ser contraditória quanto ao número de diplomatas e efetivos no MNE. Segundo o MNE, o aumento do número de efetivos deveu-se ao facto de as atribuições no âmbito da rede de Ensino de Português no Estrangeiro, que faziam parte do Ministério da Educação, terem transitado para o Instituto Camões, fazendo aumentar o número de efetivos (MNE, 2011a).

Quanto ao orçamento do MNE, durante o período 2008-2015 este foi sofrendo breves diminuições e, segundo o MNE, a redução acentuada do número de diplomatas, a partir de 2012, ocorreu devido a aposentações, saídas para o exercício de funções fora do MNE e devido ao redimensionamento da rede diplomática e consular, visto que nos

¹³ Encontra-se nos anexos.

restantes anos também ocorreu devido a aposentações (MNE, 2013, 2014, 2015a).

Relativamente à rede externa portuguesa dentro da UE, no período 2008-2011 cerca de 46% da rede externa portuguesa concentrava-se na Europa. Contudo, a partir de 2012, verificou-se um ligeiro aumento e a partir deste ano este número manteve-se praticamente intacto, apontando que, apesar da reforma consular iniciada em 2012, não existiu uma diminuição da rede externa portuguesa dentro da UE.

Concluindo, existiu um reforço da diplomacia portuguesa no período 2008-2015. Porém, este reforço não consistiu no aumento dos recursos humanos e das embaixadas e consulados existentes. O reforço da diplomacia portuguesa decorreu da necessidade de uma maior participação de Portugal nas políticas e nos Assuntos Europeus, bem como de explicar que Portugal estava comprometido com a UE e com as suas obrigações.

Mais, o reforço da diplomacia portuguesa notou-se na aposta e valorização das formas da diplomacia analisadas (económica, pública e cultural), como instrumentos de execução dos objetivos da renovação da imagem e credibilidade externas presentes na Política Externa portuguesa.

O último ponto deste capítulo demonstra que o reforço da diplomacia portuguesa no período 2008-2015 não foi somente justificado através dos vários indicadores económicos referidos, mas também pela atuação de diversos atores formais da Política Externa portuguesa que se constituíram como elementos fundamentais na resposta aos efeitos da crise e para a renovação da imagem, credibilidade e prestígio externos.

3.2. O contributo dos principais atores da Política Externa portuguesa (MNE, Diplomatas, Embaixadas e Consulados, AICEP, Instituto Camões)

O processo de crescente globalização iniciado no início dos anos 1990 trouxe, de entre variadas consequências, a interligação dos assuntos políticos, económicos, financeiros, culturais e sociais. No âmbito da Política Externa e diplomacia, surgiu uma panóplia de novos atores que, para além dos tradicionais diplomatas, contribuem para a prossecução desta política. O então Embaixador Gonçalo Santa Clara Gomes, já em 1990, sublinhava que existia, neste tempo, uma participação crescente dos membros do Governo na execução da Política Externa, tornando difícil a distinção entre o papel dos mesmos e dos diplomatas na execução desta política (Gomes, 1990: 72).

Embora atualmente a Política Externa portuguesa ainda seja, maioritariamente, executada pelo ator diplomata, a verdade é que, tal como descreve Santa Clara Gomes, é impossível manter uma distinção entre os diplomatas e os agentes políticos, sendo a atuação destes atores, no cerne da Política Externa, bastante idêntica, visto que ambos são agentes do Estado e uma negociação conduzida por diplomatas pode terminar com a assinatura de um acordo entre políticos (Gomes, 1990: 72).

Apesar do autor notar que, em 1990, já não existia uma distinção entre o que era político e o que era diplomático no que dizia respeito à definição e execução da Política Externa (Gomes, 1990: 73), a verdade é que, hoje, para além do ator político e do ator diplomata existe um conjunto de atores responsáveis pela prossecução da Política Externa portuguesa, que vão muito além do ator Estado.

Na impossibilidade de analisar, exaustivamente, o contributo de todos os atores que contribuíram para a execução da Política Externa portuguesa no período em 2008-2015, focaremos a nossa atenção naqueles que estiveram inteiramente ligados à realização dos objetivos desta pesquisa e, aos objetivos respetivos à difusão de uma boa imagem e renovação da credibilidade e prestígio externos.

- O MNE. Em 2011, no âmbito PREMAC foi iniciada uma reestruturação do MNE que, como referimos, teve como principal fim apostar no desenvolvimento de uma Política Externa orientada para a afirmação do prestígio internacional de Portugal. Deste modo, através do art. 1º do Capítulo I do Decreto-Lei n.º121/2011, ficou definido que o MNE tinha por missão “formular, coordenar e executar a política externa de Portugal” (Decreto-Lei n.º121/2011).

Ainda no presente Decreto-Lei ficou igualmente estabelecido que o MNE tem, entre diversas atribuições, a missão de orientar e executar a Política Externa portuguesa e coordenar as intervenções, no que diz respeito às relações internacionais de outros departamentos, organismos e serviços da administração pública; defender os interesses portugueses no estrangeiro; conduzir a participação do país no processo de construção europeia; certificar-se pela proteção dos cidadãos portugueses no estrangeiro e apoiar a diáspora portuguesa no mundo; promover a cultura e língua portuguesas no exterior; valorizar a lusofonia e contribuir para o alargamento da CPLP; coordenar a ação, em matéria de cooperação, de outros ministérios e organismos e serviços da Administração Pública e exercer as funções que lhe forem atribuídas na condução da diplomacia económica (Decreto-Lei n.º121/2011).

Segundo o mesmo Decreto-Lei, o MNE tem ainda a função de trabalhar com outros ministérios, na promoção da língua e cultura portuguesa no estrangeiro; definir o quadro político de participação das Forças Armadas e das forças de segurança portuguesas em missões internacionais e a executar a diplomacia económica (Decreto-Lei n.º121/2011). Afirmando que estão integradas várias Direções-Gerais e Institutos dentro do MNE (Direção-Geral de Política Externa; Inspeção-Geral Diplomática e Consular; Direção-Geral dos Assuntos Europeus; Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas; Instituto Camões e o Fundo para as Relações Internacionais), o MNE tem ainda, sob sua dependência, para além dos diplomatas, as Embaixadas e Consulados e as Missões e Representações Permanentes e as Missões Temporárias de Portugal no exterior, trabalhando coordenadamente com a AICEP e a REPER.

Em suma, podemos declarar que o MNE é a principal Instituição responsável pela execução da Política Externa portuguesa e, no período 2008-2015, foi primordial no estabelecimento das prioridades do país no cerne das várias formas da diplomacia (económica, pública e cultural), assim como junto da UE e das suas Instituições, procurando novas formas de resolução da crise.

- A REPER também teve, no período em estudo, uma importância extrema para a Política Externa portuguesa. A REPER é a maior missão diplomática portuguesa e funciona ao serviço da representação do Estado português nas Instituições Europeias, assegurando os interesses do país em diversos níveis¹⁴. Em 2015, a REPER, ao estar em constante coordenação com o MNE, tinha um total de 91 funcionários, sendo composta por diplomatas e funcionários especialistas que tratam informações dos diferentes ministérios portugueses junto da UE (Meireles, 2015).

No período de crise, a REPER teve um papel de extrema importância na representação do Estado português e na procura de mecanismos de resolução da crise, lembrando que este é um trabalho realizado diariamente, que também se traduz no apoio aos deputados portugueses no Parlamento Europeu e que abrange diversos domínios além do político e económico, representando Portugal em assuntos que vão desde a justiça, às questões comerciais, cultura, investigação e educação, agricultura e pescas, entre outros.

14 Cfr. MNE (2017) Missão da REPER, disponível em: <https://www.ue.missaoportugal.mne.pt/pt/a-reper/missao>, acedido a 02/06/2017.

- Os diplomatas, embaixadas e consulados portugueses foram outros atores institucionais essenciais à execução da Política Externa portuguesa no período em estudo. É verdade que a função dos diplomatas se prende com a representação, negociação, informação e defesa dos interesses externos do país, definidos na sua Política Externa. Contudo, perante a crise deu-se um reforço destas funções, visto que, como declarou o Embaixador António Martins da Cruz, a crise afetou a credibilidade da Política Externa portuguesa, porque um país que atravessa dificuldades no foro financeiro vê a sua credibilidade afetada (Martins da Cruz, 2017), tornando a ação deste ator mais complexa.

Os diplomatas portugueses são, diferentemente dos diplomatas de outros países, profissionais de carreira, desempenhando funções que abrangem todas as vertentes da diplomacia. No período em estudo, trabalharam junto das Instituições Europeias, participando em reuniões, na procura de novos meios para resolver a crise, assim como na representação dos interesses do Estado e da sociedade portuguesa, indo ao encontro de formas de auxílio à diáspora portuguesa. Relativamente à maneira como os diplomatas exercem as várias formas da diplomacia, segundo Maria João Botelho, a diplomacia portuguesa engloba todas as formas da diplomacia, “portanto à partida a atuação diplomática tem de ter essas valências todas” (Botelho, 2016).

Durante o período 2008-2015, as embaixadas e consulados portugueses foram um dos principais meios de *propagação* da realidade nacional no estrangeiro. Como destacou o Embaixador Pedro Costa Pereira, as embaixadas e consulados, ao exercerem funções em todas as vertentes da diplomacia, foram instruídas com meios para *vender* a realidade portuguesa (Costa Pereira, 2017). Portanto, tornou-se fundamental informar não só a sociedade portuguesa da situação que o país estava a atravessar, como os restantes países com quem Portugal se relacionava do sacrifício que o país estava a fazer para ultrapassar a crise.

Em 2009, o Decreto-Lei 71/2009 de 31 de março respeitante ao Regulamento Consular renovou as regras de regulamentação das estruturas consulares (Decreto-Lei 71/2009). Era impreterível assegurar uma articulação constante com as instituições portuguesas com presença no estrangeiro e modernizar os serviços consulares descomplicando os procedimentos administrativos, no âmbito do Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa (SIMPLEX) (Decreto-Lei 71/2009). Estas alterações expressam a preocupação da administração portuguesa com a diáspora

portuguesa e, perante um contexto de crise, tornou-se forçoso renovar e capacitar as estruturas consulares de maneira a existir uma melhor prestação de serviços.

Em 2015, Portugal tinha dentro da UE 30 embaixadas, 15 consulados e 2 vice-consulados (MNE, 2016) e, estes números revelam que Portugal é um país não só presente em todos os Estados-membros da UE, como também espelha o esforço da diplomacia portuguesa em melhorar a relação de Portugal com os seus parceiros europeus e com as comunidades portuguesas dentro deste espaço.

- A AICEP conta, atualmente, com 31 escritórios de representação dentro da UE e com mais 50 espalhados no resto do mundo, demonstrando a importância dada à UE (AICEP, 2017^c). No período em estudo, a AICEP foi, no âmbito da diplomacia económica portuguesa, seguida do MNE, o principal ator de difusão desta vertente da diplomacia. Outro contributo da AICEP foi a realização de estudos de mercado, permitindo a criação de oportunidades de negócio e investimento para as empresas portuguesas, captando investimento estrangeiro e arrecadando uma boa imagem, credibilidade e prestígio externos.

Em 2014, a Comissão Europeia premiou a AICEP por boas práticas em comércio de internacionalização, colocando a agência no top 10 mundial das agências de promoção do investimento que melhor respondem a pedidos de investidores (AICEP, 2014). A AICEP tem vindo a ser, nos últimos anos, a Agência em Portugal que mais contribui para o desenvolvimento da diplomacia económica portuguesa e o prémio atribuído pela Comissão Europeia aponta que Portugal está bem representado no estrangeiro, ao ser reconhecido a nível europeu pelo trabalho efetuado no cerne económico, comercial e empresarial.

- O Instituto Camões encontra-se, desde 2009, sob dependência do MNE. Sendo o principal ator responsável pela difusão da língua e cultura portuguesas no exterior, o Instituto Camões teve entre 2009-2015, e continua a ter, a função de executar a política da Cooperação Portuguesa, coordenando as atividades desenvolvidas por outras entidades públicas que participem nesta política e assegurando a representação do Estado português nas organizações internacionais, no cerne da cooperação e ajuda pública ao desenvolvimento (Camões I.P., 2016a).

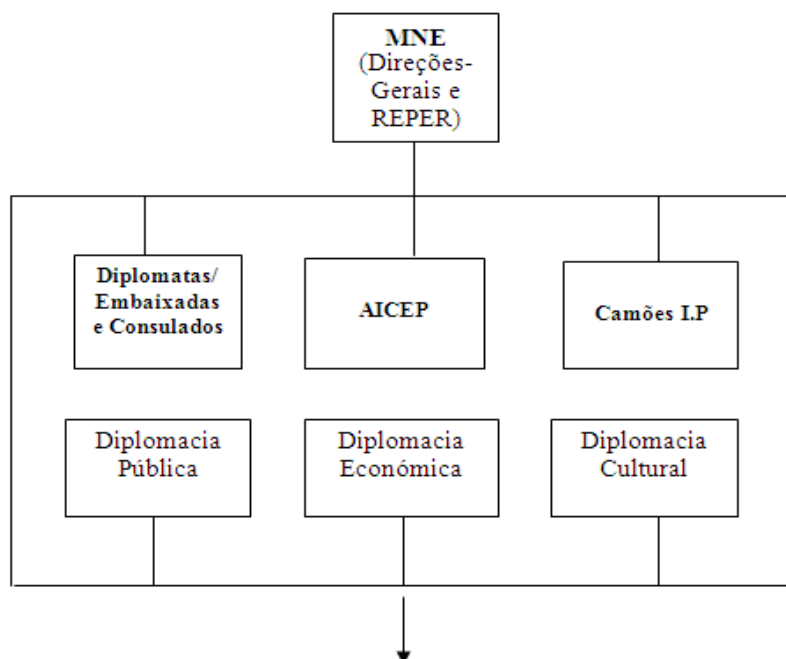
Quanto ao ensino da língua e cultura portuguesas no estrangeiro, em 2015, através do Instituto Camões, existiam cerca de 314 professores da rede oficial da educação pré-escolar, ensino básico e secundário a ensinar a língua portuguesa no

estrangeiro, bem como 597 docentes a ensinar a língua portuguesa no estrangeiro ao abrigo de protocolos de cooperação¹⁵. Foram também assinados 5 Programas culturais de cooperação e 3 Acordos culturais, mostrando assim a força e o empenho deste Instituto na promoção de Portugal e da cultura e língua portuguesa, da mesma forma que na criação de uma boa imagem do país no estrangeiro.

Por fim, através do **Quadro 10**, podemos identificar de uma forma sucinta, todos os atores que contribuíram para a execução dos objetivos da Política Externa no período 2008-2015 em Portugal. O MNE é a principal Instituição de execução da Política Externa portuguesa, sendo responsável pela difusão da diplomacia e das suas formas (económica, pública e cultural) como instrumentos da Política Externa que formula e executa. Para além de todas as Direções-Gerais e Institutos que se encontram inseridos no Ministério e que contribuem para a execução dos objetivos da Política Externa portuguesa, o MNE trabalha em consonância com os seus Diplomatas, Embaixadas e Consulados de Portugal no estrangeiro, com a REPER e com o Instituto Camões (que se encontram igualmente sobre a dependência do Ministério) e, com a AICEP, pelo que todos estes atores contribuem para um objetivo em comum: criar uma boa imagem externa e renovar a credibilidade e prestígio do país no estrangeiro.

15 Cfr. Camões I.P. “Relatório de actividades 2015”, disponível em: http://www.instituto-camoes.pt/images/docs_gestao/relat_ativ2015.pdf, acesso a 20/11/2016.

Quadro 10 - Os principais atores responsáveis pela execução da Política Externa portuguesa (2008-2015)¹⁶



Objetivo: criação de uma boa imagem externa e renovação da credibilidade e prestígio de Portugal no estrangeiro.

Em suma, a crise económico-financeira impôs diversos obstáculos a Portugal, nomeadamente, no que diz respeito à sua economia e finanças, como ao *modo de viver* da sociedade portuguesa e às políticas interna e externa do país.

Vimos que a Política Externa portuguesa se apoiou no seu instrumento principal, a diplomacia, para a prossecução dos seus objetivos e, a diplomacia económica tornou-se o pilar basilar da Política Externa portuguesa, na procura por uma maior internacionalização da economia e das empresas portuguesas, pelo aumento das exportações e captação de investimento estrangeiro, bem como pela promoção de Portugal como um destino turístico de excelência.

Paralelamente observámos também que a diplomacia pública e a diplomacia cultural reforçaram o interesse do país em internacionalizar e expandir a língua e cultura portuguesas, assim como em informar e criar uma melhor prestação de serviços à diáspora portuguesa espalhada pelo mundo. Todas as medidas tomadas e executadas

¹⁶ O Quadro 10 foi elaborado pela investigadora.

tinham um único objetivo: criar uma boa imagem, que permitisse ao país renovar a sua credibilidade e prestígio externos.

Podemos afirmar que o reforço da diplomacia portuguesa não foi, durante o tempo em estudo, realizado através do aumento do número dos recursos humanos, mas através da capacidade dos principais atores da Política Externa portuguesa de *venderem* a realidade portuguesa lá fora, promovendo assim uma ideia dos esforços do país e tornando *apetecível* a imagem externa do país. Como vimos, existiu um maior trabalho em explicar a situação portuguesa e em como o país estava comprometido com a UE e com as suas políticas, ao passo que cumpria com as suas obrigações.

Capítulo 4 – A continuação da valorização da diplomacia como instrumento de renovação da credibilidade e prestígio externos no período pós-2015

“Portugal was a country with an overseas presence from 1415 to 1999, when Macao was handed over to China. Although the Portuguese, unlike other nations, don’t mourn the loss of their past glories, growing up in Portugal still means having a wider sense of the world. Portugal’s understanding of “the other”, of distance and of frontiers does not match its small dimensions. Foreign lands are not treacherous grounds.

Rodrigo Tavares, (2016) “4 reasons why tiny Portugal has given us so many global leaders” in *World Economic Forum*.

Este capítulo analisa os principais indicadores que concorrem para que exista um novo otimismo no país com a saída da crise económico-financeira, bem como analisa o modo como a especialização diplomática em áreas onde Portugal tem já um passado (como a China e Cabo Verde) continua a contribuir para a renovação da credibilidade e prestígio do país no estrangeiro.

4.1. A aposta-ganha da diplomacia com a saída da crise

Nos capítulos transatos foi possível observar a forma como a diplomacia portuguesa se moldou, desde a Revolução de 1974 até à atualidade, aos ideais e políticas

européias. De outro ponto de vista, a priorização da diplomacia portuguesa na UE constituiu-se como uma mais-valia na procura de novas formas de participar nos principais temas e políticas europeias, bem como na busca por novas soluções, com vista à resolução da crise económico-financeira.

Embora a crise ainda não tenha terminado, esta suscitou adversidades à sociedade portuguesa e aos diversos setores que influenciam a imagem externa do país. Contudo é necessário refletir acerca das melhorias que o país conseguiu alcançar desde 2015, que tornam mais otimista o seu futuro e que demonstram que existiu uma continuação da valorização da diplomacia portuguesa na procura de uma melhor credibilidade e prestígio externos.

Embora já tenhamos analisado anteriormente os indicadores económicos portugueses, 2015 foi o ano em que se começaram a notar as principais melhorias do país em relação a estes indicadores.

Começando pelo foro económico, através dos **Quadros 1 e 2** (páginas 34 e 35), podemos observar que, em 2015, os indicadores das exportações, importações, IDE, IDPE, saldo turístico e PIB tiveram um aumento notório, apesar de, em 2016, os indicadores do IDE, IDPE e PIB terem diminuído o seu crescimento. Já o saldo turístico português teve um verdadeiro *boom* em 2016, comprovando que o país está a recuperar economicamente, referindo que, estes domínios afetam a imagem e a credibilidade externa do país. Dando um breve exemplo, o PIB português registou um grande aumento desde 2015 (INE, 2016), conseguindo no segundo trimestre de 2017 atingir os 2,8% (INE, 2017). Segundo o Comissário Europeu dos Assuntos Económicos, Pierre Moscovici, o aumento do PIB mostrou que Portugal já começou a sair da crise e que se encontra no caminho do crescimento, ao cumprir com os seus compromissos¹⁷.

Em junho de 2017, Portugal saiu do PDE depois de em 2016 ter conseguido um défice de 2% do PIB. Para o Embaixador António Martins da Cruz, deu-se um ganho de credibilidade para o país, ao existir um ciclo que aumentou uma perceção positiva da Comissão Europeia, do Ecofin e dos Estados-membros da União sobre Portugal, e que esta perceção arrecadará investimento ao país (Martins da Cruz, 2017).

17 Cfr. Jornal de Notícias (2016) “Portugal está a deixar a crise económica para trás”, disponível em: <http://www.jn.pt/nacional/interior/portugal-esta-a-deixar-a-crise-economica-para-tras-5505417.html>, acesso a 20/07/2017.

Na mesma linha de pensamento, o Diretor da Nova- School of Business and Economics (SBE), Daniel Traça, referiu que a saída do PDE é um passo importante para a reposição de Portugal no mundo (Traça, 2017). Contudo, relativamente à recuperação da credibilidade externa, declarou que a credibilidade é ganha com consistência e é preciso assegurar que o país continua a cumprir com os seus compromissos (Traça, 2017).

Política e diplomaticamente, Portugal também viu a sua imagem, credibilidade e prestígio externos reforçados a partir de 2015. Para além de todas as componentes atrás descritas, em outubro de 2016 António Guterres foi eleito Secretário-Geral das Nações Unidas. Como referiu Luciano Alvarez, esta foi uma eleição construída por uma campanha intensa que envolveu toda a máquina diplomática portuguesa (Alvarez, 2016), bem como o Governo português e o Presidente da República, demonstrando o profissionalismo e eficácia da diplomacia portuguesa, como defendeu Robert Sherman, referindo que a diplomacia portuguesa se empenhou de forma exemplar, ao evidenciar as qualidades do seu candidato como um homem de Estado e como um líder (Luís, 2016: 13). Consequentemente, para Javier Martín, a candidatura de António Guterres despertou *um novo olhar* sobre Portugal e a facilidade de comunicar dos seus dirigentes que pode ser vista como uma *aposta ganha* na procura de um maior reconhecimento externo (Martín, 2016).

Por fim, no cerne da diplomacia direta, nos últimos dois anos, tem sido fomentada uma maior ação do Primeiro-ministro António Costa e do Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa como atores diplomáticos. Com a progressiva saída da crise, é possível observar que os principais representantes portugueses têm intensificado esta função, do mesmo modo que é cada vez mais notório o papel de outros Ministros portugueses no exterior.

Através dos **Quadros 11 e 12**¹⁸, reunimos todas as visitas oficiais do Primeiro-ministro António Costa e do Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa em 2016 e 2017 (até julho de 2017). Como pode ser observado, nos últimos dois anos tem vindo a existir uma aposta da administração portuguesa em áreas onde Portugal quer, em primeiro lugar, aprofundar a sua ação e relações bilaterais; em segundo lugar, em países onde se debatem os principais temas europeus, como a crise económica e a crise migratória e, em terceiro lugar, em países onde reside a diáspora portuguesa.

¹⁸ Encontram-se nos anexos.

Prosseguindo com mais exemplos de como Portugal tem procurado uma renovação da sua credibilidade e prestígio externos através da continuação da valorização da sua diplomacia depois de 2015, em 2016 a Seleção Nacional de Futebol foi campeã europeia. Este marco histórico para o desporto português contribuiu de forma amplamente positiva para a melhoria da imagem externa do país, uma vez que diversos Estados com quem Portugal tem uma relação próxima o congratularam por este feito, dando-se um aumento da visibilidade do país aliada às qualidades dos atletas portugueses, colocando Portugal nas *bocas do mundo*¹⁹.

O *Euro2016* mostrou que Portugal é um país coeso. Deu-se uma união das comunidades portuguesas e foi originada, de certa forma, a propagação da língua e cultura portuguesa em todos os cantos do mundo. Foi também possível observar que a administração portuguesa esteve sempre presente em todas as etapas deste campeonato, representando o país ao lado dos restantes líderes europeus, isto num campeonato onde como se costuma dizer “a política fala mais alto”²⁰.

Ainda em 2016, Portugal recebeu pela primeira vez a *Web Summit*, que ficará em Portugal pelo menos até 2018. A maior cimeira web teve um impacto significativo no país e na sua economia, política e sociedade, ficando um fundo de 1000 milhões de euros que será lançado pela Comissão Europeia para apoiar *startups* europeias e um fundo de 200 milhões de euros que o Estado português lançou para coinvestir em empresas (Pimentel e Gomes, 2016).

Para o Presidente da AICEP, Miguel Frasquilho, este evento beneficiou toda a economia portuguesa, com um impacto direto entre 150 e 200 milhões de euros, permitindo a Portugal continuar no caminho da inovação, criar empregos e crescimento económico (Frasquilho, 2016). Segundo Frasquilho, a *Web Summit* envolveu a diplomacia, os atores políticos e económicos e toda a administração portuguesa, desde Embaixadores ao Presidente da Câmara de Lisboa (Frasquilho, 2016). Há, uma continuação da valorização da diplomacia portuguesa que através da rede diplomática e representantes externos, continuam, no período pós-2015, a trabalhar na captação de uma boa imagem, investimentos e oportunidades para o país.

19 Cfr. Jornal Público (2016) “Como a imprensa internacional viu a vitória de Portugal”, disponível em: <https://www.publico.pt/2016/07/11/desporto/noticia/imprensa-internacional-destaca-a-improvavel-vitoria-portuguesa-1737914>, acesso a 15/09/2017.

20 Cfr. The Guardian (2016) “Euro 2016, Russia, the World Cup, football politics and conflicting interests”, disponível em: <https://www.theguardian.com/football/2016/jun/14/euro-2016-russia-world-cup-2018-football-politics-angel-maria-villar-llona>, acesso a 15/09/2017.

Relativamente à difusão da língua, cultura e ao ensino do português, em 2016, o Governo português lançou a iniciativa *Study & Research in Portugal*. Esta iniciativa tem como fim internacionalizar o país nas vertentes da diplomacia científica, turismo, língua, economia e cultura, existindo um conjunto de atores, para além do Governo português, que contribuíram para a sua realização, desde a Direção-Geral do Ensino Superior às Universidades e Institutos Politécnicos portugueses (Resolução de Conselho de Ministros n.º 78/2016).

De facto, como referiu recentemente Daniel Traça, Diretor da Nova SBE, a vinda de alunos estrangeiros para Portugal aumenta a credibilidade do país no estrangeiro, criando uma boa imagem e credibilidade externa e, aumentando o crescimento do país (Traça, 2017). Acreditamos que a otimização das várias formas da diplomacia (política, económica, cultural, pública e científica) deve ser uma estratégia na qual Portugal deverá apostar que, a longo prazo, também lhe trará um maior reconhecimento e prestígio externo.

Embora 2016 tenha sido o ano em que o país mais expandiu os seus horizontes e onde a sua imagem, credibilidade e prestígio no estrangeiro aumentaram grandemente, 2017 continua a ser um ano de expansão para Portugal, bem como de uma procura contínua por uma melhor imagem externa.

Ainda relativamente ao ensino do português, entre julho e agosto de 2017, Portugal recebeu o maior programa universitário em inovação digital da Europa, que ficará em Portugal até 2021. Este Programa acolheu cerca de 300 jovens estudantes (100 portugueses e 200 estrangeiros de 63 países e de 40 universidades europeias, americanas e asiáticas) e teve como fim criar 50 projetos em várias áreas de tecnologia digital (Moreira, 2017). Embora este seja um Programa relacionado com a inovação e o empreendedorismo, a vinda de alunos e empreendedores estrangeiros para Portugal melhora a imagem externa do país e demonstra que Portugal se quer modernizar nestas áreas, não esquecendo que estes eventos serão frutíferos para a economia portuguesa.

Outro indicador de como o país se encontra a recuperar a sua reputação externa são os investimentos. O investimento externo é um sinal de que o país tem credibilidade e prestígio *além-fronteiras*, como também representa um meio de aumento do crescimento económico do país. Em maio de 2017, a Mercedes-Benz abriu o seu primeiro centro de competências digitais em Portugal. Este novo centro irá contribuir para o emprego português até 2018, assim como a marca patrocinará o próximo evento

da *Web Summit* (Cabrita-Mendes, 2017). Segundo a empresa alemã, Lisboa é um local de referência no mundo digital e tecnológico, sendo um local ideal para se desenvolver esta atividade (Cabrita-Mendes, 2017). Este reconhecimento reflete que existiu um trabalho dos atores económicos, da rede externa e da administração portuguesa de promover o país como um bom destino para investimento estrangeiro.

O apoio dos fundos do *Portugal 2020* continuou a ser, a partir de 2015, fundamental. Focando-nos apenas na área empresarial, em dezembro de 2016 já tinham sido distribuídos 460 milhões de euros dos fundos do Portugal 2020 por 3650 empresas (Ferreira, 2016). Segundo Leonor Ferreira, estes fundos europeus irão potenciar um investimento de 587 milhões de euros e permitirão aumentar as exportações em 2,5 milhões de euros. (Ferreira, 2016).

Por último, outro exemplo bastante elucidativo de como a visibilidade externa do país tem vindo a aumentar dentro e fora da UE, em junho de 2017, a Comissão Europeia atribuiu 50 mil euros a cinco PME portuguesas ao abrigo do Programa Horizonte 2020, o maior Programa de inovação e investigação da Comunidade Europeia (Agência Lusa, 2017d). Na perspetiva de Carlos Moedas, este é um excelente sinal para o crescimento económico sustentável do país (Agência Lusa, 2017 d).

Concluindo, desde 2015, Portugal está a recuperar a sua credibilidade no exterior e, apesar desta recuperação se dever grandemente à melhoria económica do país, também se deveu à capacidade e aposta da diplomacia portuguesa em mostrar que o país é um bom destino para todos estes investimentos. A verdade é que o país mudou e, não menosprezando a especialização da diplomacia portuguesa na UE, visto ser esta uma organização através da qual conseguiu começar a ultrapassar a crise económico-financeira, torna-se urgente que Portugal vá *mais além*, aprofundando a sua relação com *novas áreas* de atuação, como abordaremos.

4.2. A especialização diplomática no período pós-2015 em áreas onde Portugal tem já um passado: China e Cabo Verde

Há cerca de nove anos atrás, começavam-se a fazer sentir em Portugal os primeiros efeitos da crise económico-financeira, condicionando a sua credibilidade e prestígio externos.

Nove anos depois, o país sobreviveu a uma recessão e a um resgate financeiro, contudo ainda há um longo caminho a percorrer. Não obstante o país tenha sido considerado um *bom aluno*, ao cumprir com as obrigações europeias, resta-lhe sair do *lixo* e encontrar novas formas de renovar a credibilidade e prestígio externos.

Vimos que o país reforçou a sua diplomacia na UE, no entanto, a Política Externa portuguesa e os seus pilares sofreram algumas alterações. Segundo o Ministro Augusto Santos Silva, Portugal não está apenas na Europa, está nos cinco cantos do mundo (Silva, 2017). Hoje em dia, a Política Externa portuguesa está na Europa; no espaço Atlântico e nas relações com a CPLP (Martins da Cruz, 2017), existindo outros eixos como é o caso das Comunidades Portuguesas, do Mediterrâneo (Magrebe) e da América Latina, que proporcionam uma diversificação dos mercados portugueses (Pinto, 2017). Todavia, é necessário refletirmos também acerca das relações bilaterais com a vizinha ibérica Espanha que, no âmbito da gestão das bacias hidrográficas, é um pilar vital para a Política Externa portuguesa, tendo vindo a traduzir-se numa *guerra diplomática* entre os dois países e resultando, nos últimos anos, na realização de convenções (como a Convenção de Albufeira), acordos e protocolos de cooperação²¹. Atualmente, esta é uma pasta da Política Externa que tem suscitado uma especial atenção da parte da administração portuguesa, devido ao intenso período de seca que o país se encontra a viver²².

Ao observarmos os **Quadros 13 e 14**²³ é claro que a área económica da UE é o maior mercado para as exportações portuguesas, mas também da qual Portugal mais importa. Entre 2015 e 2016, as exportações portuguesas mantiveram a mesma quota para o continente asiático, apesar de ter existido uma diminuição da quota para os PALOP, porém, em 2017, as exportações portuguesas para fora da UE aumentaram 21% (Carregueiro, 2017).

Relativamente às importações, a Ásia é a segunda área económica da qual Portugal mais importa produtos e, em relação às importações dos PALOP, a quota tem diminuído, sendo distribuída por outras áreas de atuação.

21 Cfr. Ricardo Garcia (2012) “Quando a água é motivo de guerra”, in *Público*, disponível em: <https://www.publico.pt/2012/04/22/jornal/quando-a-agua-e-motivo-de-guerra-24397596>, acesso a 06/12/2017.

22 Cfr. Claudia Carvalho Silva (2017) “O Outono chegou e a seca continua. Reservas do Minho e do Douro com “mínimos históricos”, in *Público*, disponível em: <https://www.publico.pt/2017/11/15/ecosfera/noticia/o-outono-chegou-mas-a-seca-continua-bacias-do-minho-e-do-douro-com-minimos-historicos-179262>, acesso a 06/12/2017.

23 Encontra-se nos anexos.

Quadro 13 - Perfil das exportações portuguesas (2015 e 2016) ²⁴

Exportações	2015	2016
UE	72,8%	75,2%
América do Norte	5,9%	5,5%
PALOP	5,7%	4,3%
Ásia	4,3%	4,3%
África (excluindo PALOP)	4,1%	4,0%
América Central/Sul	2,8%	2,6%

Fonte: AICEP (2017).

Quadro 14 – Perfil das importações portuguesas (2015 e 2016)

Importações	2015	2016
UE	76,5%	77,7%
América do Norte	1,7%	1,7%
PALOP	2,3%	1,5%
Ásia	8,0%	8,0%
África (excluindo PALOP)	3,3%	2,0%
América Central/Sul	2,9%	3,4%

Fonte: AICEP (2017).

O perfil das exportações e importações portuguesas demonstra que Portugal continua a ter nos Estados-membros da UE os seus principais parceiros comerciais mas, o crescimento das exportações para fora da UE leva-nos a defender que a diplomacia portuguesa deve continuar a apostar, em outras áreas de atuação, como é o caso da Ásia e da África Subsariana, que permitam propagar a língua e a cultura portuguesa e que criem novas oportunidades para as empresas e produtos portugueses. De facto, como veremos de seguida, a China e Cabo Verde são países onde já existe um mercado para os produtos e para as empresas portuguesas, devido ao passado de relações e de experiência entre Portugal e estes países.

²⁴ Os Quadros 13 e 14 foram elaborados pela investigadora.

Segundo o Diplomata Jorge Aranda, a diplomacia portuguesa já é especialista nestas áreas onde Portugal tem já um passado, devido à relação de *longa data* que o país tem com estes locais e a Política Externa portuguesa deve-se adaptar a estas áreas em função do seu desenvolvimento (Aranda, 2017). A diplomacia como um instrumento ao serviço da Política Externa portuguesa pode ter um papel decisivo no reforço das relações entre Portugal estes países, através da participação em cimeiras bilaterais e assinatura de protocolos e acordos de cooperação.

A China é um país conhecido de Portugal há mais de 500 anos, tendo sido um país decisivo para a eleição de António Guterres como Secretário-Geral das Nações Unidas. Como referiu o Ministro Augusto Santos Silva, a China mostrou logo o seu apoio a Portugal, uma vez que, aquando da passagem da administração de Macau de Portugal para a China, Portugal cumpriu com as suas obrigações, mostrando o valor da Política Externa portuguesa (Silva, 2017).

A relação sino-portuguesa tem vindo a ser, nos últimos anos, cada vez mais próxima. Em 2015, o ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Machete, declarou que é notável a cooperação entre os dois países, em áreas como a educação, a língua, a energia, o turismo e a ciência, ao mesmo tempo que, a nível económico, o reforço das relações económicas entre dois países torna possível a cooperação bilateral²⁵. De facto, várias têm sido as empresas chinesas de grande peso económico a investir em Portugal, tais como: a Haitong (setor bancário); a Fosun (setor da saúde, segurador e bancário); a China Three Gorges (setor energético) e a State Grid (setor elétrico)²⁶.

Ainda em 2015, nas comemorações dos dez anos de parceria estratégica e bilateral entre Portugal e a China, o Embaixador da República Popular da China, Huang Songfu, referiu que Portugal e a China deveriam estabelecer uma faixa económica na Europa, aproveitando para convidar Portugal a explorar com a China “a possibilidade de cooperação no quadro da *one belt one road*, elevando a parceria estratégica global sino-portuguesa para um novo patamar”²⁷.

25 Cfr. Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (2015) “Relação Sino-Portuguesa atravessa “especial dinamismo”, 5 de junho de 2015, disponível em: <http://www.forumchinaplp.org.mo/sino-portugal-ties-in-special-phase-of-momentum-portuguese-minister/?lang=pt>, acesso a 30/07/2017.

26 Cfr. Jornal Sol “China. Os empresários que estão a comprar Portugal”, disponível em: <https://sol.sapo.pt/artigo/518431/china-os-empresarios-que-estao-a-comprar-portugal>, acesso a 30/07/2017.

27 Cfr. Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa (2015) “Embaixador da China sugere a Portugal estabelecimento conjunto de “faixa económica” na Europa”, disponível em:

No âmbito da educação, a influência do mandarim nas escolas portuguesas tem vindo a mostrar o grande interesse chinês no desenvolvimento da sua língua e cultura em Portugal. No ano letivo 2015/2016, 11 escolas portuguesas começaram a ensinar mandarim, envolvendo um total de 692 alunos, segundo a Direção-Geral da Educação²⁸.

Em 2016, o Primeiro-ministro português, António Costa, realizou uma visita oficial à China, num momento que gerou alguma controvérsia porque o Governo português se encontrava a concluir o Orçamento de Estado para o ano seguinte (Tavares, 2016). Durante esta visita oficial, António Costa agradeceu o apoio da China à candidatura de António Guterres, referindo que as relações políticas entre os dois países “mantém-se muito bem, e os dois países manifestam uma clara vontade de assim prosseguirem” (Governo português, 2016b). Nesta visita foram assinados oito acordos económicos e culturais entre os dois países, em áreas que vão desde o turismo ao desenvolvimento tecnológico (Governo português, 2016b), demonstrando a eficácia da diplomacia portuguesa como um instrumento de renovação da credibilidade e prestígio externos, na procura por um aprofundamento das relações sino-portuguesas, em áreas de extrema importância para a Política Externa portuguesa.

Foi também notório o interesse recíproco dos dois países em aprofundarem os laços económicos, estando Portugal interessado em participar na criação da rota marítima mundial chinesa (Governo da República Portuguesa, 2016a). Relativamente a este assunto, António Costa referiu que os investimentos chineses representam “um sinal de confiança em Portugal e no potencial da economia portuguesa na Europa e ao nível trilateral” (Governo da República Portuguesa, 2016a).

Também em 2016, Portugal e a China assinaram um memorando de entendimento para a justiça. Segundo o Presidente do Supremo Tribunal Popular da China, Zhou Qiang, é esperado que os tribunais superiores dos dois países aumentem o intercâmbio de pessoal e cooperem na formação de magistrados (Agência Lusa, 2016^b). Qiang louvou ainda o processo de transferência da soberania de Macau de Portugal para a China, cujo território é hoje em dia uma prova de sucesso da fórmula “um país, dois sistemas” (Agência Lusa, 2016b).

<http://www.ccilc.pt/pt/embaixador-da-china-sugere-portugal-estabelecimento-conjunto-de-faixa-economica-na-europa>, acesso a 30/07/2017.

²⁸ Cfr. Direção-Geral da Educação “Ensino de Chinês no ensino básico”, disponível em: <http://www.dge.mec.pt/ensino-de-chines-no-ensino-basico>, acesso a 31/07/2017.

A cooperação entre os dois países não terminou em 2016. Para além de Portugal estar a apostar fortemente nas relações com a China, também esta superpotência tem estado atenta à evolução económica portuguesa (Agência Lusa, 2017g). Segundo o Embaixador Cai Run a China é o maior parceiro comercial de Portugal na Ásia e, segundo as estatísticas chinesas, o volume de comércio Portugal-China atingiu, no ano passado, cinco mil milhões de euros, tornando Portugal um dos maiores destinos do investimento chinês na Europa (Agência Lusa, 2017g). Por último, segundo o Embaixador, Portugal é uma ponte para as relações da China com a Europa, a África e a América do Sul, sendo também uma paragem importante na *Rota da Seda Marítima* (Agência Lusa, 2017g).

2017 foi o ano em que mais se desenvolveu a proximidade entre os dois países. Em julho deste ano foi realizado o primeiro voo direto Pequim-Lisboa. Segundo o Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques, esta nova ligação é muito importante do ponto de vista económico, turístico e político, ao reforçar as relações políticas entre os dois países (Agência Lusa, 2017e). Noutra perspetiva, o Embaixador Jorge Torres Pereira, afirmou que esta nova rota direta entre Lisboa e Pequim é essencial para a relação bilateral entre os dois países, sendo Lisboa a *ponte* entre a China e os países de língua portuguesa (Agência Lusa, 2017f).

Por fim, através do **Quadro 15**²⁹ podemos ver que a relação entre os dois países tem sido aprofundada nos últimos dois anos. No que respeita às relações económicas, é importante realçar que o saldo da balança comercial é desfavorável a Portugal, no entanto, no que respeita aos investimentos, Portugal tem sido o principal destino europeu do investimento chinês. De facto, tem existido uma grande vontade política entre os dois países de se relacionarem e existem interesses mútuos: Portugal ainda se encontra sob a égide da crise económico-financeira e precisa de encontrar investidores que financiem as principais áreas da sua economia como o Turismo (existe, desde 2014, um escritório de representação do Turismo de Portugal em Xangai) (Agência Lusa, 2014), Imobiliário, Banca e a Energia, para além do mercado chinês ser uma oportunidade para os negócios portugueses. Já a China encontra em Portugal a ponte geográfica para o continente europeu, americano e africano, destacando a facilidade de criação de negócios que o país propicia à população chinesa, cada vez mais representativa em Portugal.

²⁹ Encontra-se nos anexos.

Quanto à língua e cultura, Portugal ainda possuiu uma grande influência linguística e cultural sobre Macau e a população portuguesa na China também tem vindo a aumentar. Em Portugal, os Institutos de Confúcio têm permitido o ensino do mandarim e a vinda de alunos chineses para o país, contando com um total de 4 Institutos nas principais Universidades portuguesas³⁰.

Em suma, acreditamos que Portugal deve continuar a apostar a sua diplomacia no relacionamento com a China. Portugal precisa de novos investidores e a intensificação das relações entre os dois países deve ser a aposta da diplomacia portuguesa, permitindo-lhe encontrar novas oportunidades de para além da UE, dos PALOP e dos restantes países do continente africano. A atuação da diplomacia portuguesa na relação bilateral com este *gigante económico* tem sido fundamental para a credibilidade e prestígio de Portugal como um país propício ao investimento estrangeiro e que pretende estar presente nos *cinco cantos do mundo*.

Tal como a China, também Cabo Verde tem intensificado as suas relações políticas e económicas com Portugal nos últimos anos (Agência Lusa, 2017b). Para além da história e língua em comum, este é um país que tem despertado alguma atenção por parte de Portugal.

Portugal sempre foi o grande promotor das relações Cabo Verde-UE e, sob a Presidência portuguesa do Conselho da UE, viu ser institucionalizada, em 2007, a realização de uma Parceria Especial UE-Cabo Verde³¹, sendo esta a única parceria entre a UE e um Estado da África Subsariana até hoje (Seabra, 2010).

No âmbito da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), Cabo Verde tem sido um dos principais países beneficiários da ajuda de Portugal. Embora desde 2012 esta ajuda tenha diminuído (em 2012 era de 130,845,097 euros e, em 2015, o valor foi de 44,994,994 euros), podemos afirmar que a cooperação entre os dois países tem sido grandemente aprofundada nos últimos anos (Camões, 2016). Focaremos a nossa atenção nos anos de 2016 e 2017.

A educação é uma das principais áreas na qual os países cooperam. Em 2016, visando a consolidação do sistema educativo em Cabo-Verde, Portugal e Cabo Verde

30 Cfr. Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa (2016) “Universidade de Coimbra inaugura Instituto de Confúcio e reforça laços com a China”, disponível em: <http://ccilc.pt/pt/universidade-de-coimbra-inaugura-instituto-confucio-e-reforca-lacos-com-china>, acesso a 20/09/2017.

31 Cfr. Delegação da UE em Cabo Verde “Parceria Especial UE-Cabo Verde”, disponível em: http://eeas.europa.eu/archives/delegations/cape_verde/eu_cape_verde/political_relations/patnership_eu_cape_verde/index_pt.htm, acesso a 01/08/2017.

assinaram um “Protocolo de Reforço Técnico das Capacidades Nacionais no domínio do Desenvolvimento Curricular” (Camões, 2016). Este Protocolo, com duração de dois anos e com um orçamento de 45 mil euros, tem como fim fortalecer a língua portuguesa em Cabo Verde, bem como implementar o processo de revisão e desenvolvimento curricular (desde o pré-escolar até ao 12º ano) e contribuir para o fomento de conteúdos e materiais pedagógicos (Camões, 2016). É certo o interesse de Portugal em fortalecer a língua portuguesa nas escolas cabo-verdianas, do mesmo modo que Cabo Verde mostra estar bastante recetivo a este tipo de Protocolos.

Mostrando a forma como a diplomacia portuguesa tem trabalhado como um instrumento ao serviço da Política Externa na realização de acordos e protocolos entre Portugal e Cabo Verde, em 2016 foi assinado um Memorando de entendimento entre os dois países relativo ao Programa Estratégico de Cooperação para o Quinquénio 2016-2020. Este Programa tem como fim consolidar os investimentos e esforços em diversas áreas como: o Reforço Institucional; a Educação, a Ciência e Inovação; os Assuntos Sociais; a Segurança, a Saúde e a Cultura, entre outros (Camões, 2016c).

Tal como relativamente à China, 2017 também foi o ano em que as relações Portugal-Cabo Verde prosperaram. Em fevereiro de 2017, os dois países realizaram a IV Cimeira bilateral na Cidade da Praia. Nesta cimeira, foi assinado o Programa Estratégico de Cooperação (PEC 2017-2021), duplicando o envelope financeiro disponível para 120 milhões euros e ativando doze instrumentos bilaterais em diversas áreas desde a Defesa à educação e ao ambiente (República Portuguesa, 2017).

Relativamente ao montante financeiro disponibilizado, António Costa referiu que Portugal valoriza o apoio ao desenvolvimento de Cabo Verde, existindo uma relação de amizade entre os dois países e, o facto de Portugal duplicar este apoio demonstra um momento de viragem na economia portuguesa (Governo de Portugal, 2017b). Durante esta cimeira, ficou expressa a vontade dos dois países alargarem a sua cooperação bilateral. Segundo a Declaração Conjunta assinada pelos dois primeiros-ministros, esta cimeira atestou as excelentes relações políticas e a importância da parceria estratégica entre ambos, que se tem expresso numa concertação político-diplomática e numa atividade económica pública e privada (Governo de Portugal, 2017^b). Ficou também latente a intensão dos dois países cooperarem na área da saúde e no domínio económico em sectores como o turismo, a economia marítima e a energia (Governo de Portugal, 2017b).

Como último ponto, é primordial refletir acerca do possível Acordo de Livre Circulação entre os dois países que, embora ainda não esteja definido, intensificará o comércio Portugal-Cabo Verde e permitirá uma grande proximidade entre as duas populações e os dois mercados. Este é um Acordo de grande importância para Portugal, tanto que a primeira visita oficial de António Costa como Primeiro-ministro foi a Cabo Verde, e este foi um dos principais temas a serem debatidos entre os dois países (Agência Lusa, 2016a).

Recorrendo à análise do **Quadro 16**³², podemos observar que, contrariamente à China, o saldo da balança comercial entre Portugal e Cabo Verde é favorável a Portugal. As exportações portuguesas têm aumentado para Cabo Verde e Portugal tem investido bastante em Cabo Verde. A população cabo-verdiana é a segunda mais representativa em Portugal (SEF, 2016) e, apesar de as receitas turísticas geradas por Cabo Verde em Portugal ainda não serem expressivas, a cooperação entre os dois países em diversas áreas tem sido cada vez mais abrangente, tanto que, no cerne da educação, foi aberta em Cabo Verde, no final do ano transato, a primeira escola portuguesa (Agência Lusa, 2017^a).

Para terminar este capítulo, é importante referir que Portugal começou a dar os primeiros passos no sentido da saída da crise económico-financeira, em 2015. Foram vários os indicadores económicos em que o país melhorou, atingindo algo que já não era visto há mais de quatro anos: o aumento das exportações e a diminuição das importações.

No âmbito diplomático, deu-se uma continuação da valorização da diplomacia portuguesa. Ainda em 2015, o número de diplomatas portugueses aumentou notoriamente, do mesmo modo que vimos o reconhecimento das suas qualidades com a eleição de António Guterres para Secretário-Geral das Nações Unidas.

Após 2015, existiram diversas iniciativas que mostraram um novo otimismo com a saída da crise e que contribuíram de forma amplamente positiva para a renovação da imagem, credibilidade e prestígio de Portugal.

A aposta da diplomacia portuguesa em áreas onde Portugal tem já um passado deve continuar a ser central na ação diplomática portuguesa. A proximidade linguística e cultural torna a relação mais facilitada, da mesma maneira que a existência de um mercado para os produtos e empresas portuguesas se constitui como uma *mais-valia*.

32 Encontra-se nos anexos.

No caso da proximidade à China, o grande interesse de Portugal emerge da necessidade de país precisar de atrair investidores e de significar um novo mercado para os negócios portugueses. No caso de Cabo Verde, Portugal encontra-se na posição de investidor e a facilidade de comunicação e proximidade cultural permitem um relacionamento muito estreito entre os dois países. Para Cabo Verde, Portugal é a ponte para o continente europeu, tanto que, nas últimas negociações do Acordo de Parceria entre Cabo Verde e a UE, o país pediu ajuda a Portugal nas negociações (Agência Lusa, 2017c). Simultaneamente, para Portugal a relação com Cabo Verde permite-lhe a posição de *mediador* das relações entre o país e a UE, bem como o alargamento da sua área de influência na África-Subsariana. Estas são duas zonas de atuação muito diferentes, no entanto são duas áreas onde já existe um mercado para os produtos portugueses e empresas portuguesas.

Cabe ao Governo e à diplomacia portuguesa a continuação da aposta nestas áreas. A decisão, o esforço e a continuação da valorização da diplomacia portuguesa nestas *novas áreas* de atuação demonstram que, apesar da crise, o país continua a procurar novas oportunidades e o reconhecimento dos seus parceiros, com o objetivo da renovação da credibilidade e prestígio externos, almejando um maior reconhecimento estrangeiro.

Capítulo 5 - Conclusão

Em primeiro lugar é importante referir esta dissertação trouxe um novo olhar sobre a diplomacia portuguesa à análise de Política Externa e à Escola das Relações Internacionais. Respondendo à pergunta de partida, confirmamos que perante o contexto europeu de crise económico-financeira, pelo qual o país ainda se rege, Portugal apostou e continua a apostar na valorização da sua diplomacia para renovar a sua credibilidade e prestígio externos. Esta dissertação demonstra três pontos importantes: primeiramente, a diplomacia é um instrumento utilizado como uma estratégia de renovação da credibilidade e prestígio externos de Portugal, que poderá ser utilizada para o país ganhar espaço político e económico, como proporciona a Portugal uma capacidade de agir e de influenciar os seus parceiros europeus e internacionais.

Em segundo lugar, esta dissertação prova que no período 2008-2015 a diplomacia portuguesa cumpriu a sua principal função de implementação dos objetivos da Política Externa, como também existiu uma priorização dos Assuntos Europeus. De facto, a prioridade da ação diplomática portuguesa foi mostrar através das suas funções de negociação, informação e representação, e valorizando as três formas da diplomacia (económica, pública e cultural), que apesar das adversidades da crise o país continuava disposto a fazer sacrifícios para combater a mesma, estando completamente comprometido com as Instituições, com as políticas e regras europeias.

Em terceiro lugar, esta dissertação demonstra que, no período pós-2015, a especialização diplomática em áreas onde Portugal tem já um passado, como a China e Cabo Verde, continua a contribuir para os mesmos objetivos da renovação da credibilidade e prestígio externos, como também prova que foram várias as iniciativas e investimentos que Portugal abraçou e que indicam que, para além de o país ser considerado um destino turístico de excelência e propício ao investimento, Portugal é um país que tem uma reputação externa bastante positiva, sendo reconhecido por cumprir com as suas obrigações, apesar das dificuldades que ainda atravessa. Em setembro deste ano a agência *Standart & Poor* tirou Portugal do lixo³³, reconhecendo os

33 Cfr. Rafael Marchante (2017) “Agência Standard & Poor's retira Portugal do 'lixo' cinco anos depois” in Visão, disponível em: <http://visao.sapo.pt/actualidade/portugal/2017-09-15-Agencia-Standard--Poors-retira-Portugal-do-lixo-cinco-anos-depois>, acesso a 27/09/2017.

progressos significativos do país e fazendo aumentar a sua credibilidade externa como um país cumpridor das suas obrigações.

Embora no período 2008-2015 a diplomacia económica tenha sido a forma da diplomacia mais utilizada na representação externa do Estado, a verdade é que existiu uma interligação das três formas da diplomacia escolhidas para esta pesquisa (económica, pública e cultural), porque todas concorrem para o mesmo objetivo da renovação da credibilidade e prestígio externos. As três formas da diplomacia foram essenciais para o país para aumentar o IDE e as exportações portuguesas, tornar o país um destino turístico de excelência e criar oportunidades para os produtos e para as empresas portuguesas (diplomacia económica); alargar o espaço de atuação da língua e cultura portuguesas (diplomacia cultural) e, por fim, através da representação, informação e negociação, criar mais e novas oportunidades para a sociedade e para as comunidades portuguesas no estrangeiro (diplomacia pública).

A dissertação sublinha ainda que apesar de o período 2008-2015 ter refletido a grande aposta da diplomacia portuguesa na UE, como a melhor e mais eficaz forma de combater a crise, foram diversos os acordos, memorandos e protocolos realizados com outros países exteriores à UE e que também fizeram valer uma boa visibilidade externa a Portugal.

A pesquisa destaca também a atuação de diversos atores estatais que, ao trabalharem coordenadamente, foram essenciais em todo o processo de procura de novos meios de resolução da crise e na busca de novas oportunidades de expansão e projeção da economia, da língua e da cultura portuguesas.

Não obstante os esforços realizados pelo país com o fim de cumprir com as suas obrigações nem sempre terem sido vistos com *bons olhos* pelos seus, a verdade é que hoje Portugal encontra-se a sair da crise e em grande parte, devido ao papel determinante da sua diplomacia. Esta dissertação demonstrou através de dados estatísticos, entrevistas e Quadros que a diplomacia portuguesa contribuiu fortemente para a renovação da credibilidade e prestígio de Portugal no estrangeiro.

Neste sentido, apesar de Portugal ainda estar sob a égide da crise económico-financeira e de este ser um *caminho* que exige um trabalho contínuo, é importante realçar que é um país que ocupa: o 25º lugar no Índice de Prosperidade³⁴ num total de

34 Cfr. Legatum Institute (2016) “The Legatum Prosperity Index 2016”, disponível em: <http://www.prosperity.com/globe#PRT>, acesso a 25/08/2017.

149 países; o 28º lugar no Índice de Democracia, num total de 167 países³⁵ e, é considerado um país livre, segundo o Índice de Liberdade, com um *aggregate score* de 97³⁶. Todas as posições ocupadas também contribuem para o incremento da boa imagem, credibilidade e prestígio do país, ao traduzirem o modo como o país encarou a crise, sem prejudicar a sua prosperidade, liberdade e democracia.

Esta dissertação corrobora Attias, segundo o qual a reputação de um país, ou melhor, a forma como este se posiciona e é entendido pelos seus pares, é essencial para o ajudar a atrair investimento estrangeiro, impulsionar o turismo e o crescimento económico, assim como é fundamental para reforçar o seu *Soft Power* (Attias, 2016).

A pesquisa atesta ainda que, no período pós-2015, Portugal continuou a valorizar o papel da sua diplomacia, apostando em áreas onde Portugal já tem um passado de relações e experiência. A análise focou dois países dissemelhantes, provando que o país está a procurar novas oportunidades para além da UE. No caso da China, os benefícios são os investimentos que este país pode continuar a fazer em Portugal, bem como as oportunidades de negócio no mercado chinês. No caso de Cabo Verde, os benefícios prendem-se com a possível mediação das relações UE-Cabo Verde, bem como com o aumento das exportações portuguesas para esta área e a valorização da língua e cultura portuguesas. Em ambos os casos, Portugal ao continuar a apostar na valorização da sua diplomacia está a cumprir um dos principais objetivos da Política Externa portuguesa: o incremento da imagem externa e a renovação da credibilidade e prestígio externos. No entanto, esta nova aposta da diplomacia portuguesa não se limita apenas à China e a Cabo Verde, pelo que, na realidade, o país tem efetivamente apostado em outras áreas bastante importantes para a sua Política Externa, como é o caso dos países da América Latina, Índia ou Angola (como aliás os quadros em anexo demonstram).

Por último, é importante destacar que o aumento da imagem externa e a renovação da credibilidade e prestígio do país é algo que, tal como a criação de consensos, se constrói e requer tempo. E, portanto, é imperativo que a Política Externa portuguesa continue a apostar na eficácia da sua diplomacia para mostrar que o país continua a cumprir com as suas obrigações, não só dentro da UE, como também nas *novas áreas* onde está a estabelecer e a aprofundar relações. É imprescindível continuar a capacitar a rede externa portuguesa, mas acima de tudo, é essencial dotar todos os

35 Cfr. The Economist “Democracy Index 2016”, disponível em: <http://www.eiu.com/topic/democracy-index>, acesso a 25/08/2017.

36Cfr. Freedom House “Freedom in the World 2017”, disponível em: <https://freedomhouse.org/report/fiw-2017-table-country-scores>, acesso a 25/08/2017.

atores estatais da Política Externa portuguesa de mais instrumentos para uma melhor representação de Portugal no estrangeiro. Esta mudança não poderá ser executada de um dia para o outro, existindo muitos fatores externos, nomeadamente no que respeita à economia do país, ao orçamento do Ministério e ao número de recursos humanos e respetiva formação que a podem dificultar. Porém, esta é uma estratégia que, a longo prazo, trará benefícios económicos (e outros) ao país e que lhe permitirá continuar a renovar a sua imagem, credibilidade e prestígio externos.

Bibliografia

Monografias

Amado, L., Sousa, T. (2012), *Conversas sobre a Crise – Portugal a Europa e o Mundo*, Publicações Dom Quixote: Lisboa.

Mongiardim, M. R. (2007), *Diplomacia*, 1ª Edição., Edições Almedina: Coimbra.

Nye, J. S. (2004) *Soft Power – The Means to Success in World Politics*, Public Affairs: New York.

Santos, V. M. S. (2012) *Elementos de Análise de Política Externa*, ISCSP: Lisboa.

Valente, P. A. (2012) *Do Poder do Pequeno Estado – Enquadramento geopolítico da hierarquia das potências*. 2ª Edição, Lisboa: ISCSP.

Artigos

Attias, R. (2016) “Why the UN’s new chief represents a pivotal moment for “Brand Portugal””. *The Huffington Post*, disponível em: http://www.huffingtonpost.com/richard-attias/why-the-uns-new-chief-rep_b_12470504.html, acesso a 11/11/2016.

Barroso, J. M. D. (2007) “Portugal e o Futuro da Europa nos 20 Anos da Adesão”, in Barroso, J. M. D. et al (2007) “Política Externa e Diplomacia”, in *Negócios Estrangeiros*, no 10, pp.11-18.

Castro, A. S. (2013) “South Africa’s Engagement in Sports Diplomacy: The Successful Hosting of the 2010 FIFA World Cup”, *The Hague Journal of Diplomacy* 8, pp. 1-14.

Castro, J. (2008) “A Diplomacia Económica em Portugal”, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, UFP: Porto, pp. 218-228, disponível em: <http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/912/1/218-228.pdf>, acesso a 20/05/2016.

Costa, F. S. (2010) “A diplomacia portuguesa e a Europa”, *Editor Principia*, Parede: Portugal, pp. 57-61.

Cravinho, J. (2012) “Novas coordenadas da política externa portuguesa”, in *Revista Janus*, Lisboa, pp. 162-163.

Ferreira, J. M. (1976) “Relações Externas e Defesa Nacional”, in *Nação Defesa*, nº, pp.17-23.

Ferreira-Pereira, L. (2008) “Portugal e a presidência da União Europeia (1992-2007) ” in *Relações Internacionais*, pp. 131-143.

Flor e Almeida, M. R. (2003), “A Diplomacia Pública” in *Revista Negócios Estrangeiros*, nº 6, Ministério dos Negócios Estrangeiros: Lisboa. pp. 61-72.

Gomes, G. S. C. (1990) “A Política Externa e a Diplomacia numa Estratégia Nacional”, in *Nação e Defesa*, nº56, Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, pp.55-76.

Gorjão, P. (2005) “Mudança de regime e política externa: Portugal, a Indonésia e o destino de Timor Leste”, in *Análise Social*, vol. XL (174), pp.7-35.

Horta, B. (2009) “Economic Diplomacy as a key instrument to the international economic equilibrium”, in Costa, C. G. (2009) *New Frontiers for Economic Diplomacy*, ISCSP: Lisboa.

Huntington, S. P. (1991) “Democracy’s Third Wave”, in *Journal of Democracy*, Vol.2. No.2, pp. 12-34.

Lane, P. R. (2012) “The European Sovereign Debt Crisis”, in *Journal of Economic Perspectives*, Volume 26, no 3, American Economic Association, pp. 49-68.

Leal, A. (2007), “A Diplomacia Económica em Portugal no Século XXI – que Papel no Investimento Directo Português no Exterior?” in *Negócios Estrangeiros*: Lisboa, pp. 207-310.

Magone, J. (2006) “Portugal na Europa Vinte Anos Depois - The Europeanization of Portugal (1986-2006). A Critical View”, in “Portugal na Europa vinte anos depois”, *Nação e Defesa*, no 115, 3ª série, pp. 9-28.

Martins, M. G. (1989) “Portugal e a Adesão à Europa Comunitária – Algumas Consequências e Alguns Desafios”, in *Nação e Defesa*, pp. 85-100.

Moravcsik, A. (2012) “Europe After the Crisis - How to Sustain a Common Currency”, in *Foreign Affairs*, volume 91, no3, pp. 54-68.

Moreira, A. et al (2007) “A Diplomacia portuguesa”, in “Política Externa e Diplomacia” *Negócios Estrangeiros*, no10, pp. 19-25.

Stuart M., Paul S., Geoffrey W., David C., Jan M. (2011) “The Present and Future of Diplomacy and Diplomatic Studies” in *International Studies Review*, Volume 13, Issue 4, 1 de dezembro de 2011, pp. 709–728.

Reis, B., Gaspar, C. (2013) “Uma Estratégia Global para Portugal numa Europa em Crise” in *Revista Defesa Nacional*, nº 9. Instituto de Defesa Nacional: Lisboa, pp. 3-53.

- Rezola, M. I. (2016) “Elementos para uma política externa do Portugal democrático. O legado de Medeiros Ferreira”, in *Relações Internacionais*, no.49, Lisboa: Portugal.
- Schneider, C. P. (2006,) “Cultural Diplomacy: Hard to Define, but You'd Know It If You Saw It” in *Brown Journal of World Affairs*, volume XIII, Brown University, pp. 191- 203.
- Soares, M. (2004) “An Over view of the Portuguese Revolution and New Realities”, in *herald of europe*, pp.1-7.
- Sousa, T., Gaspar, C. (2015) “Portugal, a UE e a crise”, in *Revista Relações Internacionais*, pp. 99-114.
- Stoica, A., (2014) “The Cultural Diplomacy of Portugal – An Important Element in the EU’s External Relations?” in Gabriel Moisa, Ion Zainea, "In Honorem Mihai Drecin", Oradea, University of Oradea Press, Forthcoming. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2536795>, acesso a 06/08/2017.
- Teles, A. F. (s.d.) “Portugal and Cultural Diplomacy”, disponível em: <http://www.culturaldiplomacy.org/pdf/case-studies/portugal-and-cd.pdf>, acesso a 11/11/2016.
- Zúquete, J. P. (2015) “Nacionalismos e política externa portuguesa no pós-25 de Abril”, in *Dimensões do Poder – História, Política e Relações Internacionais*, série 66, Ediprucs, Porto Alegre, pp. 7-96.

Artigos de jornais e notícias

- Agência Lusa (2017a) “Escola Portuguesa de Cabo Verde com grande procura após três meses em funcionamento”, 17 de fevereiro de 2017, disponível em: <http://observador.pt/2017/02/17/escola-portuguesa-de-cabo-verde-com-grande-procura-apos-tres-meses-em-funcionamento/>, acesso a 20/09/2017.
- Agência Lusa (2017b) “Portugal e Cabo Verde estreitam cooperação e afirmam “excelência” das relações em cimeira”, 20 de fevereiro de 2017, disponível em: <http://observador.pt/2017/02/20/portugal-e-cabo-verde-estreitam-cooperacao-e-afirmam-excelencia-das-relacoes-em-cimeira/>, acesso a 20/09/2017.
- Agência Lusa (2017) “Primeiro-ministro na cidade da Praia para IV cimeira bilateral Portugal/Cabo-verde”, in *Observador*, 20 de fevereiro de 2017, disponível em: <http://observador.pt/2017/02/20/primeiro-ministro-na-cidade-da-praia-para-iv-cimeira-bilateral-portugal-cabo-verde/>, acesso a 09/08/2017.

Agência Lusa (2017) “António Costa faz visita de 24 horas ao Qatar para falar de investimento”, in *Observador*, 17 de abril de 2017, disponível em: <http://observador.pt/2017/04/17/antonio-costa-faz-visita-de-24-horas-ao-qatar-para-falar-de-investimento/>, acesso a 09/08/2017.

Agência Lusa (2017c) “Cabo Verde vai negociar com UE alargamento do acordo de parceria”, 21 de junho de 2017, disponível em: <http://www.dn.pt/lusa/interior/cabo-verde-vai-negociar-com-ue-alargamento-do-acordo-de-parceria-8579635.html>, acesso a 02/08/2017.

Agência Lusa (2017) “António Costa discute futuro da Europa com Emmanuel Macron em Paris”, in *Diário de Notícias*, 20 de julho de 2017, disponível em: <http://www.dn.pt/portugal/interior/antonio-costa-discute-futuro-da-europa-com-emmanuel-macron-em-paris-8651858.html>, acesso a 09/08/2017.

Agência Lusa (2017d) “Cinco PME portuguesas selecionadas por Bruxelas para financiamento do Horizonte 2020”, in *Diário de Notícias*, 22 de junho de 2017, disponível em: <http://www.dn.pt/lusa/interior/cinco-pme-portuguesas-selecionadas-por-bruxelas-para-financiamento-do-horizonte-2020-8583150.html>, acesso a 25/07/2017.

Agência Lusa (2017e) “Ligação China-Portugal é a nova rota aérea da seda do século XXI”, in *Sapo*, 26 de julho de 2017, disponível em: <http://24.sapo.pt/atualidade/artigos/ligacao-china-portugal-e-a-nova-rota-aerea-da-seda-do-seculo-xxi>, acesso a 04/08/2017.

Agência Lusa (2017f) “Portugal pode receber um milhão de turistas chineses por ano - embaixador português”, 25 de julho de 2017, disponível em: <http://www.dn.pt/lusa/interior/portugal-pode-receber-um-milhao-de-turistas-chineses-por-ano---embaixador-portugues-8661455.html>, acesso a 04/08/2017.

Agência Lusa (2017g) “China está "muito atenta" à situação económica em Portugal”, 28 de junho de 2017, disponível em: <http://www.dn.pt/lusa/interior/china-esta-muito-atenta-a-situacao-economica-em-portugal---embaixador-8598213.html>, acesso a 03/08/2017.

Agência Lusa (2016a) “António Costa inicia em Cabo Verde a sua primeira visita oficial como primeiro-ministro”, in *Observador*, 19 de janeiro de 2016, disponível em: <http://observador.pt/2016/01/19/antonio-costa-inicia-cabo-verde-primeira-visita-oficial-primeiro-ministro/>, acesso a 05/08/2017.

Agência Lusa (2016b) “Portugal e China assinam memorando de entendimento para a justiça”, in *Diário de Notícias*, 17 de maio de 2016, disponível em: <http://www.dn.pt/portugal/interior/portugal-e-china-assinaram-memorando-de-entendimento-na-area-judicial-5178250.html>, acesso a 30/07/2017.

Agência Lusa (2016) “Costa defende em Marrocos aplicação do Acordo de Paris”, in *Público*, 15 de novembro de 2016, disponível em: <https://www.publico.pt/2016/11/15/ecosfera/noticia/pm-defende-em-marrocos-aplicacao-do-acordo-de-paris-sobre-alteracoes-climaticas-1751193>, acesso a 08/08/2017.

Agência Lusa (2015) “Portugal tem de recuperar a credibilidade na UE”, in *Rádio Renascença*, 31 de dezembro de 2015, disponível em: http://rr.sapo.pt/noticia/43383/margarida_marques_portugal_tem_de_recuperar_a_credibilidade_na_ue, acesso a 30/05/2017.

Agência Lusa (2014) “Turismo de Portugal já tem um representante permanente na China “, 11 de novembro de 2014, disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/economia/turismo-de-portugal-ja-tem-um-representante-permanente-na-china_n781032, acesso a 20/09/2017.

Agência Lusa (2009a) “Governo aprova reforma do Instituto Camões”, in *Jornal Público*, 21 de maio de 2009, disponível em: <https://www.publico.pt/2009/05/21/culturaipsilon/noticia/governo-aprova-reforma-do-instituto-camoes-1382059>, acesso a 04/03/2017.

Agência Lusa (2009b) “Défice excessivo: UE abre procedimento contra Portugal”, in *Diário de Notícias*, 6 de outubro de 2009, disponível em: <http://www.dn.pt/economia/interior/defice-excessivo-ue-abre-procedimento-contra-portugal-1382652.html>, acesso a 24/09/2017.

Alvarez, L. (2016) “A vitória também é da diplomacia portuguesa”, in *Público*, 6 de outubro de 2016, disponível em: <https://www.publico.pt/2016/10/06/mundo/noticia/como-guterres-e-a-diplomacia-portuguesa-chegaram-a-vitoria-para-a-vitoria-de-guterres-toda-a-diplomacia-portuguesa-trabalhou-1746306>, acesso a 21/07/2017.

Alves, S. C. (2017) “Plano Juncker já financiou projectos em Portugal com 1,2 mil milhões de euros”, artigo redigido por Agência Lusa, in *Negócios*, 24 de abril de 2017, disponível em: <http://www.jornaldenegocios.pt/economia/fundos->

comunitarios/detalhe/plano-juncker-ja-financiou-projectos-em-portugal-com-12-mil-milhoes-de-euros, acesso a 09/08/2017.

Braga, I. (1999) “Profissão: diplomata”, in *Público*, 16 de fevereiro de 1999, disponível em: <https://www.publico.pt/1999/02/16/jornal/profissao-diplomata-129703>, acesso a 06/12/2017.

Cabrita-Mendes, A. (2017) “Mercedes abre em Portugal o primeiro centro de competências digitais da marca”, in *Jornal Negócios*, 9 de maio de 2017, disponível em: <http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/automovel/detalhe/mercedes-abriu-em-portugal-o-primeiro-centro-de-competencias-digitais-da-marca>, acesso a 20/07/2017.

Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa (2016) “Universidade de Coimbra inaugura Instituto de Confúcio e reforça laços com a China”, disponível em: <http://ccilc.pt/pt/universidade-de-coimbra-inaugura-instituto-confucio-e-reforca-lacos-com-china>, acesso a 20/09/2017.

Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa (2015) “Embaixador da China sugere a Portugal estabelecimento conjunto de “faixa económica” na Europa”, disponível em: <http://www.ccilc.pt/pt/embaixador-da-china-sugere-portugal-estabelecimento-conjunto-de-faixa-economica-na-europa>, acesso a 30/07/2017.

Carregueiro, N. (2017) “Exportações portuguesas com o quarto maior crescimento da Zona Euro”, in *Jornal de Negócios*, 16 de maio de 2017, disponível em: <http://www.jornaldenegocios.pt/economia/conjuntura/detalhe/exportacoes-portuguesas-com-o-quarto-maior-crescimento-da-zona-euro>, acesso a 22/09/2017.

Carvalho Silva, C. (2017) “O Outono chegou e a seca continua. Reservas do Minho e do Douro com “mínimos históricos”, in *Público*, 15 de novembro de 2017, disponível em: <https://www.publico.pt/2017/11/15/ecosfera/noticia/o-outono-chegou-mas-a-seca-continua-bacias-do-minho-e-do-douro-com-minimos-historicos-179262>, acesso a 06/12/2017.

Costa, F. S. (2008) “Presidente quer Governo a investir na rede diplomática e consular”, in *Expresso*, 3 de Setembro de 2008, disponível em: <http://expresso.sapo.pt/actualidade/presidente-quer-governo-a-investir-na-rede-diplomatica-e-consular=f398997>, acesso a 10/03/2017.

Ferreira, L. M. (2016) “Portugal 2020: empresas já receberam 460 milhões em fundos europeus”, in *Jornal Económico*, 21 de dezembro de 2016, disponível em:

<http://www.jornaleconomico.sapo.pt/noticias/portugal-2020-empresas-ja-receberam-460-milhoes-fundos-europeus-102140>, acesso a 22/07/2017.

Frasquilho, M. (2016) “Web Summit fica em Portugal pelo menos até 2020”, in Observador, 21 de dezembro de 2016, disponível em: <http://observador.pt/2016/12/22/web-summit-fica-em-portugal-pelo-menos-ate-2020/>, acesso a 20/07/2017.

Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (2015) “Relação Sino-Portuguesa atravessa “especial dinamismo”, 5 de junho de 2015, disponível em: <http://www.forumchinaplp.org.mo/sino-portugal-ties-in-special-phase-of-momentum-portuguese-minister/?lang=pt>, acesso a 30/07/2017.

Garcia, R. (2012) “Quando a água é motivo de guerra”, in *Público*, 22 de abril de 2012, disponível em: <https://www.publico.pt/2012/04/22/jornal/quando-a-agua-e-motivo-de-guerra-24397596>, acesso a 06/12/2017.

Gentile, T. (2017) “UE: António Costa espera que “renovação de votos” se traduza em “respostas concretas”, in *Jornal Expresso*, 25 de março de 2017, disponível em: <http://expresso.sapo.pt/politica/2017-03-25-UE-Antonio-Costa-espera-que-renovacao-de-votos-se-traduza-em-respostas-concretas>, acesso a 09/08/2017.

Jornal de Notícias (2013) “Cavaco destaca papel da diplomacia no combate à crise”, 4 de janeiro de 2013, disponível em: <http://www.jn.pt/politica/interior/cavaco-destaca-papel-da-diplomacia-no-combate-a-crise-2976894.html>, acesso a 13/03/2017.

Jornal de Notícias (2016) “Portugal está a deixar a crise económica para trás”, 18 de novembro de 2016, disponível em: <http://www.jn.pt/nacional/interior/portugal-esta-a-deixar-a-crise-economica-para-tras-5505417.html>, acesso a 20/07/2017.

Jornal Público (2016) “Como a imprensa internacional viu a vitória de Portugal”, 11 de julho de 2016, disponível em: <https://www.publico.pt/2016/07/11/desporto/noticia/imprensa-internacional-destaca-a-improvavel-vitoria-portuguesa-1737914>, acesso a 15/09/2017.

Jornal Sábado (2015) “Saída da troika marcou 2014”, 15 de janeiro de 2015, disponível em: <http://www.sabado.pt/portugal/politica/detalhe/2015-01-15-a>, acesso a 30/05/2017.

Jornal Sol (2016) “China. Os empresários que estão a comprar Portugal”, 2 de agosto de 2016, disponível em: <https://sol.sapo.pt/artigo/518431/china-os-empresarios-que-estao-a-comprar-portugal>, acesso a 30/07/2017.

Lacerda, A., Agência Lusa (2016) “António Costa em Atenas para a cimeira de líderes de países do sul da Europa”, in *Observador*, 9 de Setembro de 2016, disponível em: <http://observador.pt/2016/09/09/antonio-costa-em-atenas-para-a-cimeira-de-lideres-de-paises-do-sul-da-europa/>, acesso a 06/08/2017.

Marchante, R. (2017) “Agência Standard & Poor's retira Portugal do 'lixo' cinco anos depois” in *Visão*, 15 de setembro de 2017, disponível em: <http://visao.sapo.pt/actualidade/portugal/2017-09-15-Agencia-Standard--Poors-retira-Portugal-do-lixo-cinco-anos-depois>, acesso a 27/09/2017.

Martín, J. (2016) “Otro triunfo de la diplomacia portuguesa”, in *El País*, 6 de outubro de 2016, disponível em: http://internacional.elpais.com/internacional/2016/10/06/actualidad/1475751213_214763.html, acesso a 05/06/2017.

Maurício, T. (2016) “Studying public diplomacy - experiences of a Portuguese diplomat”, in *DiploFoundation*, 3 de agosto de 2016, disponível em: <https://www.diplomacy.edu/blog/guest-blog-studying-public-diplomacy-experiences-portuguese-diplomat>, acesso a: 11/11/2016.

Meireles, L. (2015) “Governo nomeia leva de técnicos para a Reper”, in *Expresso*, 18 de julho de 2015, disponível em: <http://expresso.sapo.pt/politica/2015-07-18-Governo-nomeia-leva-de-tecnicos-para-a-Reper>, acesso a 03/06/2017.

Moreira, C. F. (2017) “Maior programa universitário em inovação digital da Europa recebe 300 jovens em Cascais”, in *Observador*, 24 de março de 2017, disponível em: <http://observador.pt/2017/03/24/maior-programa-universitario-em-inovacao-digital-da-europa-recebe-300-jovens-em-cascais/>, acesso a 20/07/2017.

Pimentel, A., Gomes, J. F. (2016) “1,490 startups depois. O que ficou da Web Summit?” in *Observador*, 11 de novembro de 2016, disponível em: <http://observador.pt/especiais/1-490-startups-depois-o-que-ficou-da-web-summit/>, acesso a 20/07/2017.

Portugal Participa (2008) “VII Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP”, 24 de julho de 2008, disponível em: <http://portugalparticipa.pt/News/Details/70ddf473-937a-4610-8af7-7bf23ecc8c90>, acesso a 04/03/2017.

Ronay, B. (2016) “Euro 2016, Russia, the World Cup, football politics and conflicting interests”, in *The Guardian*, 14 de junho de 2016, disponível em:

<https://www.theguardian.com/football/2016/jun/14/euro-2016-russia-world-cup-2018-football-politics-angel-maria-villar-llona>, acesso a 15/09/2017.

Santos, N. F. (2013) “Retirada da tutela da AICEP ao MNE pode prejudicar "interesse do Estado", diz diplomata Seixas da Costa”, in *Público*, 12 de agosto de 2013, disponível em: <https://www.publico.pt/2013/08/12/politica/noticia/retirada-da-tutela-da-aicep-ao-mne-pode-prejudicar-interesse-do-estado-diz-diplomata-seixas-da-costa-1602861>, acesso a 11/03/2017.

Seabra, P. (2010) “Portugal e Cabo Verde: Uma relação mutuamente vantajosa”, in *Sapo*, 4 de julho de 2010, disponível em: <http://noticias.sapo.cv/info/artigo/1076649.html>, acesso a 10/08/2017.

Suspiro, A., Carriço, M. (2015) “Austeridade. 13 medidas que sobrevivem ao governo de esquerda (e o que vai cair)”, in *Observador*, 22 de novembro de 2015, disponível em: <http://observador.pt/especiais/governo-esquerda-cai-fica-da-era-da-troika/>, acesso a 22/09/2017.

Tavares, R. (2016) “4 reasons why tiny Portugal has given us so many global leaders”, in *World Economic Forum*, 7 de outubro de 2016, disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2016/10/4-reasons-why-tiny-portugal-has-given-us-so-many-global-leaders/>, acesso a 10/07/2017.

UMIC (2010) “Governo apresenta Agenda Digital 2015”, 20 de setembro de 2010, disponível em: http://www.unic.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=3474&Itemid=331, acesso a 01/04/2017.

Tavares, P. (2016) “António Costa visita China para reforçar exportações e parceria estratégica”, 8 de outubro de 2016, disponível em: <http://www.dn.pt/portugal/interior/antonio-costa-visita-china-para-reforcar-exportacoes-e-parceria-estrategica-5428715.html>, acesso a 20/09/2017.

Tavares, R. (2012) “A diplomacia portuguesa”, in *Visão*, 31 de maio de 2012, disponível em: http://visao.sapo.pt/opiniao/opiniao_rodrigotavares/a-diplomacia-portuguesa=f667454, acesso a 28/09/2017.

Fontes digitais

Costa, F. S. (2016,) “O lugar de Portugal”, in *ou-quatro-coisas*, disponível em: <http://ou-quatro-coisas.blogspot.pt/2016/03/um-debate-inadiavel.html>, acesso a 26/02/2017.

Costa, F. S. (2011,) “Diplomacia em tempo de crise”, in *ou-quatro coisas*, disponível em: <http://ou-quatro-coisas.blogspot.pt/2011/05/diplomacia-em-tempo-de-crise.html>, acesso a 1/03/2017.

Freedom House (2017) “Índice de Liberdade 2017”, disponível em: <https://freedomhouse.org/report/fiw-2017-table-country-scores>, acesso a 25/08/2017.

Legatum Institute (2016) “Índice de Prosperidade 2016”, disponível em: <http://www.prosperity.com/globe#PRT>, acesso a 25/08/2017.

Oxford Academic Journal, “Foreign Policy Analyzis”, disponível em: <https://academic.oup.com/fpa/pages/About>, acesso a 21/09/2017.

Silva, A., Cruz, A. M., Pinto, A. S., Traça, D. (2017) “O Mundo em Mudança”, in *Programa Pós e Contrás*, RTP, disponível em: <https://www.rtp.pt/play/p3033/e289795/pros-e-contras/576830>, acesso a 31/05/2017.

The Economist (2016) “Índice de Democracia 2016”, disponível em: <http://www.eiu.com/topic/democracy-index>, acesso a 25/08/2017.

United Nations (2015) “International Migrant Stock”, disponível em: <http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/data/estimates2/estimates15.shtml>, acesso a 05/08/2017.

Fontes digitais oficiais

AICEP Portugal Global (2017a) “China – Síntese País”, disponível em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/SobreMercadosExternos/Documents/Perfil/51.pdf>, acesso a 04/08/2017.

AICEP Portugal Global (2017b) “Cabo Verde – Síntese País”, disponível em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/SobreMercadosExternos/Documents/Perfil/21.pdf>, acesso a 04/08/2017.

AICEP Portugal Global (2017b) “Rede externa AICEP”, disponível em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/sobre-nos/rede-externa-aicep/Paginas/rede-externa-aicep.aspx>, acesso a 02/06/2017.

AICEP Portugal Global (2017d) “Portugal – Ficha país”, disponível em: <http://www.portugalglobal.pt/pt/biblioteca/livrariadigital/portugalfichapais.pdf>, acesso a 14/03/2017.

AICEP Portugal Global (2017f) “Portugal - Acordos Bilaterais Celebrados na Área Económica”, disponível em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/LivrariaDigital/AcordosBilateraisCelebradosPortugal.pdf>, acesso a 20/04/2017.

AICEP Portugal Global (2016a) “China – Ficha de Mercado”, disponível em: <http://www.revista.portugalglobal.pt/AICEP/Documentos/FMChina/>, acesso a 04/08/2017.

AICEP Portugal Global (2016b) “Cabo Verde – Ficha de Mercado”, disponível em: <http://www.portugalglobal.pt/pt/biblioteca/livrariadigital/caboverdefichamercado.pdf>, acesso a 04/08/2017.

AICEP Portugal Global (2016c) “Roadshow Portugal Global”, nº92, disponível em: http://www.portugalglobal.pt/PT/RevistaPortugalglobal/2016/Documents/Portugalglobal_n92.pdf, acesso a 14/03/2017.

AICEP Portugal Global (2014) “AICEP premiada pela Comissão Europeia”, disponível em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/PortugalNews/Paginas/NewDetail.aspx?newId=%7BF41E1DCB-A508-4EF1-A184-9E0AA8E41177%7D>, acesso a 02/06/2017.

AICEP Portugal Global (2011) “Portugal – Ficha país”, disponível em: <http://www.bbs.pt/publicacoes/Portugal/PortugalFichaPais.pdf>, acesso a 14/03/2017.

Camões I.P. (2017) “Centros Culturais portugueses”, disponível em: <http://www.instituto-camoes.pt/activity/onde-estamos/china>, acesso a 25/07/2017.

Banco de Portugal (s.d.) “Programa de Assistência Económica e Financeira”, disponível em: <https://www.bportugal.pt/page/programa-de-assistencia-economica-e-financeira>, acesso a 23/09/2017.

Camões I.P. (2016a) “Ajuda Pública ao Desenvolvimento 2011-2015”, disponível em: http://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/Cabo_Verde_APD_2011-2015_quadros_site_CICL_dist_setorial_da_APD.pdf, acesso a 10/08/2016.

Camões I.P. (2016b) “Consolidação do Sistema Educativo em Cabo Verde – Projeto de Reforço Técnico das Capacidades Nacionais no domínio do Desenvolvimento Curricular”, disponível em: <http://www.instituto-camoes.pt/activity/o-que-fazemos/cooperacao/cooperacao-na-pratica/todos-os-projetos/15950-consolidacao-do-sistema-educativo-em-cabo-verde>, acesso a 10/08/2017.

Camões I.P (2016c) “Memorando de entendimento entre os Governos da República portuguesa e a República de Cabo Verde relativo ao Programa Estratégico de Cooperação para o Quinquénio 2016-2020”, disponível em: http://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/me_ptcv_jan2016.pdf, acesso a 11/08/2017.

Camões I.P (2016d) “Relatório de atividades 2015”, disponível em: http://www.instituto-camoes.pt/images/relat_ativ2015.pdf, acesso a 20/04/2017.

Delegação da UE em Cabo Verde (2016) “Parceria Especial UE-Cabo Verde”, disponível em: http://eeas.europa.eu/archives/delegations/cape_verde/eu_cape_verde/political_relations/patnership_eu_cape_verde/index_pt.htm, acesso a 01/08/2017.

Direção-Geral dos Assuntos Europeus (2009) “QUAR 2008-2010”, disponível em: http://www.portugal.gov.pt/media/368219/quar_dgae_2009.pdf, acesso a 17/05/2017.

Direção-Geral dos Assuntos Europeus (2011) “QUAR 2011”, disponível em: http://www.portugal.gov.pt/media/368222/quar_dgae_2011.pdf, acesso a 17/05/2017.

Direção-Geral dos Assuntos Europeus (2012) “QUAR 2012”, disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/media/592967/QUAR-dgae-2012.pdf>, acesso a 17/05/2017.

Direção-Geral dos Assuntos Europeus (2013) “QUAR 2013”, disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/media/1162119/quar%20dgae%202013.pdf>, acesso a 17/05/2017.

Direção-Geral dos Assuntos Europeus (2014) “QUAR 2014”, disponível em: http://www.portugal.gov.pt/media/1468470/QUAR_DGAE_2014.pdf, acesso a 17/05/2017.

Direção-Geral dos Assuntos Europeus (2015) “QUAR 2015”, disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/media/14363829/quar-dgae-versao-final-2015.pdf>, acesso a 17/05/2017.

Direção-Geral da Educação (2017) “Ensino chinês no ensino básico português”, disponível em: <http://www.dge.mec.pt/ensino-de-chines-no-ensino-basico>, acesso a 31/07/2017.

Governo de Portugal (2017^a) “Iniciativa Portugal 2020”, disponível em: <https://www.portugal2020.pt/Portal2020/o-que-e-o-portugal2020>, acesso a 25/03/2017.

Governo de Portugal (2017^b) “Declaração Conjunta da IV Cimeira Cabo Verde-Portugal”, disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/media/25374394/20170220-pm-pm-cabo-verde-dec-cimeira.pdf>, acesso a 11/08/2017.

Governo de Portugal (2016^a) “Primeiro-ministro aponta indústria e portos como novas áreas de parceria com a china”, artigo redigido por República Portuguesa, 10 de agosto de 2016, disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/pt/pm/noticias/20161008-pm-china.aspx>, acesso a 02/08/2017.

Governo de Portugal (2016^b) “Portugal e China assinam oito acordos económicos e culturais”, artigo redigido por República Portuguesa, 10 de Setembro de 2016, disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/pt/pm/noticias/20161009-pm-china.aspx>, acesso a 02/08/2017.

INE (2017) “Produto Interno Bruto aumentou 2,8% em termos homólogos - 1.º Trimestre de 2017”, disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=281044417&DESTAQUESmodo=2, acesso a 15/07/2017.

INE (2017) “Produto Interno Bruto aumentou 1,4% em volume no ano de 2016 e 2,0% no 4.º trimestre de 2016 - 4.º Trimestre de 2016”, disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=249869963&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt, acesso a 17/07/2017.

INE (2016) “Produto Interno Bruto aumentou 1,5% em volume no ano de 2015 e 1,3% no 4.º trimestre de 2015 - 4.º Trimestre de 2015”, disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=224618293&DESTAQUESmodo=2, acesso a 17/07/2017.

INE (2015) “Produto Interno Bruto aumentou 0,7% em volume no 4.º trimestre de 2014 e 0,9% no conjunto do ano 2014 - 4.º Trimestre de 2014”, disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=211100355&DESTAQUESmodo=2, acesso a 17/07/2017.

ISCTE-IUL “Observatório da Emigração”, disponível em: <http://observatorioemigracao.pt/np4/1308>, acesso a 11/03/2017.

Instituto Diplomático (2017) “Protocolos com Entidades Internacionais”, disponível em: <https://idi.mne.pt/pt/livre/24-diplomacia/64-protocolosinteridi.html>, acesso a 20/04/2017.

Ministério da Defesa (2011) “Proposta Orçamental”, disponível em: <http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdfpath=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a544556484c3039464c7a49774d5445794d4445774d54>

41784e53394562324e31625756756447397a5532566a64473979615746706379394e524534756347526d&fich=MDN.pdf&Inline=true, acesso a 23/09/2017.

MNE (2017) “Informações sobre a missão da REPER”, disponível em: <https://www.ue.missaoportugal.mne.pt/pt/a-reper/missao>, acedido a 02/06/2017.

MNE (2016a) “Orçamento para 2017”, disponível em: <http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a53556c4d5a576376543055764d6a41784e7a49774d5459784d4445304c305276593356745a57353062334e545a585276636d6c6861584d76545535464c5535766447456c4d6a42466548427361574e6864476c32595355794d4539464d6a41784e7935775a47593d&fich=MNE-Nota+Explicativa+OE2017.pdf&Inline=true>, acesso a 22/04/2017.

MNE (2016b) “Portugal na UE – 2015”, disponível em: https://infoeuropa.eurocid.pt/opac/func=service&doc_library=CIE01&doc_number=000073013&line_number=0001&func_code=WEB-BRIEF&service_type=MEDIA, acesso a 22/04/2017.

MNE - Embaixada de Portugal na Alemanha (2016) “Visita Oficial Primeiro-Ministro António Costa a Berlim”, disponível em: <https://www.berlim.embaixadaportugal.mne.pt/pt/a-embaixada/noticias/237-visita-oficial-primeiro-ministro-antonio-costa-a-berlim>, acesso a 06/08/2017.

MNE - Embaixada de Portugal na Grécia (2016) “Visita Oficial do Primeiro-Ministro de Portugal António Costa à Grécia”, disponível em: <https://www.atenas.embaixadaportugal.mne.pt/pt/a-embaixada/noticias/196-visita-oficial-do-primeiro-ministro-de-portugal-ant>, acesso a 06/08/2017.

MNE (2015a) “Orçamento para 2016”, disponível em: <http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a53556c4d5a576376543055764d6a41784e6a49774d5459774d6a41314c305276593356745a57353062334e545a585276636d6c6861584d76545535464c6e426b5a673d3d&fich=MNE.pdf&Inline=true>, acesso a 22/04/2017.

MNE (2015b) “Portugal na UE – 2014”, disponível em: https://infoeuropa.eurocid.pt/opac/func=service&doc_library=CIE01&doc_number=000065395&line_number=0001&func_code=WEB-BRIEF&service_type=MEDIA, acesso a 22/04/2017.

MNE (2014a) “Orçamento para 2015”, disponível em: [http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a5355786c5a793950525338794d4445314d6a41784e4445774d5455765247396a6457316c626e527663314e6c644739796157467063793950525445314a544977545535464a5449774c5355794d456431615746764a5449775258687762476c6a59585270646d386c4d6a41744a5449775132397461584e7a5957386c4d6a425159584a735957316c626e5268636955794d43684f623359784e436b756347526d&fich=OE15+MNE+--+Guiao+Explicativo+--+Comissao+Parlamentar+\(Nov14\).pdf&Inline=true](http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a5355786c5a793950525338794d4445314d6a41784e4445774d5455765247396a6457316c626e527663314e6c644739796157467063793950525445314a544977545535464a5449774c5355794d456431615746764a5449775258687762476c6a59585270646d386c4d6a41744a5449775132397461584e7a5957386c4d6a425159584a735957316c626e5268636955794d43684f623359784e436b756347526d&fich=OE15+MNE+--+Guiao+Explicativo+--+Comissao+Parlamentar+(Nov14).pdf&Inline=true), acesso a 22/04/2017.

MNE (2014b) “Portugal na UE – 2012”, disponível em: https://infoeuropa.euroid.pt/opac/func=service&doc_library=CIE01&doc_number=000063414&line_number=0001&func_code=WEB-BRIEF&service_type=MEDIA, acesso a 22/04/2017.

MNE (2013a) “Orçamento para 2014”, disponível em: http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a5355786c5a793950525338794d4445304d6a41784d7a45774d5455765247396a6457316c626e527663314e6c64473979615746706379394f6233526858305634634778705932463061585a6858303146546b55756347526d&fich=Nota_Explicativa_MENE.pdf&Inline=true, acesso a 22/04/2017.

MNE (2013b) “Portugal na UE – 2012”, disponível em: https://infoeuropa.euroid.pt/opac/func=service&doc_library=CIE01&doc_number=000054824&line_number=0001&func_code=WEB-BRIEF&service_type=MEDIA, acesso a 22/04/2017.

MNE (2012a) “Orçamento para 2013”, disponível em: http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a5355786c5a793950525338794d44457a4d6a41784d6a45774d5455765247396a6457316c626e527663314e6c64473979615746706379394f6233526858305634634778705932463061585a685830314f525335775a47593d&fich=Nota_Explicativa_MNE.pdf&Inline=true, acesso a 22/04/2017.

MNE (2012b) “Portugal na UE – 2011”, disponível em: https://infoeuropa.euroid.pt/opac/func=service&doc_library=CIE01&doc_number=000054685&line_number=0001&func_code=WEB-BRIEF&service_type=MEDIA, acesso a 22/04/2017.

MNE (2011a) “Orçamento para 2012”, disponível em: http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a5355786c5a793950525338794d4445794d6a41784d5445774d5463765247396a6457316c626e527663314e6c59335276636d6c6861584d76546d3930595639466548427361574e6864476c325956394e546b55756347526d&fich=Nota_Explicativa_MNE.pdf&Inline=true, acesso a 22/04/2017.

MNE (2011b) “Portugal na UE – 2010”, disponível em: https://infoeuropa.eurocid.pt/opac/func=service&doc_library=CIE01&doc_number=000054684&line_number=0001&func_code=WEB-BRIEF&service_type=MEDIA, acesso a 22/04/2017.

MNE (2010a) “Orçamento para 2011”, disponível em: <http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a544556484c3039464c7a49774d5445794d4445774d5441784e53394562324e31625756756447397a5532566a64473979615746706379394e546b55756347526d&fich=MNE.pdf&Inline=true>, acesso a 22/04/2017.

MNE (2010b) “Portugal na UE – 2009”, disponível em: <https://infoeuropa.eurocid.pt/files/database/000045001-000046000/000045771.pdf>, acesso a 22/04/2017.

MNE (2009) “Orçamento para 2010”, disponível em: <http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a544556484c3039464c7a49774d5441794d4445774d4445794e6939505253394562324e31625756756447397a5532566a64473979615746706379394e546b55756347526d&fich=MNE.pdf&Inline=true>, acesso a 22/04/2017.

MNE (2008) “Orçamento para 2009”, disponível em: <http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684d52556376543055764d6a41774f5449774d4467784d4445304c3039464c305276593356745a57353062334e545a574e3062334a7059576c7a4c30314f525355794d4539464a5449774d6a41774f5335775a47593d&fich=MNE%20OE%202009.pdf&Inline=true>, acesso a 22/04/2017.

MNE (2007) “Orçamento para 2008”, disponível em: http://www.parlamento.pt/orcamentoestado/documents/oe/2008/notas_explicativas/mne.pdf, acesso a 22/04/2017.

Página Oficial da República Portuguesa (2016 e 2017) “Presidência direta”, disponível em: <http://www.presidencia.pt/?idc=11&fano=2017>, acesso a 05/08/2017.

Observatório QREN (2017) “Política de Coesão Europeia em Portugal”, disponível em: http://www.observatorio.pt/item1.php?lang=0&id_channel=18&id_page=90, acesso a 25/03/2017.

Pordata (2017) “Balança de viagens e turismo”, disponível em: <http://www.pordata.pt/Portugal/Balan%C3%A7a+de+viagens+e+turismo-2583>, acesso a 01/04/2017.

Portal das Comunidades (2015) “Relatório de atividades 2015”, disponível em: https://www.portaldascomunidades.mne.pt/images/GADG/Relatorio_Atividades_DGA_CCP_2015.pdf, acesso a 20/04/2017.

Portal das Comunidades (2014) “Relatório de atividades 2014”, disponível em: https://www.portaldascomunidades.mne.pt/images/GADG/Relat%C3%B3rio_Atividades_DGACCP_2014.pdf, acesso a 20/04/2017.

Portal das Comunidades- Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora (GAID), disponível em: <https://www.portaldascomunidades.mne.pt/pt/gabinete-de-apoio-ao-investidor-da-diaspora-gaid>, acesso a 23/03/2017.

Portal das Comunidades- Gabinetes de Apoio ao Emigrante (GAE), disponível em: <https://www.portaldascomunidades.mne.pt/pt/gabinete-de-apoio-ao-emigrante-gae>, acesso a 03/04/2017.

Programa do Movimento das Forças Armadas (1975), disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/docs25a/MFA1-4.HTM>, acesso a 26/02/2017.

Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) disponível em: <http://www.qren.pt/np4/qren>, acesso a 25/03/2017.

República portuguesa (2017) “A Índia pode contar com Portugal para apoiar a sua entrada no Conselho de Segurança”, 7 de janeiro de 2017, disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/pt/pm/noticias/20170107-pm-india.aspx>, acesso a 08/08/2017.

República portuguesa (2017) “Primeiro-ministro visita tropas portuguesas que apoiam pacificação da República Centro Africana”, 12 de fevereiro de 2017, disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/pt/pm/noticias/20170212-pm-fnd-rep-centro-africana.aspx>, acesso a 09/08/2017.

República portuguesa (2017) “Primeiro-ministro visita o Luxemburgo”, 4 de abril de 2017, disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/pt/pm/noticias/20170404-pm-luxemburgo.aspx>, acesso a 09/08/2017.

República portuguesa (2017) “Europa do Sul tem a visão comum de que os cidadãos devem estar no centro do projeto europeu”, 10 de abril de 2017, disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/pt/pm/noticias/20170410-pm-europa-sul.aspx>, acesso a 09/08/2017.

República portuguesa (2017) “Somos amigos desde o primeiro minuto de existência da Argentina”, 14 de junho de 2017, disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/pt/pm/noticias/20170613-pm-argentina.aspx>, acesso a 09/08/2017.

República portuguesa (2017) “Portugal e Chile reforçam relações políticas e económicas”, 15 de junho de 2017, disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/pt/pm/noticias/20170614-pm-chile.aspx>, acesso a 09/08/2017.

República portuguesa (2017) “Cimeira entre Portugal e Cabo Verde reforça relações excelentes”, 20 de fevereiro de 2017, disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/pt/pm/noticias/20170220-pm-cimeira-caboverde.aspx>, acesso a 11/08/2017.

República portuguesa (2016) “Visita oficial do Primeiro-ministro a Cabo Verde é ‘sinal da grande prioridade que a lusofonia tem na nossa política externa’”, 19 de janeiro de 2016, disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/pt/pm/noticias/20160119-pm-cabo-verde.aspx>, acesso a 05/08/2017.

República portuguesa (2016) “Portugal pronto para acolher mais refugiados”, 5 de fevereiro de 2016, disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/pt/pm/noticias/20160205-pm-alemanha-refugiados.aspx>, acesso a 05/08/2017.

República portuguesa (2016) “Portugal e França discutiram relações comerciais e assuntos europeus”, 14 de abril de 2016, disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/pt/pm/noticias/20160418-pm-pm-franca.aspx>, acesso a 06/08/2017.

República portuguesa (2016) “Portugal e Suécia concordam que a UE deve fazer mais para acolher refugiados”, 3 de outubro de 2016, disponível em:

<http://www.portugal.gov.pt/pt/pm/noticias/20161003-pm-suecia.aspx>, acesso a 07/08/2017.

República portuguesa (2016) “Visita do Primeiro-ministro à China termina com acordos nas tecnologias da informação e comunicação”, 12 de outubro de 2016, disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/pt/pm/noticias/20161012-pm-china.aspx>, acesso a 07/08/2017.

República portuguesa (2016) “Primeiro-ministro sublinha a importância do juramento de António Guterres como Secretário-Geral da ONU”, 12 de dezembro de 2016, disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/pt/pm/noticias/20161212-pm-onu.aspx>, acesso a 08/08/2017.

República Portuguesa (2015) “Grandes Opções do Plano para 2016-2019”, disponível em: <http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c3246795a5868774d546f334e7a67774c336470626d6c7561574e7059585270646d467a4c31684a53556b76644756346447397a4c334277624445784c56684a53556b755a47396a&fich=ppl11-XIII.doc&Inline=true>, acesso a 22/03/2017.

República Portuguesa (2014) “Grandes Opções do Plano para 2015”, disponível em: <http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c3246795a5868774d546f334e7a67774c336470626d6c7561574e7059585270646d467a4c31684a5355339305a58683062334d76634842734d6a557a4c56684a5353356b62324d3d&fich=ppl253-XII.doc&Inline=true>, acesso a 22/03/2017.

República Portuguesa (2013) “Grandes Opções do Plano para 2014”, disponível em: <http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c3246795a5868774d546f334e7a67774c336470626d6c7561574e7059585270646d467a4c31684a5355339305a58683062334d76634842734d5463334c56684a5353356b62324d3d&fich=ppl177-XII.doc&Inline=true>, acesso a 20/03/2017.

República Portuguesa (2010) “Grandes Opções do Plano para 2010-2013”, disponível em: https://www.parlamento.pt/OrcamentoEstado/Documents/gop/GOP_2010-2013_VF.pdf acesso a 12/03/2017.

República Portuguesa (2008) “Grandes Opções do Plano para 2009”, disponível em: <https://www.parlamento.pt/OrcamentoEstado/Documents/gop/gop2009.pdf>, acesso a 10/03/2017.

República Portuguesa (2007) “Grandes Opções do Plano para 2008”, disponível em: <https://www.parlamento.pt/OrcamentoEstado/Documents/gop/GOP2008.pdf>, acesso a 03/03/2017.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2016) “Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo”, disponível em: <http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2016.pdf>, acesso a 05/08/2017.

Legislação

Decreto-Lei 459/85 de 4 de novembro.

Decreto-Lei n.º 48295 de 18 de abril.

Decreto-Lei 71-2009 de 31 de março.

Decreto-Lei n.º 121/2011 de 29 de dezembro.

Lei 7/74 de 27 de julho.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 188/2008 de 27 de novembro.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2016 de 30 de novembro.

Resolução da Assembleia da República n.º.17/2017 de 8 de fevereiro.

Intervenções em Conferências, Entrevistas e Dissertações

Aranda, J. (14 de setembro de 2017). Entrevista realizada pela investigadora no Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa: Portugal.

Botelho, M. J. (16 de novembro de 2016). Entrevista realizada pela investigadora no Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa: Portugal

Ferreira, J. M. (2013) “Mário Soares, Ministro dos Negócios Estrangeiros: À Procura do Tempo Perdido”, conferência organizada por *Instituto Diplomático*, disponível em: <https://idi.mne.pt/images/docs/conferencias/discursomedeirosferreira.pdf>, acesso a 26/02/2016.

Luís, F. (2016) “Entrevista a Robert A. Sherman – Embaixador dos Estados Unidos da América”, in Revista Visão, nº1234, pp. 13-14.

Machete, R. (2015) “Intervenção no Seminário Diplomático 2015”, Instituto Diplomático, disponível em: https://idi.mne.pt/images/docs/semin_diplo_2015/discursos/002.pdf, acesso a 04/06/2017.

Parlamento Europeu (2010) “Diplomacia cultural: promover a cultura e os valores europeus no mundo” – Entrevista a Marietje Schaake, disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/news/pt/news-room/20101203STO05908/diplomacia-cultural-promover-a-cultura-e-os-valores-europeus-no-mundo>, acesso a 25/08/2016.

Pereira, P. C. (16 de fevereiro de 2017) Entrevista realizada pela investigadora no Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa: Portugal.

Pinto, M. P. F. (2014) “A Crise da Dívida Soberana na Área do Euro”, *Master Dissertation*, Faculdade de Economia e Gestão: Porto.

Anexos

Quadros

Quadro 4 - Protocolos, Acordos Bilaterais e Convenções realizados por Portugal em 2008³⁷

África do Sul	Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento
Albânia	Protocolo de Cooperação – Albanian Diplomatic Academy
Andorra	Convénio Relativo à Entrada, Circulação, Estadia e Estabelecimento dos Seus Nacionais
Arábia Saudita	Acordo Geral de Cooperação
Argentina	Protocolo de Cooperação - Instituto do Serviço Exterior da Nação do Ministério das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto
Brasil	Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo
Cabo Verde	Protocolo de Cooperação entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal e o Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades
Chile	Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento

37 O Quadro 4 foi elaborado pela investigadora.

China	Protocolo de Cooperação – Fundação Macau
Espanha	Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo
Israel	Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento
Paquistão	Protocolo de Cooperação com a Foreign Service Academy
Paraguai	Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo
Sérvia	Protocolo de Cooperação - Academia Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros
Ucrânia	Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo
Venezuela	Acordo Complementar ao Acordo Quadro de Cooperação em Matéria de Cooperação Económica e Energética

Fonte: Instituto Diplomático (2017) e AICEP (2017f).

Quadro 5 - Protocolos, Acordos Bilaterais e Convenções realizados por Portugal em 2009³⁸

Bósnia-Herzegovina	Acordo sobre a Promoção e a Proteção Recíprocas de Investimentos
Eslováquia	Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica
Espanha	Acordo para a constituição de um Mercado Ibérico de energia elétrica
EUA	Protocolo de Cooperação – Faculdade de Diplomacia e Relações Internacionais da Universidade Seton Hall
Federação da Rússia	Protocolo de Cooperação – Universidade MGIMO
Líbia	Acordo sobre Cooperação Económica
Moçambique	Convenção para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de imposto sobre rendimentos
Roménia	Convenção sobre Segurança Social
Tunísia	Convenção sobre Segurança Social
Uruguai	Acordo sobre Cooperação Económica

Fonte: Instituto Diplomático (2017) e AICEP (2017f).

³⁸ O Quadro 5 foi elaborado pela investigadora.

Quadro 6 - Protocolos, Acordos Bilaterais e Convenções realizados por Portugal no período 2010-2013³⁹

	2010
Moçambique	Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique
Moldávia	Convenção sobre Segurança Social
Moldávia	Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento
Namíbia	Protocolo de Cooperação – Ministério dos Negócios Estrangeiros
Qatar	Acordo sobre Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos
Sérvia	Acordo sobre a Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos
Uzbequistão	Acordo sobre a Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos e Respetivo Protocolo
Venezuela	Protocolo de Cooperação - University of World Economy and Diplomacy
	2011
Angola	Protocolo de Cooperação - Instituto de Relações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores
China	Protocolo de Cooperação - Universidade Chinesa de Negócios Estrangeiros, Departamento do Ministério dos Negócios
Koweit	Acordo sobre a Promoção e a Proteção Recíprocas de Investimentos

³⁹ O Quadro 6 foi elaborado pela investigadora.

Marrocos	Tratado de Amizade, Boa Vizinhança e Cooperação
São Tomé e Príncipe	Acordo de Cooperação Económica
	2012
Cabo Verde	Protocolo de Cooperação no âmbito do Convénio Geral de Cooperação assinado pelos dois ministérios em 1983
Cabo Verde	Tratado de amizade e cooperação
EUA	Convenção para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento
EUA	Acordo sobre a Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos
Guiné-Bissau	Convenção para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento
Hong Kong	Convenção para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento
Luxemburgo	Convenção para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento
Noruega	Convenção para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento
Panamá	Convenção para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento
Timor-Leste	Convenção para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento
Timor-Leste	Protocolo de Cooperação - Secretaria

	Geral do MNE de Timor Leste
Tunísia	Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo
Turquia	Protocolo de Formação Diplomática e Troca de Documentação - Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Turquia
Ucrânia	Convenção sobre Segurança Social (assim como o Acordo Administrativo Relativo às Modalidades de Aplicação da Convenção)
	2013
Brasil	Acordo de Segurança Social ou Seguridade Social
Chipre	Convenção para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento
Koweit	Convenção para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento
Peru	Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo
Qatar	Acordo de Cooperação Económica, Comercial e Técnica
São Marino	Acordo no Domínio do Turismo
Singapura	Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento
Suíça	Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento
Turquia	Memorando de Entendimento relativo ao

	Intercâmbio de Diplomatas – Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Turquia
--	--

Fonte: Instituto Diplomático (2017) e AICEP (2017f).

Quadro 7 - Protocolos, Acordos Bilaterais e Convenções realizados por Portugal no ano de 2014⁴⁰

Argentina	Acordo de cooperação turística
Argentina	Convenção sobre segurança social
Colômbia	Acordo de cooperação no domínio do turismo
EUA	Acordo de cooperação económica
Estónia	Protocolo de cooperação sobre a formação diplomática e troca de informação e documentação – Escola Diplomática da Estónia
Gana	Programa de cooperação sobre formação diplomática e troca de informação e documentação - Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Integração Regional da República do Gana
Guiné Equatorial	Memorando de entendimento - Ministério dos Assuntos Externos e Cooperação da República da Guiné Equatorial
Japão	Convenção para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento
México	Memorando de entendimento - Secretaria de Relações Exteriores do Governo dos Estados Unidos Mexicanos

⁴⁰ O Quadro 7 foi elaborado pela investigadora.

Moçambique	Protocolo de cooperação – Instituto Superior de Relações Internacionais da República de Moçambique
Peru	Convenção para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento
Qatar	Convenção para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento
Turquia	Acordo de cooperação científica e tecnológica

Fonte: Instituto Diplomático (2017) e AICEP (2017f).

Quadro 8 - Protocolos, Acordos Bilaterais e Convenções realizados por Portugal no ano de 2015⁴¹

Argélia	Protocolo de cooperação – Instituto Diplomático e das Relações Internacionais
Brasil	Acordo de Segurança Social ou Seguridade Social
Colômbia	Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento
Croácia	Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento
EUA	Memorando de Entendimento sobre formação diplomática e troca de informação e documentação
Espanha	Memorando de entendimento sobre a cooperação entre o Instituto Diplomático e a Escola Diplomática de Espanha
Federação da Rússia	Protocolo sobre preparação de uma coletânea conjunta de documentos diplomáticos de Arquivo
Filipinas	Memorando de Entendimento sobre formação diplomática e troca de informação e documentação
Geórgia	Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e sobre o Património
Jordânia	Acordo de Promoção e Proteção Recíprocas de Investimentos
Macau	Acordo Quadro de Cooperação

41 O Quadro 8 foi elaborado pela investigadora.

Marrocos	Memorando de Entendimento no âmbito da formação diplomática
São Tomé e Príncipe	Protocolo de Cooperação nas áreas de formação diplomática e do intercâmbio de informação e documentação

Fonte: Instituto Diplomático (2017) e AICEP (2017f).

Quadro 9 - Número de Diplomatas, Efetivos e Rede externa portuguesa (2008-2016)⁴²

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Diplomatas	456	452	474	460	405	439	418	439	417
Efetivos (MNE)	3705	3539	4141	3923	3729	3475	3239	3087	3018
Efetivos (MNE/DGAE)	135	131	130	122	127	123	110	113	112
Orçamento MNE (milhões de euros)	358,2	358,3	401,6	361,6	322,4	357,5	348,5	380,4	374,4
Embaixadas (Europa)				35	30	30	29	30	30
Consulados Gerais				15	15	15	15	15	15
Vice-Consulados				6	2	2	2	2	2
Missões/Representações				8	7	7	7	7	7
Escritórios de Representação					3	3	2	2	2

Fontes: MNE (2009-2017a) e DGAE/MNE (2009-2015).

⁴² O Quadro 9 foi elaborado pela investigadora. Os espaços não preenchidos derivam da falta de informação institucional detalhada.

Quadro 11 - Visitas oficiais do Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa em 2016 e 2017⁴³

País/Data de realização	Tema
Roma – março de 2016	Encontro religioso
Alemanha – maio de 2016	Situação económica portuguesa
Itália – maio de 2016	Conversações sobre o conflito militar em Moçambique
Moçambique – maio de 2016	Aprofundamento das relações bilaterais entre os dois países
Marrocos – junho de 2016	Aprofundamento das relações bilaterais entre os dois países
Paris – junho de 2016	Comemorações do dia de Portugal, de Camões e das Comunidades portuguesas
EUA – setembro de 2016	71ª Assembleia-Geral da ONU; Apoio à candidatura do Doutor António Guterres
Bulgária – setembro de 2016	12º encontro informal dos Chefes de Estado Europeus do Grupo de Arraiolos
Brasil – outubro de 2016	XI Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP
Colômbia – outubro de 2016	XXV Cimeira Ibero-Americana “Juventude, Empreendedorismo e Inovação”
Cuba – outubro de 2016	Aprofundamento das relações bilaterais entre os dois países
Suíça- outubro de 2016	Aprofundamento das relações bilaterais entre os dois países
Londres – novembro de 2016	Aprofundamento das relações bilaterais entre os dois países
EUA – dezembro de 2016	Tomada de posse do Doutor António

⁴³ O Quadro 11 foi elaborado pela investigadora.

	Guterres como Secretário-Geral da ONU
Cabo Verde – abril de 2017	Aprofundamento das relações bilaterais entre os dois países
Senegal – abril de 2017	Aprofundamento das relações bilaterais entre os dois países
Luxemburgo – maio de 2017	Aprofundamento das relações bilaterais entre os dois países; Encontro com a Comunidade portuguesa
Brasil – junho de 2017	Comemorações do dia de Portugal, de Camões e das Comunidades portuguesas
México – julho de 2017	Aprofundamento das relações bilaterais entre os dois países

Fonte: Página Oficial da República portuguesa (2016 e 2017).

Quadro 12 – Visitas oficiais do Primeiro-ministro António Costa em 2016 e 2017⁴⁴

País/ Data de realização	Tema
Cabo Verde – janeiro de 2016	Assinatura do PEC 2016-2018; Criação de um espaço de livre circulação entre os PALOP
Alemanha – fevereiro de 2016	Crise dos refugiados, fronteiras e espaço Schengen; Inauguração do Centro Camões em Berlim
Grécia – abril de 2016	Crise dos refugiados
França – junho de 2016	Comemorações do dia de Portugal, de Camões e das Comunidades portuguesas
Brasil – setembro de 2016	Aprofundamento das relações bilaterais económicas e culturais
Grécia – setembro de 2016	Cimeira dos líderes dos países do sul da UE
Suécia – outubro de 2016	Aprofundamento das relações bilaterais

⁴⁴ O Quadro 12 foi elaborado pela investigadora.

	entre os dois países
China – outubro de 2016	Aprofundamento das relações bilaterais entre os dois países
Marrocos – novembro de 2016	Conferência sobre as alterações climáticas
EUA – dezembro de 2016	Juramento do Doutor António Guterres como novo Secretário-Geral da ONU
Índia – janeiro de 2017	Aprofundamento das relações bilaterais económicas e culturais entre os dois países
República Centro-Africana – fevereiro de 2017	Visita aos militares portugueses destacados pela Missão MINUSCA das Nações Unidas
Cabo Verde – fevereiro de 2017	IV Cimeira bilateral entre os dois países; Abertura da primeira escola portuguesa em Praia
Itália – março de 2017	Comemoração dos 60 anos de assinatura do Tratado de Roma
Luxemburgo – março de 2017	Assinatura do Acordo para promover a língua portuguesa
Espanha – abril de 2017	Cimeira da Europa do Sul
Qatar – maio de 2017	Aprofundamento das relações bilaterais entre os dois países
Argentina – junho de 2017	Aprofundamento das relações bilaterais entre os dois países
Chile – junho de 2017	Aprofundamento das relações bilaterais entre os dois países
França – julho de 2017	Aprofundamento das relações bilaterais entre os dois países; Futuro da Europa

Fontes: Página Oficial da República portuguesa (2016 e 2017) e outras fontes noticiosas.

Quadro 15 – Relação sino-portuguesa em números (2016/2017)⁴⁵

Exportações de bens (de Portugal para a China)	676,8 milhões de euros
Importações de bens (Portugal da China)	1819,3 milhões de euros
Stock de investimento direto (China em Portugal)	1788,9 milhões de euros
China como cliente de Portugal	11º lugar
China como fornecedor de Portugal	7º lugar
Portugal como cliente da China	56º lugar
Portugal como fornecedor da China	68º lugar
Nº de empresas portuguesas exportadoras para a China	1356 (em 2015)
Nº de Institutos de Confúcio em Portugal	4
Nº de Centros de Língua e Cultura portuguesa na China	5
Nº Centros de solicitação de vistos de Portugal na China	9
Nº de turistas chineses em Portugal	183 mil
Valor das receitas turísticas geradas pela China em Portugal	72 milhões
Nº de cidadãos chineses residentes em Portugal	22 503
Nº de cidadãos portugueses que migraram para a China	10 128 (em 2015, excluindo Macau e Hong Kong)

Fontes: AICEP (2016^a e 2017^a), Turismo de Portugal (2017); Instituto Camões (2017); United Nations (2015); Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2016) e Câmara de Comércio e Indústria Luso Chinesa (2016).

⁴⁵ O Quadro 15 foi elaborado pela investigadora. Todos os dados referentes ao ano de 2015 ainda não foram revistos institucionalmente.

Quadro 16 – Relações entre Portugal e Cabo Verde em números (2016/2017)⁴⁶

Exportações de bens e serviços (Portugal para Cabo Verde)	339,9 milhões de euros
Importações de bens e serviços (Portugal de Cabo Verde)	72,2 milhões de euros
Stock de Investimento Direto (Portugal em Cabo Verde)	296,1 milhões de euros
Cabo Verde como cliente de Portugal	24ª posição
Cabo Verde como fornecedor de Portugal	94ª posição
Portugal como cliente de Cabo Verde	1ª posição
Portugal como fornecedor de Cabo Verde	1ª posição
Nº de empresas portuguesas exportadoras para Cabo Verde	2771 (em 2015)
Escolas portuguesas em Cabo Verde	1 (desde 2016)
Valor das receitas turísticas de Cabo Verde em Portugal	18,4 milhões de euros
Portugal como emissor de turismo em Cabo Verde	3ª posição (em 2015)
Nº de cidadãos cabo-verdianos em Portugal	36 578
Nº de cidadãos portugueses que migraram para Cabo Verde	57 636 (em 2015)

Fontes: AICEP (2016^b e 2017^b); United Nations (2015) e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2016).

⁴⁶ O Quadro 16 foi elaborado pela investigadora. Todos os dados referentes ao ano de 2015 ainda não foram revistos institucionalmente.

Entrevistas

Entrevista 1

Entrevistado: Embaixador Pedro Costa Pereira – Diretor-Geral da Direção-Geral dos Assuntos Europeus⁴⁷.

Perguntas e respostas à entrevista

I - Investigadora

PCP – Embaixador Pedro Costa Pereira

I- Tendo em conta o contexto europeu de crise económico-financeira, podemos falar numa perda da credibilidade de Portugal no âmbito externo durante este período?

PCP: Em 2008 a crise económico-financeira constituiu-se. Em 2009, a Grécia começou a ter uma atenção diferente, existindo uma menoridade na sua credibilidade. No entanto, em Portugal, só em 2011 a crise começou a existir. Neste ano, o país entrou no *barco-resgate* e, em 2012, estávamos em pé de igualdade com a Irlanda. Portugal começou a ser considerado um caso de sucesso e, a diplomacia ao funcionar corretamente permitiu uma recuperação da credibilidade do país.

I. Durante este período, como é que Portugal reagiu à crise? Houve um reforço da diplomacia portuguesa, ou não houve necessidade de reforço porque a mesma funcionou sempre corretamente?

PCP: Durante o período de crise as embaixadas foram instruídas com elementos para vender a evolução da realidade portuguesa. Era necessário passar uma ideia de confiança, de promover o país no estrangeiro e de tornar a sua imagem apetecível para fora.

I. Neste momento, acredita que a forma de atuação da diplomacia portuguesa ainda pode ser melhorada de forma a que Portugal consiga ‘obter’ mais credibilidade e prestígio por parte dos países com que se relaciona?

⁴⁷ A entrevista foi realizada pela investigadora no dia 16 de fevereiro de 2017, nas instalações do Ministério dos Negócios Estrangeiros - Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE-MNE).

PCP: Sim, pode sempre ser melhorada. A capacidade diplomática depende dos argumentos utilizados e nós tínhamos um conjunto de elementos de confiança. Dependia da nossa disponibilidade para o sacrifício e, neste cerne, a paz social foi essencial para todo o processo, visto que transpareceu para o exterior que o país estava disposto a combater a crise e com isto obtivemos mais credibilidade por parte dos credores.

I. Relativamente aos diplomatas portugueses e, tendo em conta que se dá uma mudança de legislatura de 4 em 4 anos, existe alguma linha condutora entre Governos relativa ao modo de atuação dos diplomatas?

PCP: Não, não existem alterações. Existem semelhanças e ajustamentos consoante os Governos. Os objetivos da Política Externa permanecem muito semelhantes.

I. Em relação à função dos diplomatas portugueses, existe um diplomata responsável pela difusão da diplomacia Económica, outro pela diplomacia Cultural, e outro pela diplomacia Pública, ou todos os diplomatas abordam todas as vertentes da diplomacia na sua plenitude?

PCP: As embaixadas são multifacetadas e trabalham as várias vertentes. É claro que, por exemplo, Lisboa é mais centralizada, mas o papel do diplomata é reconhecer o interesse e apanhá-lo.

I. Tendo em conta que todas as formas da diplomacia concorrem para um objetivo comum, que se prende com a execução da Política Externa, quando se toma uma decisão numa vertente da diplomacia (por exemplo, económica) são tidas em conta as consequências dessa decisão sobre as restantes formas da diplomacia?

PCP: Sim, só em casos mais extremos é que têm consequências negativas para as outras formas, mas há sempre equilíbrios a fazer, a diplomacia é feita de sinais. Cabe ao diplomata captar os sinais.

I. Por último, acredita que a longo prazo seja cada vez mais possível uma otimização das novas formas da diplomacia?

PCP: Sim, já existe. A ação externa é globalizada. Mas existem especializações, por exemplo, comercialmente na Europa e, cultural e politicamente na Ásia. Temos de

ajustar a nossa diplomacia aos vários continentes, a diplomacia portuguesa devia especializar-se em certas áreas de atuação, adaptando-se ao que já existe.

Entrevista 2

Entrevistada: Doutora Maria João Botelho – Sub-Diretora-Geral da Direção-Geral dos Assuntos Europeus⁴⁸

Perguntas e respostas à entrevista

I – Investigadora

MJB – Doutora Maria João Botelho

I: Tendo em conta o contexto europeu de crise económico-financeira, podemos falar numa perda da credibilidade de Portugal no âmbito externo durante este período?

MJB: É óbvio que, quando um país está na situação em que Portugal estava, acaba por sentir que a sua *voz* fica condicionada de alguma forma e, há uma influência negativa do que se está a passar. Dito isto, eu não senti que houvesse uma descredibilização e desvalorização das posições que Portugal assumia em *dossiers* como, por exemplo, da Política Comercial ou outros *dossiers*. Obviamente que, quando estávamos a tratar de questões económico-financeiras e, eu penso que os nossos representantes no *Ecofin* ou em toda a fileira das questões económicas e financeiras, a situação que Portugal estava a passar se refletia negativamente na nossa capacidade de afirmação. Noutros *dossiers*, eu julgo que não. Eu acho que nunca com *dossiers* muito diferentes a situação se colocava. E, eu acho que as nossas posições, desde que bem fundamentadas, bem explicadas não perdiam credibilidade, a mensagem passava na mesma. Eu acho é que, e isso sempre achei, que um país da dimensão de Portugal e, com o peso económico que tem desde o princípio da adesão, que para poder fazer valer a sua posição, primeiro tem de saber muito bem quais são os seus interesses e definir prioridades e ter boa argumentação e ser sério na argumentação e, isso é que faz a diferença. Se começamos a não ser sérios, a ser incoerentes, a não ter suficiente fundamentação, aí é que não nos levam a sério.

⁴⁸ A entrevista foi realizada pela investigadora no dia 17 de novembro de 2017, nas instalações do Ministério dos Negócios Estrangeiros - Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE-MNE).

I: Somos um país que essencialmente apesar de toda a crise e do período de austeridade fomos sempre um país que foi cumprindo com as suas obrigações e, isto foi sendo uma mais-valia para porque fomos sempre cumprindo. Podemos até ser maus a pagar, mas cumprimos.

MJB: Sim, cumprimos, e temos outra coisa muito importante que foi sempre muito valorizada: Portugal sempre foi muito europeísta, os portugueses sempre foram muito europeístas, Portugal sempre quis estar na frente de todos os núcleos duros da integração europeia, sempre teve uma posição muito assente em princípios e sempre muito coerente e, portanto, isso deu-nos sempre uma credibilização muito grande e isso não desaparece, mesmo com a situação da crise. Há todo um historial de posições que dão uma imagem de Portugal.

I: Durante este período, como é que Portugal reagiu à crise? Houve um reforço da diplomacia portuguesa, ou não houve necessidade de reforço porque a mesma funcionou sempre corretamente?

MJB: Houve uma sobrecarga, digamos, de trabalho mais intenso, para explicar a situação de Portugal. Ao longo destes anos todos não só o nível político, mas os nossos representantes em Bruxelas e nós aqui, sempre que nos encontrávamos com homólogos, tínhamos sempre que aproveitar para explicar o que se estava a passar com Portugal, para explicar que estávamos absolutamente comprometidos com a governação económica, com o semestre europeu, com todas as metas que estão definidas. Nesse aspeto, foi preciso mais trabalho para explicar isso. Mas uma coisa que também é uma mais-valia é que sempre houve um consenso, entre os partidos políticos, em relação aos temas europeus. A agenda europeia sempre foi muito consensual e, portanto, os governos alternavam mas o posicionamento em termos do projeto europeu nunca mudou muito. E mesmo agora, em que o governo assenta numa maioria em que estão partidos que não valorizam o projeto europeu, que não têm as mesmas posições, mesmo isso não tem interferido, porque o acordo de governação versou sobre temas internos não sobre política externa e sobre a política europeia. Isso permite ao governo socialista continuar a ter uma linha de continuidade com os governos anteriores. O facto de haver uma continuidade, dá para fora uma imagem de estabilidade e de fiabilidade que também ajuda a melhorar a perceção. Agora, sobretudo os alemães, que são sempre muito críticos, o nosso Embaixador em Berlim tem imenso trabalho, a explicar uma

série de coisas que eles não percebem. Tem de se explicar, há um esforço de facto adicional em convencer, em demonstrar, em explicar, porque há muitas percepções erradas, muita ignorância sobre o que se passa.

I: O nosso governo e mesmo o anterior governo, sempre mostraram vontade de participar em todos os assuntos primordiais da União Europeia, ou seja, a crise migratória, agora também a questão do clima, há sempre esta presença. A diplomacia portuguesa faz muito bem este trabalho de querer estar sempre presente, e isso é muito importante.

MJB: Exatamente, o exemplo das migrações é algo que tem de se fazer notar. Portugal sempre foi dos países menos desenvolvidos, dos países mais pobres e, portanto, nós sempre ligámos muito à Política de Coesão. Mas a Política de Coesão é entendida pelos países mais ricos como a solidariedade e, agora, quando se começou a colocar a questão das migrações, Portugal quis tirar partido da sua disponibilidade e da maneira como encarava a questão das migrações como um desafio comum e querer ajudar, não obstante as nossas dificuldades, por razões de solidariedade. E portanto, podemos invocar a expressão solidariedade e estarmos disponíveis para a solidariedade e isso também contribuiu de forma positiva.

I: Em relação à função dos diplomatas portugueses, existe um diplomata responsável pela difusão da diplomacia Económica, outro pela diplomacia Cultural, e outro pela diplomacia Pública, ou todos os diplomatas abordam todas as vertentes da diplomacia na sua plenitude?

MJB: É assim, de facto o nosso Ministro quando fala de diplomacia considera que nesse termo de diplomacia está tudo. Diplomacia económica, diplomacia política, diplomacia pública, diplomacia ambiental, tudo. E a importância é essa. Eu quando estou a tomar posições, acho que estou a exercer a diplomacia política quando estou a explicar-lhes o que se passa em Portugal e a tentar que tenham uma melhor imagem de Portugal, é também uma diplomacia pública. Quando estou a defender posições no âmbito da política comercial é diplomacia económica também, portanto à partida a atuação diplomática tem de ter essas valências todas. Mas, depois, nós no Ministério dos Negócios Estrangeiros temos departamentos que se ocupam mais especificamente, de cada uma dessas áreas. Por exemplo, a AICEP tem sobretudo a diplomacia económica, a promoção do investimento, das exportações. O Instituto Camões tem a

diplomacia cultural e da língua. Nós aqui, nos Assuntos Europeus, somos um organismo de coordenação, a nossa responsabilidade é preparar as exposições nacionais em Bruxelas, em coordenação com todos os Ministérios setoriais. Temos de refletir sobre as propostas que estão na mesa, ouvir os setores que são relevantes, fazer uma síntese e uma apreciação política, que acrescente às visões setoriais e transmitir instruções a Bruxelas. E isto aplica-se a toda a agenda da União Europeia.

I. Tendo em conta que todas as formas da diplomacia concorrem para um objetivo comum, que se prende com a execução da Política Externa, quando se toma uma decisão numa vertente da Diplomacia (por exemplo, económica) são tidas em conta as consequências dessa decisão sobre as restantes formas da diplomacia?

MJB: Eu acho que tudo isso é ponderado, muitas vezes admito que haja circunstâncias que há interesses contraditórios, e aí temos de ver o que prevalece. A regra é essa. Se houver conflito, temos de ver o interesse que deve ser privilegiado e, aí pode haver algum prejuízo. Por exemplo, a questão da língua é mesmo muito importante, e nós em Bruxelas procuramos sempre falar em português, mas se por acaso há um tema que é muito técnico, que é complexo e que não temos a certeza que a nossa mensagem é bem traduzida, do português, aí faz sentido falar em inglês, para que a mensagem sobre um *dossier* essencial passe sem qualquer dúvida. Portanto, sim, tem tudo em presente, mas depois pode haver conflitos e aí temos de ver o que é mais importante aproveitar.

I: Dando alguns exemplos dos objetivos da Política Externa portuguesa (foram dados alguns exemplos que podem ser ouvidos na gravação), e tendo em conta que são objetivos a serem concretizados a longo prazo, como é que estes objetivos se podem aplicar na prática?

MJB: Tem mesmo de ser aplicado na prática. São as orientações que nós temos. Ou seja, tem de se pensar numa situação concreta: se nós estamos a receber, por exemplo, um alemão, não podemos limitar a aspetos muitos específicos de algum *dossier* que ele queira tratar, eu tenho de aproveitar o facto de ele estar cá e falar de outras coisas e lá está, bater nos bons resultados que Portugal tem tido e nos dados que apontam para o retomar do crescimento, promoção do emprego, o nosso compromisso com a comissão orçamental mas que isso não basta e, que é preciso completar a UEM, por exemplo. Eu acho que nós temos de aproveitar todas as oportunidades, não tentar compartimentar as coisas, e fazer uma avaliação e, ter uma posição abrangente. É tentar aproveitar e tirar

partido de todas as oportunidades que nós temos para valorizar o país, aquilo que fazemos, clarificar e esclarecer e, quando tomamos posições em Bruxelas sobre a UEM, sobre questões económicas e financeiras e sobre coesão, nós conhecendo o país fazemos um balanço entre interesses e procuramos defender aquilo que são as mais-valias e o que interessa a Portugal, em termos de transferências e princípios, porque a UE vive dos princípios e Portugal é dos países que tem mais interesses em defender princípios. Não podemos perder uma oportunidade para defender aquilo que nos interessa.

Entrevista 3

Entrevistado: Diplomata Jorge Aranda - Diretor de Serviços para os Assuntos de Segurança e Defesa, da Direção-Geral de Política Externa⁴⁹.

Perguntas e respostas à entrevista

I – Investigadora

JA – Diplomata Jorge Aranda

I: Tendo em conta o contexto europeu de crise económico-financeira (2008-2015), podemos falar numa perda da credibilidade e prestígio de Portugal no âmbito externo durante este período?

JA: Os termos credibilidade e prestígio são muito fortes, mas deu-se uma perda da confiança a nível internacional dos mercados internacionais em Portugal e uma deterioração da imagem externa do país.

I: Durante este tempo, como é que Portugal reagiu à crise? Houve um reforço da diplomacia portuguesa, ou não houve necessidade de reforço porque a mesma funcionou sempre corretamente?

JA: Em termos materiais houve um decréscimo muito grande da diplomacia portuguesa. Deu-se um decréscimo dos meios disponíveis devido a cortes no orçamento, mas deu-se um acréscimo consoante os meios que existiam.

⁴⁹ A entrevista foi realizada pela investigadora no dia 14 de Setembro de 2017 no Ministério dos Negócios Estrangeiros – Direção de Serviços para os Assuntos de Segurança e Defesa (MNE- DSD).

I: No seu ponto de vista, a diplomacia portuguesa teve, durante o período de crise, e continua a ter, um papel determinante nas políticas e Instituições Europeias?

JA: Sim, tem tudo a ver com o peso do país dentro da União Europeia.

I: Podemos afirmar que a diplomacia portuguesa, desde a adesão de Portugal às Comunidades Europeias, com a participação do país nas diversas políticas e Instituições Europeias e com a crise económico-financeira, se tornou cada vez mais especializada na União Europeia?

JA: Houve uma priorização dos Assuntos Europeus. Deu-se uma necessidade de formar e capacitar os diplomatas portugueses nos Assuntos Europeus.

I: É da opinião de que muito do trabalho que é desenvolvido pelos diplomatas é difícil de medir quantitativamente?

JA: Não há impossíveis, com objetivos concretos torna-se mais fácil medir o trabalho executado.

I: Perante a panóplia de atores responsáveis pela execução da Política Externa portuguesa, ainda faz sentido falarmos da designação *diplomata puro*?

JA: Sim, o papel do diplomata continua a ser importante. Existe um esforço de coordenação da atuação entre todos os atores.

I: Tendo presente que a Política Externa portuguesa tem vindo a apostar em outras áreas de atuação para além da União Europeia (África, Ásia, América Latina), acha que futuramente a diplomacia portuguesa também se tornará especializada nessas áreas? Se sim, quais as principais contrapartidas desta especialização?

JA: Na minha opinião Portugal é mais especialista nestas áreas do que na União Europeia, porque já existe há muitos anos uma relação entre o país e estas áreas e cabe à Política Externa portuguesa adaptar-se a estas regiões em função do desenvolvimento das mesmas.

I: É da opinião que a diplomacia portuguesa foi e continua a ser essencial para o país sair da crise?

JA: O que é essencial para Portugal sair da crise é o crescimento económico. A diplomacia é essencial para apoiar as condições para o país sair da crise.

WWW.ISCSP.ULISBOA.PT